

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

OS SABERES PSICOLÓGICOS NA ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO
ENTRE 1890 A 1930

DEOLINDA ARMANI TURCI

Belo Horizonte
2014

DEOLINDA ARMANI TURCI

OS SABERES PSICOLÓGICOS NA ESCOLA NORMAL DE OURO PRETO:
1890 A 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade.

Área: Psicologia Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Érika Lourenço

Belo Horizonte

2014

150

T932s

2014

Turci, Deolinda Armani

Os saberes psicológicos na Escola Normal de Ouro Preto entre 1890 A 1930 [manuscrito] / Deolinda Armani Turci. - 2014.

128 f. : il.

Orientadora: Érika Lourenço.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

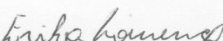
Inclui bibliografia.

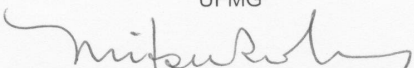
1.Psicologia – Teses. 2.Psicologia – História - Teses
3.Escolas normais – Minas Gerais - Teses. I. Lourenço, Érika
. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

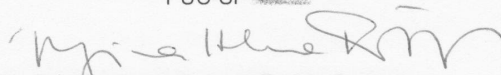
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA****FOLHA DE APROVAÇÃO****Os saberes psicológicos na Escola Normal de Ouro Preto: 1890 a 1930.****DEOLINDA ARMANI TURCI**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 09 de dezembro de 2014, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Erika Lourenço - Orientador
UFMG


Prof(a). Mitsuko Aparecida Makino Antunes
PUC-SP


Prof(a). Regina Helena de Freitas Campos
UFMG

Belo Horizonte, 9 de dezembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata...

À vida e a oportunidade que ela me dá de acordar e ver o sol, a natureza, os lagos e os mares, as noites de lua cheia... ah, como são belas as noites de lua cheia!...

Perder, ganhar e recomeçar sempre...

Conhecer pessoas e criar laços...

Agradecida pelos pais que tenho Vicente e Déa, que me deram o dom da vida e pelos ensinamentos pautados na honestidade e no amor, transmitidos através da simplicidade diária.

Agradecida por ter um companheiro como o Fabrizio tão atencioso, amoroso e compreensivo, meu parceiro!

Agradecida por ter como filhos o Bernardo e a Isadora tão lindos, amáveis e compreensivos, que acima de tudo me ensinam e me ajudam na minha missão maior nesta existência: ser mãe e amar incondicionalmente!

Enfim À vida, aos meus pais, ao Fabrizio, ao Bernardo e a Isadora, agradeço imensamente!

Agradeço à minha orientadora Profª Erika pelas orientações tão pontuais, pela amizade e por reacender em mim sonhos adormecidos!

Agradeço à Profa. Regina Helena que mediante aos nossos convites para a banca de qualificação e para a banca do Mestrado esteve pronta a participar e contribuir com seu grande conhecimento e ensinamentos.

À Profa. Mitsuko Antunes, que todos chamam carinhosamente de Mimi. Com sua simplicidade e sabedoria nos brinda sempre e indiscutivelmente com o conhecimento e que prontamente aceitou o convite para a Banca do Mestrado.

Ao prof. Sérgio Cirino por aceitar participar da banca do Mestrado, pelos ensinamentos e por acreditar como eu, que podemos nos aperfeiçoar como docentes!

Agradeço ao Sérgio Pompeu de Freitas Campos que orientou-nos sobre a pesquisa na Biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Agradeço a diretora e aos funcionários da Escola Estadual Dom Veloso de Ouro Preto, pela presteza e disponibilidade de acesso aos arquivos da Escola Normal de Ouro Preto.

Agradeço ao Dener, ao Marcelo e todos os funcionários do Arquivo Público Mineiro.

Agradeço a todos os professores e colegas do mestrado que tanto me ensinaram e continuam me ensinando sempre.

Em especial, agradeço aos meus alunos e alunas que diariamente me auxiliam a ser uma docente melhor!

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi realizar um estudo historiográfico sobre os saberes psicológicos que circularam na Escola Normal de Ouro Preto, no período que se estende de 1890 a 1930. As Escolas Normais brasileiras eram espaço de formação de professores desde meados do século XIX e a Escola Normal de Ouro Preto em Minas Gerais foi a primeira escola de formação docente do estado. Para o trabalho utilizamos o referencial teórico da história da Psicologia e da historiografia e como método utilizamos a análise documental, mediante leitura de bibliografia específica do campo e dos procedimentos de localização, recuperação, seleção, ordenação e análise das fontes primárias. Os documentos consultados tais como as provas dos alunos, programas das matérias, a legislação educacional mineira e os periódicos Revista do Ensino e Jornal oficial Minas Gerais, tomaram lugar central nas análises empreendidas. Os resultados mostraram que a partir da década de 1880, na Escola Normal de Ouro Preto, com a modificação e ampliação de seu currículo os saberes psicológicos estavam presentes nas matérias respaldando a formação de novos docentes. Ao longo do século XX até 1930, a psicologia foi tomando espaço cada vez mais significativo na formação de professores e na educação em Minas Gerais. Entendemos que os resultados obtidos com a pesquisa contribuem para a compreensão da história da psicologia em Minas Gerais em especial e no Brasil em geral.

Palavras-chave: Saberes psicológicos; formação de professores; Escola Normal de Ouro Preto

ABSTRACT

The objective of this research was to perform a historiographical study of the psychological knowledge that circulated in Ouro Preto Normal School in the period stretching from 1890 to 1930. The schools were Brazilian Standard teacher training space since the mid-nineteenth century and the School Normal Ouro Preto in Minas Gerais was the first school of teacher education in the state. For the work we use the theoretical framework of the history of psychology and historiography and as a method used document analysis, by reading specific literature of the field and location procedures, recovery, selection, arrangement and analysis of primary sources. The consulted documents such as evidence of the students of the materials programs, mining educational legislation and Periodicals Journal of Teaching and Official Journal Minas Gerais, took center stage in the current analysis. The results showed that from the 1880s, in Ouro Preto Normal School, with the modification and expansion of its curriculum the psychological knowledge were present in the field endorsing the training of new teachers. Throughout the twentieth century until 1930, psychology was becoming more and more significant place in teacher training and education in Minas Gerais. We believe that the results obtained from the research contribute to the understanding of the history of psychology in Minas Gerais and in particular in Brazil in general.

Key-words: Psychological Knowledge; teacher training; Ouro Preto Normal School

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Distribuição de documentos no Fundo da Secretaria do Interior, no Arquivo Público Mineiro.....	39
--	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Capa Jornal Minas Geraes, edição 323 de 07 de dezembro de 1899.....	43
Fotografia 2 – Cidade de Ouro Preto, 1875.....	48
Fotografia 3 – Diploma de aluna Escola Normal de Ouro Preto.....	51
Fotografia 4 – Edificação que abrigou a Escola Normal de Ouro Preto, 1910.....	53
Fotografia 5 – Alunos e professores Escola Normal de Ouro Preto e Escola Marília de Dirceu.....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – saberes psicológicos encontrados em documentos do ano de 1896.....	45
---	----

LISTA DE ABREVIACÕES

APM	Arquivo Público Mineiro
ENOP	Escola Normal de Ouro Preto
IP	Instrução Pública
Cx	Caixa
Pc	Pacotilha
SI	Secretaria do Interior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1- Perspectiva histórica.....	16
1.1 Escolas Normais.....	16
1.2 Escolas Normais no Brasil.....	19
1.3 Saberes psicológicos e Escolas Normais brasileiras.....	27
1.4 Escolas Normais em Minas Gerais.....	31
1.5 A Psicologia nos cursos normais mineiros.....	34
CAPÍTULO 2 – Métodos.....	36
CAPÍTULO 3 – Resultados da pesquisa.....	47
3.1 Os saberes psicológicos vinculados à rotina e à sala de aula da Escola Normal de Ouro Preto.....	47
3.1.1 Saberes psicológicos nas provas.....	55
3.1.2 Os saberes psicológicos nos programas de ensino.....	66
3.2 Os saberes psicológicos na legislação sobre o ensino normal em Minas Gerais.....	71
3.3 Os saberes psicológicos em periódicos mineiros da época.....	91
3.3.1 Jornal Minas Geraes.....	91
3.3.2 Revista do Ensino.....	94
CAPÍTULO 4 – As teorias e teóricos que respaldaram a formação docente na Escola Normal de Ouro Preto.....	98
CONCLUSÃO.....	107
REFERÊNCIAS.....	111
APÊNDICE.....	120
ANEXO.....	126

INTRODUÇÃO

O dia de ante-hontem e parte da noite foram de festa na Escola Normal da Capital, mas de festa excellente, alegre, variada e cheia de encanto peculiar ás commorações escolares. Ás 10 horas do dia começou a reunir-se no edifício da escola grande numero de alumnas e alumnos, aquellas uniformisadas de bellos vestidos brancos, com uma fita azul, graciosamente presa á cintura em laço. Em sua companhia iam as respectivas famílias contentes de coparticiparem da alegria das pessoas que lhes são caras. As janellas das casas visinhas e as ruas enchiam-se de curiosos; á porta do edifício tocava uma excellente banda de música; tudo corria para tornar alegre o festivo o aspecto da escola e suas proximidades... (trecho de notícia do Jornal Minas Geraes, n.16, Ouro Preto, terça-feira 17 de janeiro de 1893)

Este trecho de uma manchete jornalística se relaciona à cidade de Ouro Preto, centro cultural e capital de Minas Gerais no final do século XIX. Ali, a partir daquela hora do dia, os jovens e seus familiares se preparavam para os festivais de mais uma formatura de estudantes, futuros professores formados pela Escola Normal da cidade. Ao decorrer da hora, ilustres convidados dentre os quais, Afonso Pena, então Governador do estado de Minas Gerais, Joaquim Abílio Borges, diretor da Escola Normal da Capital Federal, Rio de Janeiro, Thomaz Brandão, diretor da Escola Normal de Ouro Preto, Abílio César Borges, filho do Barão de Macaúbas, Antonio Rodrigues Jambreiro, professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, dentre outros, posicionavam-se para a cerimônia.

Na festividade havia certa pompa e preparação para o evento e a formalidade típica de uma comemoração significativa para a capital mineira: ornamentações florais, missa em ação de graças, banda da polícia para entoar o Hino Nacional, concerto musical noturno, além dos discursos dos ilustres, sorteios e premiações aos alunos destaques.

Nas casas dos alunos o agito já se prolongava há alguns dias, com os preparativos para a cerimônia, desde as vestimentas aos convites para os amigos e parentes, quicá vindos de outras cidades.

Não menos diferente era nesse período, o significado dado à docência. A formação de novos professores para uma nação que almejava a modernidade era

fundamental, principalmente porque os professores eram vistos pelos dirigentes políticos como responsáveis pela educação da mocidade.

Em Minas Gerais, mais especificamente a partir das duas últimas décadas do século XIX, imprimiram-se características específicas para a formação de professores, com novos currículos que incluíam conteúdos mais específicos para a prática docente. Assim sendo a psicologia não tardou a ser chamada para embasar a formação dos docentes.

A pesquisa que apresentamos teve como objetivo realizar um estudo historiográfico dos saberes psicológicos¹ que circularam na formação de professores na Escola Normal de Ouro Preto, no período que se estende de 1890 a 1930. Pretendíamos assim, identificar as possíveis contribuições desses saberes psicológicos para a formação de professores em Minas Gerais entre o final do século XIX e meados do século XX, e com isto, contribuir para a historiografia da psicologia em Minas Gerais.

Por se tratar de um trabalho historiográfico, antes de iniciarmos a exposição dos temas abordados na pesquisa, relembramos que quando enveredamos pelos caminhos da historiografia, as particularidades deste lugar revelam a representação que temos sobre o mesmo. Nas palavras de Certeau (1982), “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma ‘filosofia’ implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjatividade’ do autor.” (p.67)

Neste sentido um texto histórico toma de sentido uma nova interpretação pautada em escolhas e caminhos que foram sendo traçados ao longo do tempo na vida e curso do pesquisador. Pode-se dizer assim que os objetos de pesquisa são constituídos pela própria história do pesquisador, portanto explicito alguns antecedentes históricos de minha própria trajetória que levaram à identificação da questão e a formulação desta como um problema de pesquisa.

Antes de interessar-me pela História da Psicologia, já lecionava Psicologia em cursos de graduação e licenciaturas, geralmente com temas vinculados à área da educação. Talvez por isto tenha muito interesse pelas especificidades da formação de educadores, tanto na atualidade como no passado. Assim comecei a pesquisar a história

¹ O uso desta terminologia e suas especificidades estão explicitadas no Capítulo 2 “Métodos” desta dissertação.

da formação docente e a História da Psicologia participando como aluna de disciplinas isoladas no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Além dos estudos, da minha formação e prática docentes, a minha “mineirice” e os meus encantamentos por Minas Gerais, direcionei meus trabalhos buscando nos currículos das Escolas Normais mineiras, instituições educativas de formação de professores, saberes psicológicos que contribuíram para a formação docente até meados do século XX.

Com isso iniciei o mestrado em Psicologia com a ideia de investigar a psicologia nas Escolas Normais de Minas Gerais (1890-1920). A partir das primeiras orientações sobre a pesquisa, decidimos que um recorte local seria indispensável, dado o tempo do mestrado e das inúmeras Escolas Normais no estado de Minas Gerais no final do século XIX. A partir disso definimos que a Escola Normal de Ouro Preto seria o lócus da pesquisa, já que esta escola estava localizada na antiga capital mineira Ouro Preto e que havia sido a primeira escola a formar docentes em Minas Gerais.

O recorte temporal dado a esta pesquisa foi definido tendo como parâmetro inicial a Reforma Federal de Ensino Benjamin Constant, em 1890. Esta Reforma, proposta pelo então Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos da recém proclamada República brasileira, teve como base e influências a filosofia positivista. De acordo com Cartolano (1994) além de ter a liberdade, a gratuidade e a laicidade do ensino como princípios que a nortearam, a Reforma abriu as portas para um currículo mais científico, pautado em ciências que pudessem explicar o homem orgânico e social, tais como a biologia e a sociologia, dentre outras. Além disso, propunha um método de ensino para a instrução pública de 1º e 2º graus que privilegiava a lógica do pensamento, baseada na cultura dos sentidos e onde a intuição do aluno deveria ser respeitada a partir da observação direta dos objetos. Esta Reforma desencadeou outras reformas de ensino a nível estadual de mesmos teores, possibilitando mudanças educacionais em muitos estados brasileiros.

O recorte temporal final definido para a pesquisa foi o ano de 1930. A década de 1920 foi muito significativa para a educação brasileira, por ser um período difusor das ideias escolanovistas e por ter a Psicologia um papel de destaque para a formação de professores. As ideias escolanovistas, ideias de renovação pedagógica faziam parte de um movimento de educadores, intelectuais e personalidades de vários segmentos

educacionais, sociais e culturais que tinham como objetivo a defesa de uma educação de qualidade para o povo e a serviço da cidadania. Carvalho (2012) ressalta que:

Em seu desenvolvimento, o movimento foi acompanhado e sustentado por um trabalho intenso de teorização com base nos fundamentos filosóficos e científicos da renovação pedagógica. O trabalho das escolas novas formou um projeto de educação ativa cujo movimento vinculava a pedagogia às ciências humanas; também reconhecia a importância da criança no processo educacional, valorizava o “fazer” na aprendizagem infantil (atividades manuais, jogos e trabalhos como atividades educativas centrais, motivando a criança com temas que ela propunha como aprendizagem mais significativa), além de apontar o estudo do ambiente como essencial à aprendizagem, incentivar a socialização através de trabalhos em grupos e discriminar o autoritarismo dos professores, propondo uma educação mais livre e com características de amor materno. (p.229)

Mediante essas ideias várias reformas de ensino na década de 1920 foram sendo elaboradas nos estados brasileiros como propulsoras de um novo formato educacional, incluindo a Reforma de Ensino mineira conhecida como Reforma Francisco Campos. Embasado nas técnicas pedagógicas mais modernas da época e na ideia de uma maior liberdade na relação entre alunos e professores, Francisco Campos pautava sua proposta na ideia de que a educação de qualidade deveria ser para todos. De acordo com Carvalho (2012)

Francisco Campos sugeriu em sua reforma exatamente o que os liberalistas/iluministas propunham: reconstruir o aparelhamento do ensino público, o espaço físico e as relações humanas na escola. Por isso, criou associações escolares e favoreceu o espírito associativo infantil, a cooperação e recreação, além de mudar a relação entre aluno e professor — agora o discente teria voz ativa no processo educacional. (p.230)

Nesta trajetória, algumas indagações surgiram e se traduziram como questões centrais para este projeto: Os saberes psicológicos fizeram parte da formação de professores na Escola Normal de Ouro Preto, a primeira de Minas Gerais? Existiu nesta escola, alguma matéria específica que abrangesse a psicologia? Se existiu, quais eram os saberes e teorias que a norteavam? Em que período a Psicologia começou a ser lecionada como disciplina nesta escola?

No intuito de responder estas perguntas e outras que pudessem surgir, utilizamos para a pesquisa fontes provenientes do Arquivo Público Mineiro (APM) e documentos

do arquivo da Escola Estadual Dom Veloso de Ouro Preto. Além disso, utilizamos também a Coleção de Decretos e Leis Mineiras que se encontra na Assembléia Legislativa do Estado de Minas e consultas ao site da Biblioteca Nacional Digital.²

Nosso trabalho está dividido em quatro capítulos, acrescidos da Introdução, da Conclusão, das Referências, dos Apêndices e dos Anexos. O primeiro capítulo, denominado “Perspectiva Histórica”, está dividido em três subtítulos que contemplam uma revisão bibliográfica acerca de como surgiram às primeiras Escolas Normais respectivamente na Europa, no Brasil e em Minas Gerais. Além destes, apresentamos mais dois subtítulos, de revisão bibliográfica de trabalhos que têm como tema os saberes psicológicos e as Escolas Normais brasileiras e mineiras.

No capítulo 2, intitulado “Métodos”, apresentamos o referencial metodológico que embasou nossa pesquisa, a metodologia utilizada e os procedimentos relativos à localização, seleção e análise dos documentos. Neste capítulo fazemos também uma breve exposição de como são arquivados os documentos no Arquivo Público Mineiro, local onde encontramos as principais fontes para esta pesquisa.

No capítulo 3 denominado Resultados da pesquisa, apresentamos as análises dos documentos pesquisados. Neste capítulo relatamos sobre os saberes psicológicos encontrados nos documentos selecionados e pertinentes à Escola Normal de Ouro Preto. Produzimos também uma análise de dois periódicos que acreditamos ter circulado nesta escola, o Jornal “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado e a Revista do Ensino, publicação de propriedade e direção do professor da Escola de Minas de Ouro Preto Alcides Catão da Rocha Medrado. Além disso, apresentamos uma análise da legislação do Ensino de Minas Gerais, durante o período de 1835 a 1930.

No capítulo 4 denominado “As teorias e teóricos que respaldaram a formação docente na Escola Normal de Ouro Preto”, apresentamos os vários teóricos que aparecem nas provas dos alunos desta escola e as teorias psicológicas da época que embasaram os saberes psicológicos encontrados. Fazemos menção também à alguns teóricos que foram responsáveis pelo movimento da Escola Nova e que são citados na legislação de 1928.

Ao final, na parte reservada à Conclusão, sintetizamos os resultados encontrados e apresentamos propostas para novas pesquisas.

² <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Capítulo 1

Perspectiva histórica

Neste capítulo apresentaremos uma revisão de literatura sobre as Escolas Normais, seu surgimento em geral, no Brasil e em Minas Gerais. Apresentaremos também uma visão panorâmica dos saberes psicológicos nas Escolas Normais brasileiras.

1.1 Escolas Normais

O termo “Escola Normal” surgiu na Europa do século XVIII e se referia a instituições destinadas a formar professores, com normas e preparos específicos. Espalhadas por vários países, estes centros de formação permaneceram como referencia de normalização das práticas educativas, formação e instrução profissional de novos mestres.

A identificação da necessidade de formar professores com objetivos específicos pode ser observada desde o Século XVII, na obra “Didática Magna” de Comênio, de 1632, como demonstrado por Saviani (2008), Cambi (1999) Dias (2008), Schaffrath (2009), dentre outros.

Entretanto, o primeiro estabelecimento voltado para formação de professores foi proposto por Jean Battiste de La Salle (1651-1719), dentro da proposta de instruir os pobres, na cidade de Reims (França), de acordo com Saviani (2008). Salle funda uma escola para a formação de religiosos desejosos de ensinar, que recebeu o nome de Seminário dos Mestres de Escola, em 1684.

Desse período em diante o que se percebe é que as preocupações com a formação de professores foram se intensificando e principalmente no final do século XVIII na Europa, os estados começaram a exercer controle sobre os conhecimentos dos professores, normalizando e regulamentando a formação. De forma geral a maior preocupação dos governantes ao institucionalizar os espaços de formação era incutir normas, conforme Vilella (2008), além de oferecer “locais autorizados para a formação de um novo corpo de funcionários públicos” (p.30).

A primeira instituição que recebeu o nome de Escola Normal, segundo Saviani (2008), foi instalada em Paris, em 1795. Na oportunidade utilizava-se o termo “Escola

Normal Superior” evidenciando a formação de professores para o nível secundário de ensino e o termo simples “Escola Normal” ou “Escola Normal Primária” para o ensino primário. Segundo esse autor, Napoleão também instituiu em 1802, a Escola Normal de Pisa equiparada ao modelo da instituição parisiense.

As escolas foram disseminadas por toda França e em 1832, aquele país contava com 36 Escolas Normais (Giner apud Scaffrath, 2009). Em 1833, a legislação da época previa que houvesse uma Escola Normal em cada um dos estados franceses e nesse período o currículo dessas instituições já contava com algumas matérias obrigatórias, quais sejam:

Instrução moral e religiosa; Leitura; Aritmética, Sistema de pesos e medidas; Gramática francesa; Elementos de Geometria e suas aplicações usuais, especialmente desenho linear; Noções de Ciências Físicas e de História Natural, aplicadas aos usos da vida; Elementos de História e Geografia, em especial da França; Canto; Ginástica; Métodos de ensino e Princípios da educação (Scaffrath, 2009, p.148).

Para Scaffrath (2009), a partir do século XVIII, durante o período denominado “Iluminismo”³, teve início um movimento rico de reflexões e teorias pedagógicas na Europa. Este, teve à frente pensadores como Rousseau⁴, Pestalozzi⁵ e Condorcet⁶, que

³Movimento cultural da elite intelectual européia que teve como objetivo reformar a sociedade, no período aproximadamente de 1650 a 1700, que propunha o uso da razão contra o abuso do estado e da igreja. Ficou conhecido também como “Século das luzes”. Ver Falcon, F. J. C. (1994). Iluminismo. Editora Ática, São Paulo.

⁴Filosofo genebrino do século XVIII, Rousseau (1712-1778) propunha através de sua obra “Emílio ou da Educação”, que a educação deveria se dar em conformidade com a natureza. Combateu ideias do seu tempo, principalmente em relação a criança e seu desenvolvimento. Entendia que a criança não era um adulto em miniatura e que possuía características próprias, identidade própria e que para entender a infância os adultos devem enxergar a vida com simplicidade. Recuperado em 20 de agosto, 2014 de <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-393-04.pdf>

⁵Pestalozzi (1746-1827), educador suíço, pertencia a vertente da pedagogia intuitiva, cuja proposta básica era oferecer dados sobre a percepção e observação dos alunos. Concebia a educação como natural e baseada nos princípios da liberdade, da personalidade da criança e na bondade inata dos seres. Defendia uma educação que não repreendesse e que possibilitasse o desenvolvimento integral da criança. Recuperado em 31 de agosto, 2014 de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Raquel%20A.%20M.%20da%20M.%20Freitas%20e%20Beatriz%20Aparecida%20Zanatta%20-%20tex.pdf>

⁶Condorcet (1743-1794) defendia a universalização do ensino, onde a escola seria um espaço de construir pessoas autônomas. Este autor francês entendia que a formação deveria proporcionar um sujeito ativo e livre, sendo que os conhecimentos que compunham a instrução deveriam ser suficientes para que o indivíduo pudesse conhecer seus direitos e deveres, além de prepará-los para participar da sociedade de

defendiam ideais de uma educação laica e pública para a população. Além deste, o movimento de igualdade difundido pela Revolução Francesa, incrementaram o ensino primário e consequentemente, propiciaram o crescimento das preocupações com a formação de professores na maioria dos países da Europa.

Acrescentados à nova ordem capitalista do fim do século XVIII e início do XIX, consolidou-se a necessidade de educar as populações para qualificar a mão-de-obra em acordo com as novas exigências do mercado para, dentre outras coisas, instruir a população para o patriotismo e a consciência nacional.

Nóvoa (1995) expondo o processo de formação de docentes em Portugal relata que os reformadores do final do século XVIII, sabiam que os professores eram

... a voz dos novos dispositivos de escolarização e por isso o Estado não hesitou em criar as condições para a sua profissionalização...desde meados do século XIX que o ensino normal constitui um dos lugares privilegiados de configuração da profissão docente...mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário. As escolas normais legitimam um saber produzido no exterior da profissão docente, que veicula uma concepção dos professores centrada na difusão e na transmissão de conhecimentos; mas são também um lugar de reflexão sobre as práticas, o que permite vislumbrar uma perspectiva dos professores como profissionais produtores de saber e de saber-fazer. (p.2-3)

Concordamos com o autor quando pondera que ao mesmo tempo em que as Escolas Normais foram instituições criadas para o controle do corpo docente também eram espaços legitimados de afirmação profissional, de reflexão sobre as práticas docentes e de afirmação da profissão.

Durante o final do século XIX e início do século XX, o estado republicano português propiciou aos professores papel de grande relevo na sociedade, mas com ressalvas entre o poder do estado sobre a formação e a autonomia do professor sobre o saber.

Para Nóvoa (1992), na década de 1930 houve em Portugal grandes reformulações em relação à formação docente, sendo que após várias tentativas de reformas para as mesmas, o estado decidiu encerrar as atividades das Escolas Normais Superiores. Já as Escolas Normais Primárias não funcionaram durante o período de 1936 até a década de 1940, quando voltaram a funcionar totalmente modificadas.

Na Itália, segundo Cambi (1999), as Escolas Normais para formação de professores foram instituídas em 1860 permanecendo inalteradas, sem variações nos currículos e programas até o final do século XIX. Houve reformas do ensino mais incisivas nos anos de 1904, 1911 e 1923, renovando-se o ensino italiano e favorecendo o viés formativo dos professores.

Podemos pensar, portanto que durante o século XIX e meados do XX, alguns dos países europeus defenderam e deram bastante importância à formação do professorado em instituições criadas especificamente para este fim, em um entendimento de que os professores deveriam ser instruídos tendo como base a ciência e os conhecimentos profissionais. Acrescenta-se que a institucionalização permitiu, dentre outras coisas, a reflexão sobre a prática docente e principalmente sobre a profissionalização do professor.

Interessante notar que as Escolas Normais foram criadas para atender a um novo formato de sociedade, em que as concepções de educação com bases nacionais seguiam normas impostas pelos governantes, mais que isso, também foi uma grande conquista para os professores, como ressaltado por Nóvoa (1991), pois que as escolas possibilitaram também uma “mutação sociológica do corpo docente: o ‘velho’ mestre-escola é definitivamente substituído pelo ‘novo’ professor da instrução primária.” (p. 15)

1.2 Escolas Normais no Brasil

No Brasil do século XVIII e início do XIX, ainda no Período Colonial, havia formas e locais diferentes de ensinar. Nas grandes propriedades rurais, os donos das terras convidavam padres para ensinarem seus filhos e agregados e até escravos, a ler, escrever e orar. Já nos centros urbanos e de acordo com os desejos das famílias, contratavam-se pessoas com domínio de alguma habilidade em leitura, escrituração, cálculos, etc. para a transmissão de seus conhecimentos aos filhos, sobrinhos ou outros familiares.

Esses ensinamentos eram transmitidos no próprio espaço doméstico, com especialistas denominados mestres-escolas. Os mesmos abriam as portas de suas casas

ou iam até as casas dos alunos para ensinarem escrita, leitura e rudimentos da matemática. Estes mestres tinham como característica a formação e o aprendizado do ofício na prática de ensinar, além do que para Villela (2000),

Nos espaços urbanos a diversidade era maior, variando de acordo com as posses e os objetivos das famílias que demandavam a instrução ou com as intenções de certas instituições que ofereciam por motivos religiosos – no caso da Igreja e das associações filantrópicas –, ou como preparação para desempenho de ofícios, como a instrução fornecida por algumas corporações profissionais e, até mesmo, por proprietários de escravos. (Villela,2000, p.99)

Na década de 1820 do século XIX, contudo, inicia-se um controle maior do Estado sobre essas iniciativas de organização da instrução, mas somente depois de 1827, haverá efetiva intervenção estatal sobre a organização docente. Por meio do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, já no Período Imperial, delegou-se às províncias brasileiras, a responsabilidade de ofertar e organizar o ensino primário e secundário. Seguindo o modelo francês, as Escolas Normais surgem então no Brasil, na primeira metade do Século XIX, sob a visão da necessidade de formação e atualização dos professores para uma instrução civilizatória do povo brasileiro (Villela, 2000).

Para Carlos Monarcha (1999), as Escolas Normais brasileiras eram instituições que evocavam normas e produziam regras para a conduta do professor, tanto no que concerne a processos e atuação didáticos e profissionais, quanto em comportamento nos âmbitos privado, político e público, além de também serem responsáveis pela melhoria do ensino, pois o desejo governamental era que essas instituições oferecessem preparo adequado para a docência.

A primeira Escola Normal brasileira foi instalada em Niterói, Rio de Janeiro em 1835. Villela (2008) relata que o curso oferecido não tinha um período letivo fixo. O diretor, que também era o único professor, após um período de dois ou três anos de estudos dos alunos, indicava-os ao exame final. O curso era não seriado e distribuído em três classes de ensino: 1ª Classe - Leitura, escrita, as quatro operações, frações, moral cristã e religiosa, gramática; 2ª Classe - Noções de geometria; 3ª Classe - Elementos de geografia.

Até o final do século XIX, outras Escolas Normais foram criadas em várias partes do Brasil e quase todas as províncias⁷ possuíam pelo menos uma dessas instituições de formação docente. Podemos citar como exemplo, que em 1836, criou-se em Salvador, a Escola Normal da Bahia; em 1842, a Escola Normal de Cuiabá; em 1846, a Escola Normal de São Paulo; em 1864, a Escola Normal do Piauí; em 1869, Escola Normal do Rio Grande do Sul; em 1880, a Escola Normal da Corte (Rio de Janeiro), dentre outras.⁸ Sem a intenção de esgotar o tema, detalharemos alguns pontos destas escolas, a seguir.

A Escola Normal da Bahia, conforme Rocha (2008) foi aprovada pela Lei de 1836, mas só iniciou suas atividades em 1842. A lei instruía que a escola fosse destinada a alunos do sexo masculino, com curso de dois anos de duração. O curso deveria abordar matérias relacionadas aos métodos de ensino (simultâneo⁹ e mútuo¹⁰), leitura, caligrafia, gramática, aritmética, desenho e princípios de religião cristã.

Em Cuiabá, a escola teve início em 1842 e de acordo com Sá e Sá (2008) funcionou por 3 anos, encerrou suas atividades e voltou a ser instalada em 1874, funcionando mais duração de 6 anos. Compreendeu dois cursos de humanidades: o Curso Normal, com matérias de gramática, geografia geral e história do Brasil; e o curso de Línguas e ciências preparatórias, com as mesmas disciplinas, acrescidas de latim, francês, inglês, filosofia racional e moral, retórica e história universal.

Citando a experiência paulista, Dias (2008) declara que o primeiro projeto que propunha a criação da Escola Normal de São Paulo é de 1843, porém concretizado somente em 1846. A escola permaneceu aberta até 1867, ofertando as matérias de “Lógica, Gramática Geral e Língua Nacional; Teoria e Prática Aritmética”; Noções de

⁷ Nome dado para a divisão territorial durante o Período Imperial e correspondente à mesma divisão de Estados no Período Republicano.

⁸Ver Araújo, Freitas e Lopes (2008).

⁹ Este método foi criado por São João Batista de La Salle (1651-1719) e tinha como característica atender um número de alunos reunidos em subgrupos de acordo com o grau de desenvolvimento. Ver Mourão, P. K. C. (1959). Ensino em Minas Gerais no tempo do império. Centro Regional de Pesquisas Educacionais, MG.

¹⁰ Método de ensino no qual os alunos adiantados ensinam aos mais atrasados, através da imitação. Foi criado há muitos séculos, na Índia. O escocês André Bell (1753-1832), que dirigiu uma escola de órfãos na Índia, adotou-o depois na Inglaterra. “Usado no Brasil, no tempo do Império, com o nome de Método Lancasteriano.” (Duarte, 1986, p.65)

“Geometria Prática; Caligrafia; Princípios e Doutrina da Religião do Estado”, “Métodos e Processos do Ensino, suas aplicações e vantagens comparativas.” (p.82)

Esta Escola Normal volta a funcionar entre 1875 até 1878, com novo formato de curso e ampliada em termos de cadeiras, além da instalação de uma seção feminina em horário diferente da seção masculina. No período de 1880 a 1890, a escola retomou seu funcionamento contendo em sua estrutura curricular, as matérias de: português, aritmética e geometria, história e geografia, pedagogia, metodologia e religião, física e química, francês, caligrafia e desenho para homens e mulheres separadas.

A Escola Normal da Corte foi oficializada em 1880, no município do Rio de Janeiro, local de instalação da corte da família imperial, durante todo o Período Imperial. Seu primeiro diretor foi Benjamim Constant Botelho de Magalhães. De acordo com Accácio (2008), a escola possuía dois cursos, um de Ciências e Letras e o de Artes, podendo o aluno frequentá-los separadamente e com salas separadas por gênero. O primeiro curso era bem extenso, funcionando em 4 anos com as seguintes matérias:

Instrução Religiosa, Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Corografia e História do Brasil, Etnografia, Cosmografia e Geografia Geral, História Geral, Elementos de Mecânica e Astronomia, Ciências Físicas, Ciências Biológicas, Lógica e Direito Natural e Público, Economia Social e Doméstica, Pedagogia e Metodologia, Noções de Agricultura.” (Accácio, 2008, p.217)

Já o Curso de Artes dessa mesma escola, oferecia as matérias de caligrafia e desenho, ginástica, música e trabalhos de agulha. Conforme a autora este currículo permanece até a redução do curso em 1888, modificando novamente em 1890. No currículo dessa escola em 1906, na matéria de pedagogia do 3º ano, incluíram-se estudos de psicologia, que segundo a autora “desenvolvendo-se os fatores orgânicos, sob influências das preocupações biológicas dos evolucionistas.” (Accácio, 2008, p.219)

Percebe-se então que durante o século XIX, o funcionamento de várias Escolas Normais brasileiras foi de instabilidade no funcionamento. Havia tentativas de abertura e permanência, fechamentos e reaberturas, sem muitas vezes cumprir as funções e o papel de habilitar o professor em temas pedagógicos ou didáticos, que falassem mais da função docente. Contudo, ainda assim, foram estabelecimentos importantes e

fundamentais para a instrução pública, mesmo que frágeis no processo de qualificação docente.

A partir dos anos de 1870, a importância destas instituições parece ter sido aquecida nos debates e discursos políticos. Além dos jornais divulgarem e destinarem espaços para textos que continham informações sobre a instrução e anúncios de materiais pedagógicos e livros, o governo passou a patrocinar também conferências e exposições pedagógicas nacionais e internacionais, incentivando a formação docente. (Villela, 2000). A expectativa era trazer novidades e novos materiais pedagógicos de outros países para que pudessem servir de modelo ao formato brasileiro. Essas experiências destacaram a importância das Escolas Normais e viu-se um aumento dessas instituições Brasil afora.

Nos primeiros anos de República, a tônica em discussão era expandir a escolarização na defesa da elevação do Brasil à condição de potência mundial. O argumento era o progresso social e a formação de hábitos, ou seja, valores e conhecimentos, identificados como necessários para que os alunos fossem futuramente úteis a sociedade. Além disso, a escolarização deveria auxiliar na formação de mão de obra e a favor do trabalho, portanto era indispensável e providencial para os dirigentes das províncias que houvesse investimentos na formação de professores.

Na primeira década de 1890, mais escolas normais foram abertas e mais importância se deu aos conteúdos baseados na ciência e no positivismo, que os dirigentes políticos do momento acreditavam formar e informar o professor para a prática docente, instrumentalizando-os para que pudessem disciplinar, ordenar e preparar os novos cidadãos para o progresso, segundo Villela (2000).

É importante ressaltar que diferentes autores, como Accácio (2008), Mansanera e Silva (2000) ressaltam que as escolas normais nesse contexto também foram vistas e tiveram papel importante como difusoras das ideias sobre a higiene. A lógica era que ao preparar e informar os futuros docentes sobre essas concepções e sua importância, os mesmos repassariam as práticas de higiene aos alunos e estes agiriam como multiplicadoras das mesmas, levando o que aprendiam na escola para o âmbito doméstico.

Segundo Mansanera e Silva (2000), a higienização fazia parte de um movimento mundial em prol da saúde das populações que se aglomeravam nos grandes centros urbanos e frente à complexidade dos novos formatos sociais.

A higiene, de maneira geral, entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível. (p. 118)

A formação dos professores no modelo republicano, onde a educação era apontada como solução para o atraso da sociedade, necessidade social e política funcionariam como peça chave e reprodutora de modelos e ideais. Outras iniciativas foram levadas a diante no sentido de implantar uma educação mais ampla e popular, como exemplo citamos a criação dos grupos escolares e a produção de uma nova cultura escolar.

Neste sentido, as Reformas federais do ensino empreendidas a partir de 1890, incluindo as de Benjamim Constant (1890 a 1892) influenciaram novos modelos de formação nas Escolas Normais brasileiras. A partir da já instalada Escola Normal da Capital Federal, outras reformas nos estados impulsionaram mudanças e remodelaram a formação de novos professores, como por exemplo, na Escola Normal de São Paulo, sob a direção de Caetano de Campos. Este republicano rompeu as alianças com os conservadores anteriores e propôs um projeto arquitetônico para a escola.

Para Caetano de Campos era necessário pensar grande e projetar no espaço do futuro aquela que seria uma verdadeira escola normal. Mas não só arquitetônico era o seu projeto; a prática pedagógica seria a sua pedra angular e para tal criou as escolas-modelo, dirigidas por duas experientes pedagogas, Miss Browne e dona Maria Guilhermina, ambas com formação nos Estados Unidos. Elas colocariam os alunos-mestres em contato com o que havia de mais atualizado no exercício da prática cotidiana escolar. (Villela, 2000, p.118)

Em São Paulo na década de 1890, por exemplo, a ênfase recaiu sobre a criação de Escolas Modelo, escolas de ensino público primário que seriam espaço de prática de experimentação e ensino dos alunos das Escolas Normais. Nesse mesmo período o método de ensino denominado “intuitivo”¹¹ que já era praticado nos Estados Unidos, Alemanha e Suíça, ganha força nos discursos dos estadistas brasileiros e uma

¹¹Método de ensino divulgado pelos discípulos de Pestalozzi e criado na Alemanha, que ao contrário dos métodos anteriores praticados no Brasil e que privilegiavam a memorização por repetição, propõe utilizar “os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de idéias, iniciando do concreto e ascendendo à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual”. disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm

organização pedagógica baseada neste método passa a ser a tônica para as Escolas Modelo que em geral funcionavam anexas a Escola Normal. “Funcionando no mesmo prédio, recém-construído para abrigar a Escola Normal, na Praça da República, a Escola-Modelo ‘Caetano de Campos’ possuía excelentes acomodações físicas, salas de aula amplas e arejadas e oficinas para trabalhos manuais.” (Souza, 1998, p. 57)

Em outras localidades brasileiras, também havia Escolas Modelo anexas às Escolas Normais, como na Escola Normal do Maranhão que iniciou seu funcionamento em julho de 1890 e cinco anos mais tarde, teve uma Escola Modelo anexada a ela, com o propósito de constituir-se em espaço próprio para a prática de ensino. Para Motta e Nunes (2008) nesse período a presença da normalista já é constante em muitos Estados e a instrução tem nova fase, passando a ser de interesse coletivo.

A formação docente tornou-se especial e tinha especificidades. Cada vez mais as Escolas Normais foram profissionalizando seus alunos com um currículo enciclopédico: línguas (português, inglês, francês e latim), aritmética, álgebra, geometria, caligrafia, desenho, física, química, geografia, história, ginástica, trabalhos manuais, além os exercícios de ensino, pedagogia e educação cívica. Em muitos casos, se ensinava também agrimensura e escrituração mercantil, habilitando o aluno para o mercado rural e urbano (Souza, 1998).

A partir do século XX outras Reformas de ensino federais e muitas estaduais foram empreendidas. As que eram de cunho positivista propunham currículos extensos, enciclopédicos com várias matérias que objetivavam elevar o grau de cultura do professorado. Já as de interesse humanista, enfatizavam matérias mais literárias, as línguas, e a filosofia. Podemos citar como exemplo a reforma educacional de 1901, conhecida como Reforma Eptácio Pessoa, que tinha um caráter mais literário, incluía a lógica no currículo e retira a Biologia, Sociologia e Moral. Centraliza e tenta disciplinar o ensino a nível secundário e superior, tanto os estaduais como os particulares, segundo Souza (1998).

As Escolas Normais, dentre outros fatores, constituíram a base da educação brasileira durante muito tempo e iam ao encontro dos ideais republicanos de respaldar e sustentar a educação em todo o território nacional. Fato a considerar ainda é que a partir delas, em muitas localidades brasileiras foram criados os cursos superiores de Educação, como por exemplo, o curso de aperfeiçoamento a Escola Normal da Bahia

que “foi base para a seção de Pedagogia e, mais tarde, para o curso de psicologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA.” (Antunes, 2004, p. 125)

Como ensino secundário, as Escolas Normais vão sofrer o impacto das legislações que foram propostas em várias partes do país, como em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, dentre outros estados, principalmente nos anos de 1920. Estas tinham como base as ideias do movimento da Escola Nova ou escolanovismo e indicavam a necessidade da reorganização da escola primária e da formação dos professores no ensino normal.

Essas ideias já circulavam no Brasil desde o final do século XIX e início do século XX, num discurso de renovar a escola, pautado na contraposição ao que era tradicional no ensino, ou seja, com práticas e saberes diferentes dos operados até esse período (Vidal, 2000). Para a autora, em fins do século XIX, já havia debates acerca da “centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno.” (p. 497)

Esse movimento toma corpo na década de 1920 com educadores tais como: Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Lourenço Filho (1923), Mário Casassanta e Francisco Campos (Minas Gerais, 1927), Carneiro Leão (Pernambuco, 1928), Fernando de Azevedo (Distrito Federal, 1928), dentre outros, propondo que o aluno fosse o centro dos processos de aprendizagem e tendo para isso a Psicologia como suporte científico para a escola e para a educação.

1.3 Saberes psicológicos e Escolas Normais brasileiras

Reportando-nos aos saberes psicológicos¹², podemos destacar que os mesmos fizeram parte dos conhecimentos que circularam nas Escolas Normais desde o final do século XIX, em algumas regiões e estados do Brasil.

¹²O termo “saberes psicológicos” será utilizado para designar temas, conhecimentos, objetos, dentre outros, que a partir de um critério atual, são chamados de psicológicos, tendo como referência os estudos de Massimi (2010, 2011).

Na região Sudeste, segundo Massimi (1989) na cidade de São Paulo, desde a segunda metade do século XIX, já havia um avanço acentuado em relação à formação de professores. O projeto de lei apresentado por Paulo Egídio, em 1892, previa a inclusão das cadeiras de Psicologia e Lógica nas Escolas Normais do estado. No entanto, a autora relata que a Psicologia já fazia parte de alguns currículos, incluídas nas matérias filosóficas nos cursos secundários e superiores.

Na nova organização da Escola Normal de São Paulo em 1876, Massimi (1989), identifica que na cadeira de “Methodica e Pedagogia” e em documentos do Museu Pedagógico da Escola, havia citações com saberes psicológicos tais como: “atividade sensorial e motora, inteligência e suas operações, sensibilidade moral, vontade, hábitos..” (p.72), dentre outros.

Mesmo que a psicologia não aparecesse nos currículos como matéria específica com o nome próprio de “Psicologia”, o conceito, ou conteúdos ou saberes dessa colaboraram efetivamente para que a pedagogia se respaldasse cientificamente, oferecendo a esta o método objetivo que precisava para conhecer o homem e sua evolução. Massimi (1989) relata que o diretor Thompson da então Escola Normal de São Paulo, em 1914, declara que a psicologia dava o caráter científico à pedagogia moderna, em

...um artigo do título significativo: “O Futuro da Pedagogia é científico”.. Os processos pedagógicos subordinam-se ao methodopsychologico, e os princípios da primeira são corolários dos princípios da segunda. É o methodopsychologico e os seus princípios, a base científica sobre a qual se apóia a arte da educação... (p.354)

Em relação às teorias difundidas sob o viés da psicologia e pedagogia, no século XIX e que contribuíram para o desenvolvimento e interesse pela Psicologia, Massimi (1989) revela que as inspirações foram tanto na pedagogia anglo-saxônica de Locke, Lancaster, como

...no ecletismo espiritualista francês (ex.: Cousin, Jouffrouy, Dugald Stewart, Maine de Biran, RoyerCollard. Quanto aos métodos de ensino seguidos, são os de Lancaster, de Descartes e de Pestalozzi. São citados também os pedagogos de inspiração cartesiãna franceses, Fenelon (1651-1715), Ch. Rollin (1661-1714), pedagogo da Universidade de Paris, J. B. Bossuet (1627-1704), Malebranche (1638-1715). Todos esses enfatizam a relevância do conhecimento empírico do homem... (p. 357-358)

De acordo com Antunes (1991), o final do século XIX, foi um período de entrada da psicologia no Brasil sob o viés da educação, sendo que esta área foi um dos substratos importantes para a realização da prática e a produção dos saberes psicológicos e posteriormente os mesmos ampliaram-se para outras áreas a partir da educação.

A autora pondera que em 1912 a Escola Normal de São Paulo aderiu ao desdobramento da disciplina de Pedagogia em Pedagogia e Psicologia. Estes e outros fatos impulsionaram mais ainda o desenvolvimento da Psicologia no ensino normal e contribuíram expressivamente para à educação.

De acordo com mesma, a psicologia ficou em evidência respaldando a pedagogia em várias Reformas estaduais de ensino espalhadas pelo Brasil, principalmente durante a década de 1920. Podemos destacar a Reforma do Ensino do Ceará, proposta por Lourenço Filho e a Reforma do Ensino de Minas Gerais em 1929, por Francisco Campos.

A Psicologia tornou-se, nesse panorama, exigência vital para a educação, particularmente na sua expressão pedagógica representada pelo escolanovismo, na medida em que esta ciência era aquela capaz de dar os subsídios teóricos necessários e, mais que isso todo um arsenal técnico para instrumentalizar, a ação educativa. (Antunes, 1991, p.163)

A criação do museu pedagógico “Pedagogium” no então Distrito Federal (Rio de Janeiro) colaborou com os melhoramentos educacionais e difusão da psicologia no Brasil, e segundo Antunes (1991) em 1906, Manoel Bonfim organizou no mesmo local o primeiro laboratório de psicologia fundado no Brasil, planejado por Binet¹³ criado no governo de Medeiros e Albuquerque.

Em Porto Alegre, região sul do Brasil, a inserção da Psicologia como matéria independente nos cursos normais pode ser vista entre 1920 e 1950. Segundo Lhullier (1999), a Escola Normal de Porto Alegre, criada em 1869 e após sucessivas reformas

¹³Alfred Binet (1857-1911), pedagogo e psicólogo francês desenvolveu estudos pertinentes às diferenças individuais das crianças, tanto em relação aos aspectos genéticos quanto educacionais. Na psicometria elaborou o primeiro teste de inteligência. Recuperado e, 21 de setembro, 2014 de Zazzo (2010), <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4661.pdf>

curriculares incluiu em 1925 a disciplina de Psicologia na formação docente. A autora confirma que em 1906 a matéria de pedagogia já fazia parte do currículo desta escola e que os saberes psicológicos estavam presentes na mesma, com temas sobre as faculdades psíquicas. Em 1923, a psicologia como matéria já fazia parte do currículo dessa Escola Normal, em uma disciplina denominada “Pedagogia, Psychologia e Direito” (p.86)

Com a instalação de um Jardim de Infância na Escola Normal de Porto Alegre, em 1929, de acordo com Lhullier (1999), baseado em modelo de educação disseminado por Froebel¹⁴, também fez parte dos ideais do movimento escolanovista no estado, bem como da teoria funcionalista americana, reafirmando ligação estreita entre a Psicologia, as práticas pedagógicas e a formação de professores.

Na região nordeste do país na Escola Normal de Natal, a partir de 1909, conforme Carvalho (2009), a cadeira de pedologia foi incluída no currículo do ensino normal e tratava de vários aspectos sobre o estudo da criança e da psicologia infantil. O autor considera que a autonomia do discurso psicológico aconteceu de forma mais expressiva nessa escola, no final da década de 1930, numa reorganização do currículo da mesma, com a inclusão das matérias de Psicologia geral, infantil e aplicada à educação.

Na região Centro-Oeste do Brasil, Rodrigues (2009) nos conta que a inclusão da psicologia nos currículos de formação de professores na Escola Normal de Goiás, foi contemplada na disposição das matérias em 1884, também vinculada a matéria de pedagogia, onde se podia ver tópicos referentes aos princípios de psicologia. A Escola Normal era anexa ao Liceu local e em 1884 tinha em seu currículo a disciplina de pedagogia que continha saberes psicológicos relacionados aos princípios de psicologia.

Segundo esse autor, a partir da segunda metade do século XX, a escola nova e a psicologia educacional foram importantíssimas para impulsionar um novo enfoque para a educação no estado de Goiás.

Como se vê, nas regiões brasileiras apresentadas, a psicologia fez parte dos currículos das escolas normais, desde o final do século XIX. Percebe-se que havia

¹⁴Friederich Froebel (1782-1852), educador, segundo Arce (2002) desenvolveu o conceito de jardim de Infância “kindergartens”, onde a criança deveria ser respeitada em seu processo natural de desenvolvimento e os professores deveriam se comportar como verdadeiros jardineiros, entendendo e respeitando esse processo. Recuperado em 21 de setembro, 2014 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a09>

preocupação com os conteúdos e métodos de ensino nos cursos normais, relacionados também com as preocupações em conhecer o educando e formar o professor. Sem sombra de dúvidas esses fatos possibilitam o desenvolvimento da pedagogia e principalmente da psicologia no âmbito educacional. Para Antunes (1991),

A preocupação com as relações entre processo pedagógico e conhecimento a respeito do funcionamento psíquico aparecerá mais claramente apenas na segunda metade do século XIX, sendo que sua influência fundamental dar-se-á a partir do final do século, de tal maneira que a compreensão do estabelecimento da psicologia científica no Brasil torna-se impossível sem a consideração do pensamento educacional e pedagógico. (p.61)

Os estudos apontam que os dirigentes políticos se preocupavam em constituir uma sociedade urbanizada, moralizadora e saudável. Para tal, muitas matérias foram introduzidas nos currículos dos cursos normais brasileiros, durante o final do século XIX e início do XX. Como ressalta Antunes (2004) muitas propostas educacionais traziam em seu bojo questões que abordavam os vícios e a moral.

Sobre essas questões, podemos citar as ideias de higienização dada pelo aparato médico, no início do século XX. Ressaltamos que as mesmas fazem parte de ideias de uma época e sendo assim é indispensável voltarmos nossos olhos a elas, entendendo-as com os olhares daquela época e não tentar entendê-las com os olhos e entendimentos atuais.

1.4 Escolas Normais em Minas Gerais

Como já mencionado anteriormente em todo Brasil, durante o século XIX, a formação de professores fez parte dos discursos políticos. Já quase em meados da década de 1890, o professor passou a ser visto como peça chave do processo educativo, afinal era o elemento formador dos futuros trabalhadores. Neste sentido, nas Minas Gerais também circulava esse mesmo discurso.

Em Minas, a primeira Escola Normal foi criada no ano de 1835, em Ouro Preto pela lei n. 13 de 28 de março, num entendimento do governo de que a formação docente

exigia condições e saberes específicos, além de necessária e devida habilitação. Outras foram criadas ainda no século XIX: a de Diamantina no final dos anos 1870 e as de Paracatu, Montes Claros, Sabará, Uberaba, Campanha, Juiz de Fora e São João Del Rey no início dos anos de 1880. Também em Minas, a criação de escolas normais relacionava-se à ideia de formação e qualificação de docentes para a preparação dos alunos da instrução pública, alargando o acesso a um número maior de pessoas às instituições escolares públicas.

Além destas já citadas, nos municípios de Minas Novas, Cataguazes, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Araçuaí, Januária, Barbacena, Três Pontas, Serro e Itajubá, também havia Escolas Normais, sendo que algumas delas eram mantidas pelas prefeituras. Durães (2002) revela que “durante toda a segunda metade do século XIX, em toda a Província Mineira, existiram em torno de 19 escolas incumbidas de tal formação.” (p.142).

As Escolas Normais em Minas vão se legitimando progressivamente enquanto espaços de formação docente, com ampliação dos cursos, reformulação de conteúdos, inclusão de conteúdos mais científicos e pedagógicos e implantação de novas escolas durante o final do século XIX e início do século XX. As estratégias do Período Imperial esbarravam na

...assistemática dos investimentos, na ausência de uma definição política por parte do Estado, em que nas discussões legislativas, ao mesmo tempo que afirma-se a necessidade da existência deste espaço de formação, por outro, diagnostica-se a ineficiência dos resultados desta Instituição, imputada como inútil em várias falas.

Porém, tal quadro será progressivamente alterado, com a formação da necessidade desta instituição, articulada a conformação de um perfil de professorado identificado com a difusão de valores associados a civilidade, patriotismo e moralidade inequívoca, perfil este veiculado no interior desta instituição. Persiste, no entanto, a associação entre a necessidade de formação docente e a desqualificação do professorado, discurso que irá atravessar a história da educação brasileira. (Gouvêa, 2002, p.264)

Se contemplarmos os relatórios dos Presidentes¹⁵ da província mineira, podemos perceber que as Escolas Normais durante o Período Imperial muitas vezes não correspondiam às expectativas de alguns governantes, como citado no Relatório¹⁶

¹⁵ Maior cargo político de direção da Província durante o Período Imperial. Correspondente ao cargo de governador do Estado no período da República.

¹⁶ Minas Gerais, Falla que á Assemblá legislative Provincial de Minas Geraes dirigido por ocasião da instalação da 2ª sessão da 27ª legislature em 3 de junho de 1889 o 1.º vice-presidente da provincial, dr.

dirigido à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais de 1889, pelo então vice-presidente da Província, Dr. Barão de Camargos,

Estes estabelecimentos, d'onde deveriam sahir professores habilitados que elevassem o nível da instrucção primaria tão abatida presentemente, não têm produzido os resultados que delles se deveriam esperar...Nota a inspeccia geral que as provas por que passam os alumnos nos exames annuaes são julgadas com demasiada benevolência, decorrendo d'ahi o grande mal de serem collocados no magistério professores pouco preparados, garantidos por um diploma de presumida capacidade.Étambem digno de reparo o pequeno numero de alumnos que annualmente sahem promptos de taes estabelecimentos, com os quaes se despende em cada exercício considerável somma. (Minas Gerais, Mensagem do vice presidente, 1889, p.19)

O que se observa é que mudanças importantes no ensino normal em Minas aconteceram a partir da Lei nº 381 de 16 de setembro de 1901. Segundo Mourão (1962), esta lei não se referia especificamente nem à instrução pública, nem às Escolas Normais, mas a medidas de economia.

Certo é que neste momento de cortes financeiros e administrativos, determinou-se nesta legislação que as Escolas Normais do estado ficariam suspensas e que só funcionariam as que fossem assumidas pelas câmaras municipais das cidades.

Sob o ponto de vista de Mourão (1962), a simplificação dessa deliberação em relação a outras reformas anteriores pode ter expressado uma diminuição considerável no grau de instrução nas escolas em geral, mesmo porque houve uma grande insatisfação dos professores, que tiveram inclusive seus salários diminuídos, além da extinção também dos cargos de inspetores extraordinários de instrução pública.

Novas mudanças na formação docente no estado aconteceram a partir da legislação de 1906, que criou a Escola Modelo para uma formação feminina, sediada na nova capital mineira, Belo Horizonte. As demais escolas de formação docente em todo o estado de Minas deveriam padronizar seu formato baseando-se em seu modelo de formação.

Deliberou-se também que a prioridade seria das mulheres em constituir o corpo docente nas escolas públicas, já que havia um entendimento neste momento, que as

qualidades femininas seriam primordiais para a educação das crianças. Segundo Durães (2002), desde o final da década de 1870, no Brasil já havia diminuição considerável de alunos do sexo masculino nas Escolas Normais,

...devido à emergência de outras possibilidades de trabalho, alguns, até mais bem remunerados – os homens – optaram por não continuar no magistério. Além disso, a remuneração, a exigência de exclusividade profissional, a progressiva aproximação do trabalho docente com as qualidades femininas e o fato de o Governo Mineiro exigir formação específica para o exercício do trabalho docente podem ter contribuído para excluir os homens dos cursos normais. De fato, foram muitos motivos que impulsionaram esse processo, mas entre eles, destaca-se, principalmente, a influência dos pressupostos médicos e pedagógicos presentes nas políticas governamentais dos oitocentos e no ideário de docente que foi propagado em toda sociedade. (p.175)

A mesma legislação modificou a estrutura curricular de todas as escolas normais mineiras e implantou os grupos escolares que ampliaram o espaço de atuação docente. Os resultados quantitativos de possíveis formandos da Escola Normal da Capital, novos ares e perspectivas para a carreira e formação no ensino normal mineiro revigoraram mais ainda a importância do investimento na formação de professores e puderam ser vistos nos discursos dos presidentes da província na primeira década do século XX.

No percurso das Escolas Normais em Minas e em todo Brasil, a legislação governamental teve papel fundamental. Foi crucial para a regulamentação e normatização da formação docente, podendo-se dizer ainda que foi utilizada inclusive como forma de controle da formação e da função dos professores.

As legislações foram responsáveis pelo estabelecimento e criação desses locais específicos para a formação docente, definiram sua organização, especificaram diretrizes, direcionamentos, detalharam a formação, habilidades, conhecimentos e condutas para o futuro professor, ou seja, tentaram controlar de todas as formas essas instituições, sob a égide de obterem professores preparados, mas acima de tudo parceiros em prol do crescimento local. Rosa (2001) evidencia que dentre outros fatores, a produção de uma legislação própria para as Escolas Normais, permitiu um novo sentido para a instrução de forma geral, além do controle governamental sobre a formação e funções docente.

Durante as primeiras décadas do século XX, vários investimentos do governo mineiro foram feitos para aprimorar o aprendizado dos modelos e técnicas da docência. Dentre esses citamos a contratação de especialistas internacionais renomados em

técnicas específicas para ministrarem cursos para os alunos e professores, além da criação de laboratórios e bibliotecas que pudessem ser a base e suporte para a formação docente. Neste sentido observamos que cada vez mais se buscou suporte nas ciências e técnicas modernas do período, inclusive possibilitando e alavancando o desenvolvimento da psicologia como suporte para os empreendimentos educativos.

1.5 A Psicologia nos cursos normais mineiros

Como não diferente de outros estados, a psicologia também esteve presente na formação de professores mineiros. Entretanto, não encontramos muitas pesquisas relacionadas a essa temática e quase que a totalidade das encontradas é relacionada às décadas de 1920 e 1930.

Tendo como referência essas pesquisas, entende-se que os saberes e conteúdos psicológicos na formação de professores especificamente nos Cursos Normais de Belo Horizonte, segundo Boschi (2000) se deu na Escola de Aperfeiçoamento, nas décadas de 1930/40. Essa escola de nível superior destinada à formação de professores primários já atuantes na prática docente foi criada com o objetivo de formar especialistas do ensino.

A psicologia na formação de professores dessa instituição, segundo a autora, servia de suporte técnico-científico para a docência, bem como fornecia informações sobre a psicologia infantil, além de oferecer conhecimentos necessários acerca das funções psicológicas. Para a autora o ensino de Psicologia no curso normal dessa escola tornou-se modelo científico para a educação e possibilitou a divulgação e expansão de concepções sobre o ser humano.

Nesta escola foi criado o primeiro Laboratório de Psicologia de Minas Gerais, para pesquisas em psicologia experimental, em 1929 e nele havia aparelhos próprios para avaliar ações motoras e sensórias, dentre outros. Segundo Fazzi (2005), além desse laboratório, a Escola de Aperfeiçoamento tinha em seu Departamento de Psicologia uma sala de psicometria e um museu denominado Museu da Criança, que servia de repositório de dados e documentos sobre as pesquisas do laboratório.

Nesse Laboratório, a psicóloga e educadora russa Helena Antipoff, convidada do governo mineiro a contribuir com a educação em Minas, realizou estudos sobre o desenvolvimento mental e a capacidade intelectual das crianças mineiras. De acordo

com Campos (2012), as contribuições e pesquisas de Antipoff auxiliaram na consolidação da psicologia brasileira, nas décadas de 1920, de 1930 e de 1940.

Nas aulas práticas anexas a Escola Normal da capital, além do Curso de Aperfeiçoamento, circulavam também muitos conhecimentos e saberes psicológicos, através de palestras, cursos, além das pesquisas específicas. Para Antunes (1991), as contribuições dos trabalhos nos laboratórios são tanto teóricas, quanto na aplicação da prática dos conhecimentos até na formação dos primeiros profissionais da área psicológica.

Dentre as pesquisas consultadas, portanto, não encontramos nenhuma que abordasse aspectos pertinentes aos saberes psicológicos nas Escolas Normais de Minas Gerais antes da década de 1930. Sendo assim, o nosso objetivo foi investigar os saberes psicológicos que circularam na Escola Normal de Ouro Preto de 1890 a 1930, primeira escola de formação docente implantada no estado de Minas Gerais. Antes de apresentar os resultados de nossa pesquisa explicitaremos no próximo capítulo, que métodos e bases metodológicas nos basearam.

Capítulo 2

Métodos

Antes de avançarmos para os resultados da pesquisa é imprescindível explicitar as escolhas sobre o referencial metodológico, bem como os instrumentos utilizados para a execução do trabalho, que foram pensados a partir da documentação pesquisada.

Nosso estudo se configura no campo da historiografia e tem como temática central o conhecimento psicológico produzido na Escola Normal de Ouro Preto, no período de 1890 a 1930. Portanto, relembramos que uma pesquisa historiográfica possui peculiaridades em seu fazer e se compõe de um campo específico de pesquisa, pois se utiliza de técnicas distintas, tendo os documentos seu objeto de análise.

Tarefa árdua é seguir pelos caminhos dos documentos, dos arquivos, da constituição do fato histórico. Mais que isso, reconstruir o passado é antes de tudo produzir um relato de uma visão específica sobre um fato, uma dimensão do passado. “Os fatores não são estudados isoladamente, mas como partes de um sistema dinâmico de condições que determinam a conduta.” (Brozek e Guerra, 1996, p. 16). A recuperação de documentos, segundo esses autores, é uma contribuição importantíssima para o conhecimento, onde os documentos são dados crus, a matéria prima que se torna história através de análise e elucidação do pesquisador.

A pesquisa historiográfica requer coordenar as evidências com o objetivo de produzir um relato coerente com os acontecimentos do passado, e segundo Massimi (2010) não possui “arcabouços metodológicos pré-estabelecidos” (p.103).

Para que nossa pesquisa fosse coerente com o passado investigado, buscamos nos pautar nas orientações teórico-metodológicas do campo de pesquisa denominado “história dos saberes psicológicos”. Esse campo nasce a partir de outros campos como o da história das ciências, que segundo Penna (1981) se define como a história dos conhecimentos e conceitos que foram construídos no âmbito do saber científico, e o da história cultural, que para Chartier (1988) se constrói baseada nas diversas visões ou representações de uma determinada realidade social.

Sendo assim a história dos saberes psicológicos refere-se, dentre outros, a temas, objetos, métodos, autores e atores que fizeram parte da construção dos conhecimentos psicológicos ao longo dos tempos. Para Massimi (2010), a história dos saberes psicológicos

ocupa-se então daqueles aspectos específicos da visão de mundo de uma determinada cultura, relacionados a conceitos e práticas que na atualidade podem ser entendidas como psicológicos. A definição do que é psicológico, nesse caso, permanece necessariamente indeterminada e vaga, sendo uma denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campo, próprias a específicos universos sócio-culturais investigados (p. 103).

É, portanto, um campo que se preocupa com os dados específicos de um lugar, de um tempo, de uma cultura, ou seja, compartilhamos o entendimento de que as práticas psicológicas e os saberes psicológicos são significativos não somente pela ciência, mas também pelas diversas culturas em que estes se incluem.

Massimi (2009) ressalta que o âmbito cultural possui uma infinidade de formas e modos próprios de entendimentos e de vivências sobre o dinamismo psíquico e que, portanto, as diversas culturas são acervos bastante ricos e variados para o conhecimento denominado psicológico, mais especificamente entendendo que existem várias psicologias produzidas por várias culturas. Essa perspectiva concebida nos estudos históricos da psicologia, conforme Massimi (2010) possibilita um “enfoque ‘multifásico’ e funcional ao problema abordado, dependendo do objeto investigado” (p.105).

Assim sendo o historiador escolhe os métodos historiográficos mais adequados para suas perguntas, tendo como referência o contexto, o tempo e o âmbito da área de estudo a que pertence. A autora revela que “os componentes essenciais do método historiográfico, bem como dos critérios que norteiam a escolha dos objetos de estudo, são a curiosidade, as perguntas e os interesses culturais e sociais de cada estudioso” (Massimi, 2010, p. 106)

Entendendo que toda produção historiográfica começa com as perguntas do pesquisador partimos de um questionamento principal e que nos orientou: os saberes psicológicos fizeram parte da formação docente na Escola Normal de Ouro Preto, a partir de 1890?

Pensando nas possibilidades de resposta para a mesma, empreendemos leituras de autores da área e buscamos bibliografias que pudessem nos dar pistas sobre como a história da psicologia estava ligada à educação brasileira e mineira ainda no século XIX. Sobre a história da psicologia em Minas Gerais, sobretudo no século XIX não conseguimos localizar bibliografia específica. Sendo assim, nossas leituras foram direcionadas para autores da história da educação mineira.

Tendo a bibliografia como referência, procedemos à localização e recuperação das fontes. Sob a perspectiva da hipótese de que os saberes psicológicos fizeram parte da formação docente na Escola Normal de Ouro Preto desde o século XIX e que a mesma poderia ser ou não comprovada, tomamos como premissa que os documentos que talvez respondessem nossas indagações deveriam se vincular a arquivos públicos, que contivessem documentos referentes ao estado de Minas Gerais ou a arquivos locais na própria cidade de Ouro Preto.

Desta forma localizamos possíveis fontes primárias no Arquivo Público Mineiro (APM), localizado em Belo Horizonte. Definimos que a pesquisa seria feita nesse arquivo, pois o mesmo possui um grande acervo de documentos que se referem à Instrução Pública Mineira e é responsável pela gestão de documentos referentes à Administração Pública de Minas Gerais, desde o século XVIII. Dentre outros documentos, dispõe de uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais, além de uma coleção de obras consideradas raras, publicadas entre os séculos XVI e XX.

No APM direcionamos nossa pesquisa para dois fundos¹⁷: um de título “Instrução Pública” (IP), que possui documentos que se referem à Inspetoria Geral da Instrução Pública de Minas Gerais, órgão público responsável pela instrução pública mineira entre 1871 a 1891 e outro denominado “Secretaria de Interior” (SI), que possui documentos da Secretaria do Interior do Estado que tinha como principais atribuições os negócios públicos que se referiam à justiça, instrução pública, segurança, saúde pública, dentre outros, entre o período de 1891 a 1930.

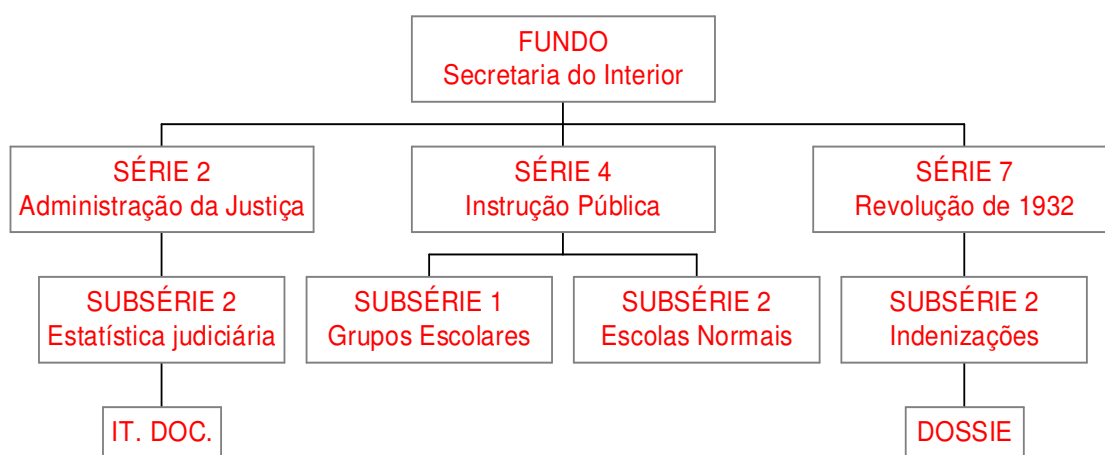
Nestes fundos encontram-se documentos referentes à coordenação e inspeção do ensino público na Província (Período Imperial, até 1889) e posterior Estado (Período Republicano, posterior a 1889) de Minas Gerais; atas de concurso de professores, exames de alunos, de instalação de escolas e de visitas; atestados, certificados, diplomas, matrícula e frequência de alunos, livros de ponto de professores, provas e pareceres, correspondência entre o Presidente da Província, diretores, delegados de círculos literários, escolas, entre outros documentos da instrução.

Os documentos são distribuídos nos fundos do APM conforme sua origem de pertencimento e recebem uma numeração que os classificam, conforme a origem e a

¹⁷ Fundo: conjunto de documentos acumulados por pessoa física ou jurídica em virtude de suas atividades.

organização dos mesmos e recebe o nome de “Notação”. A essa classificação é dada o nome de “série” e a mesma é identificada por numerais conforme a origem do documento. Na nossa pesquisa a série “4” continha os documentos que nos interessava e denominava-se Instrução Pública. Dentro desta série, uma nova classificação é feita conforme o direcionamento referente ao documento. Buscamos os de número 2 que se referem às escolas normais. O organograma 1 abaixo exemplifica como é feita a distribuição de documentos em um dos fundos no APM.

Organograma 1 – Distribuição de documentos no Fundo da Secretaria do Interior, no Arquivo Público Mineiro



Fonte: Arquivo Público Mineiro^{18 19}

Tendo como referência esses informativos, nossa pesquisa se dirigiu aos documentos pertencentes à seguinte notação: SI (Secretaria do Interior), seguido do numeral 4 superior: SI⁴ = Instrução Pública, SI₂ número 2 inferior = Escolas Normais. Foi necessário considerar ainda os dados da caixa, ou seja, o número da caixa onde se encontrava o documento, ex: Cx: 11. Além disso, os documentos são distribuídos em pacotilhas (Pc) dentro da caixa e estas pacotilhas também são numeradas, ex: Pc: 13. Um exemplo de uma notação completa: SI⁴₂ Cx: 11 Pc: 13.

¹⁸ Dados disponíveis em

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/SI/INVENTARIO_DO_FUNDO_SECRETARIA_DO_INTERIOR_FINAL.pdf

¹⁹ A sigla “It. Doc.” apresentada neste organograma significa Itens documentais.

Sem muitos dados derivados de outras pesquisas já empreendidas sobre a Escola Normal de Ouro Preto que pudesse nos fornecer pista sobre como havia sido seu funcionamento, nosso investimento na seleção de documentos nos arquivos não se deu apenas em relação aos possíveis saberes psicológicos que circulavam naquela escola, mas também fomos à busca de documentos que nos dessem pistas sobre o todo, o período de permanência e de funcionamento da própria escola.

No APM encontramos documentos relativos a períodos determinados e pertencentes à secretaria da Escola Normal de Ouro Preto, tais como livros de professores, livros anuais de matrículas, livro de atas da Congregação, atas de concurso de professores, de exames de alunos, atestados, certificados, diplomas, matrícula e frequência de alunos. Encontramos também programas das matérias lecionadas na escola, além de provas e pareceres relacionados a várias matérias.

Não encontramos documentos de todos os anos de funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto e sobre este fato é primordial dizer que, segundo os próprios funcionários do Arquivo Público Mineiro, houve uma época em Minas Gerais, que não havia legislação ou ordenamento que obrigassem os órgãos públicos a enviarem seus documentos para o armazenamento no Arquivo Central, portanto a organização dos documentos ou arquivos mortos dessas instituições públicas ficava sobre a administração das mesmas. Com isso muitos documentos foram perdidos, além do que entendemos que a decisão de armazenamento de documentos perpassa também por prioridades que evidenciam as escolhas e interesses de quem os arquiva.

Desta forma e paralela à pesquisa no APM, fizemos contato telefônico e visitas a vários arquivos e museus locais na própria cidade de Ouro Preto, mas nada foi encontrado nestes locais, a não ser um diploma de 1894. Depois dessas visitas descobrimos através de conversas com ex-professoras da cidade, que havia na Escola Estadual Dom Veloso, na cidade de Ouro Preto, um arquivo com alguns documentos que restaram da Escola Normal de Ouro Preto e que podiam nos fornecer dados mais específicos sobre a mesma.

Neste arquivo local identificamos alguns documentos datados do período entre 1910 e 1960, porém os mesmos tratavam apenas de dados referentes a dados secretariais do período, tais como lista de alunos matriculados, cadernos de atas de reuniões e eventos na escola, registros de dados de alunos, dentre outros. Poucos dados, porém conseguimos resgatar sobre os saberes que circulavam ali. Contudo a pesquisa não foi

em vão, pois entendemos que esses dados, mesmo que sucintos, nos deram pistas sobre um pouco da rotina da escola, além do que nos possibilitaram entender alguns pontos a mais de sua história.

De volta ao APM, além dos documentos sobre a instalação e o funcionamento da Escola Normal de Ouro Preto, priorizamos os documentos ditos pedagógicos, ou seja, provas, diários e programas das matérias, exames, livros, compêndios, que nos dizia sobre a rotina da escola. Após várias consultas a esses documentos, principalmente aos relacionados às matérias lecionadas no curso, entendemos que era na matéria de Pedagogia que encontraríamos a maior parte dos dados sobre os saberes psicológicos na formação docente mineira.

Outra pesquisa no Arquivo Público foi direcionada à matéria de Higiene, que também fez parte do currículo da formação normal e que podia conter informações importantes para a pesquisa, mas pouquíssimos dados referentes a mesma foi encontrado nos arquivos.

Nossa pesquisa pelos documentos prosseguiu na busca de dados também sobre a legislação que se referia às Escolas Normais e às mudanças curriculares nas mesmas. As informações, que podem ser encontradas na “Coleção de Leis Mineiras”, foram coletadas na biblioteca da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e outras informações oficiais buscamos nos Relatórios de Presidentes da Província, através de pesquisa feita no sítio on line do “Center for Research Libraries”²⁰ que nos forneceu informações pertinentes ao modelo pedagógico desejado e proposto pelos governantes para a formação docente.

Consideramos para as pesquisas na legislação que nem sempre o que se publica em uma legislação oficial, é necessariamente o que tenha sido efetivado realmente no cotidiano das escolas. Porém através da leitura dos documentos percebemos que em muitas ocasiões a legislação era referência para a Escola Normal de Ouro Preto, principalmente em relação aos currículos, exames e provas, pois mesmo além das visitas periódicas dos inspetores do governo na escola para observarem a rotina das mesmas, estes também faziam parte das bancas examinadoras compostas para os exames e provas

²⁰ Disponível http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais acessos diversos durante o 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2014.

neste estabelecimento, portanto, havia uma tentativa de controle por parte do governo sobre os conteúdos, matérias, dentre outros, nas Escolas Normais mineiras.

Outra fonte de consulta que serviu de base para nossa pesquisa foram os impressos da época. Os impressos tais como revistas e jornais dão visibilidade às informações de um período, além de circularem ideias sobre temas específicos. Segundo Andrade (2006), os impressos legitimam ações relativas à instrução e são importantes fontes de informações, pois tratam de diversos temas.

Entendendo que alguns impressos (periódicos) circulavam nas Escolas Normais, priorizamos consultas ao Jornal Minas Gerais, principalmente por tratar de temas de interesse dos educadores, tais como designações, datas especiais, eventos comemorativos, despachos das diversas Secretarias do estado, dentre outros.

Para as consultas a este periódico, utilizamos o sítio²¹ on line da Biblioteca Nacional. Em uma dessas consultas encontramos um exemplar deste jornal, que em sua primeira página, fotografia 1 apresentada a seguir, havia o nome da Escola Normal de Ouro Preto e as informações “*Ilm. Sr. professor de português e literatura da escola normal de ouro preto*”, o que reforça nossa crença sobre a circulação desse periódico naquela escola.

²¹ <http://memoria.bn.br>



Fotografia 1 – Capa Jornal Minas Geraes, edição 323 de 07 de dezembro de 1899.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil (acesso em 30.05.2014). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=291536&pasta=ano%20189&pesq=escola%20normal%20de%20ouro%20preto>

O jornal Minas Geraes²² era um periódico do órgão oficial do Estado de Minas Gerais, tendo o exemplar de n.1 datado de 21 de abril de 1892. A pesquisa foi feita através do sistema de busca do próprio sítio da Biblioteca Nacional, abarcando o período de 1892, portanto a edição de número 1 até a última edição disponível datada de 31 de março de 1900. As matérias jornalísticas deste periódico se relacionavam a informações oficiais do executivo, legislativo, judiciário do governo mineiro, além de publicações de órgãos particulares e oficiais do estado.

²² <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

Outro periódico consultado foi a Revista do Ensino²³. Esta revista era de circulação quinzenal em Minas Gerais e outros estados durante o período de 1886 a 1889, com algumas interrupções no ano de 1887, produzido pelo professor Alcides Catão da Rocha Medrado, da Escola de Minas de Ouro Preto. Os redatores e colaboradores eram personagens importantes da instrução pública da época como o professor Thomaz Brandão, funcionário e posteriormente diretor da Escola Normal de Ouro Preto, Mathias de Vilhena Valladão, instrutor público e posteriormente diretor da Escola Normal de Campanha, além de Rui Barbosa, Joaquim Chaves e Alambary Luz.

A Revista do Ensino trazia em suas páginas matérias sobre a Instrução pública mineira e nacional além de propagandas ligadas a esta, com sessões relativas às escolas normais, lições sobre aritmética, ensino secundário, atos do governo sobre a instrução pública de Minas, a exposição pedagógica da Corte, dentre outros. Uma das preocupações deste periódico era empreender um apelo científico à formação de professores, apresentando estudos pautados nas ciências físicas e naturais, e na importância de reformas nas Escolas Normais.

Enfim estando com todos os documentos em mãos, o tratamento analítico metodológico que foi dado aos mesmos teve como referência a análise documental. Bardin (1995) ressalta que essa análise é “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente do original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência” (p.45).

Este tipo de análise possibilita obtermos uma gama de informações baseadas na coleta, análise e interpretação dos documentos tendo sempre como referência os objetivos da investigação proposta, ou seja, tentando minimizar ou eliminar em parte as possíveis influências dos pesquisadores, além disso, não nos afastamos do entendimento de que os documentos são apenas fragmentos do passado como sugere Cellard (2008) e que sendo assim por mais que desejamos aproximarmos desse passado, devemos ter sempre como premissa o rigor metodológico.

Os dados coletados foram analisados tendo como referência a técnica da análise de conteúdo que de acordo com Bardin (2009) é

...um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo

²³ <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.42)

A partir da leitura dos documentos, o passo seguinte foi a categorização dos mesmos. A categorização segundo Bardin (1995) é uma forma de classificar os elementos que constituem os documentos, reagrupando-os segundo critérios definidos anteriormente pelo pesquisador. A leitura detalhada das fontes documentais foi fundamental para que buscássemos aspectos recorrentes no maior número de documentos, evitando que os mesmos fossem apenas descritos por nós.

As categorias foram definidas a partir das fontes localizadas, lembrando que em algumas situações nos deparamos com ausência total de dados ou de documentos que pudessem nos auxiliar com informações básicas, como as relativas ao funcionamento da própria Escola Normal de Ouro Preto.

Por conseguinte, a partir dos documentos, fomos definindo algumas categorias que nos orientaram. Estabelecemos três categorias centrais:

1. Os saberes psicológicos vinculados à rotina e à sala de aula da Escola Normal de Ouro Preto;
2. Os saberes psicológicos na legislação sobre o ensino normal em Minas Gerais;
3. Os saberes psicológicos em periódicos mineiros da época.

Para que pudéssemos ter uma visão geral sobre os temas ou saberes psicológicos encontrados nos documentos, elaboramos quadros para cada ano do período pesquisado. Nestes quadros inserimos informações relacionadas aos saberes psicológicos encontradas em todas as fontes pesquisadas. Abaixo, no quadro 1, apresentamos um exemplo dos quadros elaborados. Neste exemplo exibimos saberes psicológicos presentes em prova de aluna do 2º ano do curso normal, no ano 1896. Para este ano, esta foi à única fonte de informação para a pesquisa.

Ano	1896
Periodo letivo escolar	2º ano do curso normal
material	- Diário de Classe da matéria de Pedagogia (contém programa de ensino)
Tópicos ou pontos	Princípios de psicologia e os sentidos

da matéria	Princípios de psicologia e o método
Termos ou palavras ligadas à psicologia contemporânea:	Memória, sentidos, preliminares de psicologia, sensibilidade, moral, inclinações sociais, inclinações superiores, percepção exterior, educação dos sentidos,
Fonte	APM- código: SI 1007

Quadro 1 – saberes psicológicos encontrados em documentos do ano de 1896

Após essa etapa, partimos para a interpretação dos dados e documentos pesquisados, tendo o cuidado de verificar quais os conceitos chave dos saberes psicológicos e se os mesmos fizeram parte de teorias psicológicas ou foi base para as mesmas, em cada período analisado. No próximo capítulo apresentamos os resultados da nossa pesquisa.

Capítulo 3

Resultados da pesquisa

Apresentaremos os resultados da pesquisa dividindo o capítulo em subtítulos, conforme as categorias centrais definidas ao final do capítulo anterior.

3.1 Os saberes psicológicos vinculados à rotina e à sala de aula da Escola Normal de Ouro Preto

Aqui trataremos dos saberes psicológicos vinculados à rotina e às salas de aula da Escola Normal de Ouro Preto, bem como à história dessa escola, sua criação, implantação, fechamentos e permanências, para uma melhor contextualização.

A Escola Normal de Ouro Preto foi a primeira escola de formação de professores institucionalizada e implantada em Minas Gerais, além disto, servia, em muitos aspectos, de parâmetros para a formação de professores mineiros, mesmo depois da implantação de várias outras escolas.



Fotografia 2 – Cidade de Ouro Preto, MG – 1875 (acervo fotográfico do Museu da Inconfidência- Ouro Preto). Disponível também em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu da Inconfid%C3%Aancia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_da_Inconfid%C3%Aancia)

Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, palco de movimentação política e intelectual do período, com aproximadamente 11.200 habitantes, teve sua Escola Normal criada em 1835, porém estabelecida em 1840, sendo seu diretor o Professor Francisco de Assis Peregrino. O curso tinha a duração de dois meses e a formação era direcionada aos mestres escolas²⁴ que lecionavam em algumas salas de aulas espalhadas pela província. O curso era gratuito e propunha instrumentalizar os docentes no uso do método mútuo, além de avaliar a capacidade dos alunos em leitura, escrita, noções aritméticas e doutrina católica.

Com o falecimento do diretor em 1842 e a precariedade nas estratégias de formação de professores, a Escola Normal de Ouro Preto foi fechada por ordem do Presidente da Província, sendo reaberta em 1847, para instruir os professores no método simultâneo outorgado pela Lei n.311 de 1846. A escola funcionou durante cinco anos e várias eram as críticas em relação à sua eficácia na formação de docentes, voltando a ter seu funcionamento interrompido em 1852.

Marcada por uma descontinuidade em seu processo de funcionamento, como tantas outras escolas normais brasileiras, a escola de Ouro Preto, só voltou a funcionar com maior vigor, na década de 1870, quando a Lei nº 1.769, de 4 de abril de 1871, determinou a reabertura das escolas normais em Minas Gerais. A Escola Normal de Ouro Preto foi reinaugurada no dia 18 de abril de 1872. O curso passou a ter a duração de dois anos e era permitida a matrícula tanto de homens quanto de mulheres.

Conforme os dados apresentados no quadro 2, apêndice A, podemos considerar que a entrada de alunos na Escola Normal de Ouro Preto era significativa, em torno de 25 alunos por ano, tendo um aumento considerável na década de 1890. Outro dado pertinente é que aos poucos, anualmente havia um aumento de matrículas de mulheres e uma diminuição de homens matriculados.

Segundo Durães (2002) havia alguns fatores que poderiam ocasionar essas mudanças no perfil do alunado das Escolas Normais. Talvez o fato de a remuneração dos professores ser muito mais baixa do que a de pessoas que exerciam outras funções, aliado à existência de opções de trabalho mais bem remuneradas para os homens. Além

²⁴ Os mestres-escolas eram homens, que ensinavam individualmente, muitas vezes em suas próprias casas, contratados pelos pais para ensinarem a ler e escrever. Segundo Rosa (2001) não eram graduados e exerciam uma prática pedagógica pautada “na memorização e repetição dos conhecimentos trabalhados de forma assistemática. Esses mestres-escolas eram então avaliados como inadequados para o projeto de instrução fundado no ensino mútuo. (p.115)

disso, a profissão passou a ser considerada pertinente às qualidades femininas, já que as ciências da época, ressaltando a medicina e psicologia, além dos estudos da pedagogia moderna, aproximavam a docência às virtudes da maternidade e da feminilidade, numa compreensão de que as mulheres entendiam mais sobre o desenvolvimento das crianças.

... com a complexidade das relações sociais de trabalho, foram oferecidas às mulheres maiores possibilidades de escolarização e profissionalização. E, especificamente no que diz respeito às escolas normais, a formação de professora passou a ser reconhecida como o *destino* das mulheres. Nesse contexto, deve-se considerar também a estreita relação entre o processo de feminização do magistério e as formas (sobretudo ideológicas) que a sociedade capitalista utilizou para desvalorizar o trabalho docente.

Como enunciado por muitos inspetores da Instrução Pública e pelos presidentes da Província Mineira, a *pretexto de economia* dos cofres públicos seria mais vantajoso para o governo incentivar o ingresso das mulheres nas escolas normais e nas escolas primárias, inclusive o das camadas menos favorecidas. Tal prerrogativa poderia justificar ou a exígua remuneração do corpo docente ou a redução de despesas com a implantação das escolas mistas. (Durães, 2002, p. 176)

Em suas primeiras tentativas de funcionamento antes da década de 1870, como já mencionado, a Escola Normal de Ouro Preto oferecia um curso para formação de professores com dois meses de duração. Era frequentado por homens que já atuavam na docência, porém a Escola não conseguiu formar muitos professores. Além disso, era também função da Escola administrar, aplicar e avaliar todos os concursos para professores que aconteciam na província, os denominados “exames”.

Os professores que já estavam em exercício e que se candidatavam a ministrar aulas no ensino primário e secundário, pela legislação, deveriam fazer estes exames para então poderem atuar na instrução pública em Minas Gerais. Os exames tinham o formato de provas escritas e orais de conteúdos tais como aritmética, caligrafia, gramática, dentre outras e se estendiam por mais de um dia, sendo avaliados por uma banca examinadora, composta por um inspetor do governo, diretor e professores da própria instituição.

Por estes motivos a Escola Normal de Ouro Preto foi considerada um espaço importante para a transmissão do saber pedagógico da época, que acima de tudo estava pautado na racionalidade e na legitimidade das práticas educativas.

Em 1872 com a reabertura da Escola Normal de Ouro Preto, o curso de formação foi ampliado para dois anos e houve a implantação de um novo formato curricular. Os conhecimentos pedagógicos e metodológicos passaram a fazer parte da

formação docente, principalmente através das matérias de metodologia, pedagogia e legislação de ensino. É fundamental compreender que para tratarmos dos saberes psicológicos no ensino normal, optamos por nos ater à importância da entrada da matéria de pedagogia no currículo da formação docente para subsidiar a prática docente tanto em relação ao conteúdo, como em relação ao método de ensino.

Em 1874 a Escola Normal de Ouro Preto foi anexada ao Liceu daquela cidade segundo Relatório do Presidente da Província Delfim Moreira da Costa Ribeiro²⁵, mas continuou mantida como Escola Oficial da província até 1890, tendo seu curso ampliado para 4 anos, contando com um currículo mais extenso e com mais aulas das matérias ministradas.



Fotografia 3 - Diploma de aluna da Escola Normal de Ouro Preto, por distinção e aplicação na matéria de Geografia, durante o 1º ano do curso datado de junho de 1894 – Fonte: Acervo da Casa do Pilar em Ouro Preto.

²⁵Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

Em 1901 com a lei n. 318, o governo suspendeu todos os cursos normais do estado mineiro, porém as Congregações das instituições que os ofereciam, poderiam decidir se os mesmos continuariam a funcionar com outros recursos financeiros e tomando as decisões quanto aos programas de ensino e outras definições administrativas. No que tange à Escola Normal de Ouro preto, como pudemos notar, as decisões foram em prol da continuidade do curso e mais que isso a psicologia permaneceu dando suporte a formação docente, entrelaçada à disciplina de pedagogia.

Em 1906 a lei n.439 criou a Escola Normal Modelo em Belo Horizonte nova capital mineira e uniformizou o ensino moderno proposto para esta escola com todos os estabelecimentos equiparados, municipais e particulares. Além disso, suprimiu o funcionamento de várias outras Escolas Normais mineiras.

Com a equiparação, a fiscalização feita pelos inspetores de ensino nas instituições que ofereciam o ensino normal era rigorosa. Estes fiscalizavam periodicamente as escolas em relação aos métodos de ensino, à sua organização e aos trabalhos pedagógicos desenvolvido, além de participarem dos exames ao final dos períodos letivos.

O preparo técnico dos professores para a eficácia do ensino primário era a tônica do governo mineiro. Porém, mesmo com o interesse na uniformização do ensino normal dada pela legislação de 1906, os estabelecimentos equiparados tinham certa liberdade de atuação e de proposta de currículo, mesmo mediante a fiscalização do governo, o que podemos perceber nas palavras do Presidente do Estado de 1917:

A liberdade concedida aos estabelecimentos equiparados e ás proprias Escolas Regionaes de se apartarem do feitio didactico da Escola da Capital, creada como modelo, destoava dos intuitos visados com a criação de taes institutos.

O regulamento promulgado uniformizou os programmas e a distribuição das disciplinas. Não era possivel que continuasse a egualdade das regalias concedidas aos normalistas, sem a equivalência do grau de preparo ou do ensino ministrado, qualquer que fosse a escola que conferisse o diploma. (Delfim Moreira da Costa Ribeiro, 1917, p.32)²⁶

²⁶Relatórios de Presidente da Província de Minas Gerais, 1917. Recuperado em 20 de junho, 2014 de <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u301/000001.html>

Considerando o relatório do presidente da província Francisco Antonio Salles, de 1906, observamos que o ensino normal na Escola Normal de Ouro Preto, dentre outras escolas de outras cidades, foi suspenso pela Lei 395 de 23 de dezembro de 1904.²⁷ Esse fato pode ser comprovado pela ausência de documentação e registros sobre essa escola nos arquivos pesquisados, no período que se estende de 1906 a 1910. Durante o ano de 1905, houve atividades somente para os alunos que se encontravam no 4º ano do curso finalizando os exames dos mesmos, na segunda quinzena de 1905.²⁸



Fotografia 4 – Edificação que abrigou a Escola Normal de Ouro Preto, 1910. A escola ficou instalada neste prédio até 1925, acervo particular.

²⁷Recuperado em 20 de junho, 2014 de <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u290/000055.html>

²⁸Livro de registros gerais – Escola Normal de Ouro preto, p.65. APM SI 1015.



Fotografia 5 – Alunos (as) e professores da Escola Marília de Dirceu e da Escola Normal Oficial de Ouro Preto, localizada na antiga casa de Marília de Dirceu, Ouro Preto, MG. (s.d) Acervo Particular.

O que conseguimos aferir é que em 30 de março de 1910, houve a fundação de um novo curso normal anexo ao Ginásio de Ouro Preto, que recebeu a denominação de “*Curso Normal Anexo ao Gymnasio de Ouro Preto*”, reconhecido e equiparado à Escola Normal da Capital, pelo Decreto nº 3.201, de 23 de junho de 1911. O funcionamento desse curso anexo ao Ginásio de Ouro Preto permaneceu até final do ano de 1928 por esforços da Congregação do Ginásio, dos professores e funcionários administrativos, porém foi novamente suprimido em janeiro de 1929 e em abril do mesmo ano foi transformado em Escola Normal Oficial.

Em 1968, a portaria da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais oficializou-a como Escola Estadual de Ouro Preto de 1º e 2º graus. Conforme anotações encontradas e comentários dos funcionários atuais da escola, pode-se perceber que a mesma continuou oferecendo o curso normal para formação docente, porém o último registro de matrícula que encontramos se refere a 1969. Atualmente denomina-se Escola Estadual Dom Veloso e passou a oferecer o curso Normal, de nível médio para atuação

na Educação Infantil, desde 2010, portanto continua comprometida com a formação docente até os dias de hoje.

A análise de documentos tais como programas das matérias e provas dos alunos da Escola Normal de Ouro Preto nos deram pistas sobre os saberes psicológicos que circularam na formação de professores nesta escola e estes dados serão apresentados a seguir.

3.1.1 Saberes psicológicos nas provas

A análise dos programas e provas de matérias indicam que em 1890 saberes psicológicos já estavam presentes na rotina da Escola Normal de Ouro Preto. Mesmo porque a tônica do período era que o ensino primário compreendesse tanto a educação física, quanto a intelectual e a moral, ou seja, os professores seriam responsáveis pela educação integral de seus alunos. Sendo assim os mesmos deveriam ter uma formação que abrangessem essas três dimensões. Esse aspecto foi observado em vários documentos da escola.

Podemos citar como exemplo, a prova escrita de pedagogia datada de 20 de dezembro de 1892, da aluna Francisca Penido²⁹, onde a mesma disserta sobre os aspectos que incluem os três âmbitos da educação, descrevendo inicialmente sobre a educação física, sua importância e sua divisão. A princípio cita a evolução histórica do pensamento sobre a mesma e justifica que desde os gregos já se considerava a divisão da educação em física, intelectual e moral.

O aporte psicológico para a educação nesta prova pode ser observado quando a aluna relata que o tempo e a experiência mostravam que a educação do corpo deveria estar ligada à educação da alma, e que sendo assim deveria ter em vista sempre auxiliá-la. Em seu texto, a aluna cita as contribuições de John Locke, na relação da saúde do corpo ligada à saúde da mente e seu exemplo revela vários termos ou saberes psicológicos:

²⁹Provavelmente do 3º ano do curso, conforme os pontos tratados em sua prova e levando em consideração o programa da matéria.

Um homem pode ser muito inteligente ter um espirito muito esclarecido, sendo débil e doente de nada vale o esclarecimento do seu espirito nem a sua intelligencia, visto que ele não pode (por exemplo) ficar escrevendo algumas horas, por conseguinte não pode fazer um tratado que possa ser lido e estudado pelos outros. Um menino sendo doente e fraco, o educador não pode desenvolver completamente o seu espirito, porque para que elle adquira certo conhecimento é preciso que empregue esforços, e assim o professor tem antes de começar a dar lhe conhecimento, procurar dar-lhe saude e força, eis pois a grande utilidade da educação physica em relação ao espirito” (p. 1)³⁰

Fica evidente que a educação intelectual era indissociável da educação moral e física, e desta forma era necessário que os docentes conhecessem os aspectos que abrangessem esses níveis da educação. Para justificar a importância da ênfase na saúde, a normalista enfatiza a necessária formação dos alunos para serem os futuros trabalhadores operários e das alunas para as atividades da família, e relembra as ideias de Spencer dizendo que o mesmo considerava que para a prosperidade da nação, era necessário homens vigorosos e fortes.

Por outro lado os saberes psicológicos também foram utilizados para justificar a educação moral no ensino primário. Ao tratar da “Moral” nesta mesma prova, a aluna aborda aspectos da percepção interna, ou segundo a mesma, o uso da razão aplicada ao ato moral, que denomina de “*consciência moral ou simplesmente consciência*”³¹. Revela que esse sentimento inato se aperfeiçoa em muito com a educação, “*é tanto assim que os selvagens, não tem a mesma consciencia moral que os povos civilizados*”³². Diz que a primeira condição da moralidade é a liberdade e que esta “*não pode ser atribuida aos actos dos seres privados de razão, taes como as creanças, os loucos e certos doentes, porque estes não tem liberdade*”.

A consciência ligada às questões morais é concebida como moldável e aperfeiçoada pelos conteúdos da escola. Nesta prova tanto a criança, como o doente mental eram amorais ou não possuidores de razão. Era justificável assim, que a escola fosse responsável por oferecer a educação moral para as crianças.

³⁰ Prova escrita de pedagogia da aluna Francisca Penido - APM – SI série 4 subsérie 2 Cx: 01 Pc: 03(-1892 Provas de instrução moral e cívica, química, pedagogia e caligrafia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

³¹ idem

³² idem

O termo “liberdade” também é discorrido nesta prova e para tal, a aluna toma como referência dois seguimentos teóricos: o determinismo e o fatalismo. Pondera que para os fatalistas, as ações do homem independem de sua vontade e para os deterministas as ações humanas eram definidas por leis imutáveis, tendo estas causas internas e externas:

O homem de uma parte esta submettido a influencia do seu temperamento physico que é deteminada por causas exteriores, taes como o clima, a hereditariedade, etc, e de outra é modificado pela educação, pelo meio social em que vive, circunstancias estas que incontestavelmente influem em suas acções. Tal é o que dizem os deterministas externos. Os internos sustentão que entre os diversos motivos que solicitam as acções humanas, há sempre um que prepondera, de modo a resoluções tomadas são determinadas por esse motivo, o qual depende por sua vez de disposições moraes anteriores a acção da lei moral, é a affirmação da sua liberdade.³³

Na prova citada os saberes psicológicos ligados à consciência estão mesclados aos saberes filosóficos da moral, além do que, tudo indica que o termo liberdade aqui é tratado numa perspectiva de que o homem sabendo fazer a distinção entre o bem e o mal, tem a liberdade de seguir o caminho que desejar. Sendo assim, os estudos sobre os aspectos morais, incluídos os psicológicos, são justificados, pois que para se formar cidadãos instruídos e melhores moralmente, é preciso conhecer o seu íntimo, os aspectos internos dos mesmos ou de sua consciência.

O caráter da influência do ambiente na aprendizagem é bastante recorrente nas provas da época, como visto também em prova do 3º ano da aluna Maria Milagres, do ano de 1894. A aluna, ao tratar da importância da leitura e a justificativa para tal empreendimento escolar, reitera que crianças criadas por pessoas instruídas pronunciam corretamente as palavras, mas que outras, por causa da influência dos adultos, pronunciam-se pessimamente. Além desses, revela ainda que defeitos naturais tais como a gagueira, também influenciam a aprendizagem e os professores devem corrigir esses defeitos além de infundir o gosto da leitura em seus alunos.³⁴

Esta prova indica que nesse período de final do século XIX preponderavam as ideias de que os comportamentos e os hábitos eram moldáveis e modificados pelo ambiente. Sendo assim, a escola e os professores podiam assumir e se responsabilizar

³³idem

³⁴idem

pelas mudanças na educação dos alunos. Os dados revelam que a prática pedagógica deveria levar em consideração o desenvolvimento humano. Há que se ressaltar que as ideias empiristas de que o conhecimento é fruto das experiências, se mesclam ao suporte científico ambientalista, onde a escola e a instrução seriam responsáveis por determinar o futuro e a personalidade das crianças. As menções a J. Locke (1632-1706) e a H. Spencer (1820-1903) evidenciam essas afirmativas.

Em outras provas do mesmo período, em muitas situações os componentes da consciência são chamados a respaldar o uso de métodos e ou procedimentos pedagógicos. Tomando como referência uma prova de pedagogia do 3º ano do curso normal que desenvolve o tema da importância do estudo da geografia, a aluna Maria Brígida de Medeiros discorre sobre a sua utilidade prática e a utilidade pedagógica. Relata que a primeira se refere ao seu uso na vida cotidiana, ou seja, conhecer geograficamente o país aumenta nosso amor à pátria, enquanto a segunda se refere a vida intelectual dos alunos, ou seja, desenvolve a imaginação e a memória.

Em outra prova do mesmo ano, podemos observar que o tema tratado é o ensino da aritmética, e nesta é defendido que o seu uso desenvolve a reflexão e o raciocínio, sendo que sua utilidade pedagógica também é o desenvolvimento das faculdades intelectuais além da utilidade prática. Os processos intuitivos são percorridos nesta prova como os meios materiais que o professor deve empregar tanto para compreensão, como para a fácil assimilação dos assuntos tratados, sendo que no 1º grau³⁵ o professor deve usar para isso a materialização do ensino com o uso de aparelhos próprios, no 2º grau deve concretizar e no 3º grau abstrair.³⁶

Citando Pestalozzi, em prova do mesmo ano, Maria Brígida de Medeiros revela que o ensino dos fatos deve preceder as palavras, exemplificando que este teórico fazia excursões com os alunos para ensinar-lhes geografia. Logo em seguida fala também das concepções de Rousseau, sobre o ensino do menor para o maior, diz que primeiro

³⁵ Os graus de ensino citados não são equivalentes aos graus de ensino na atualidade. Conforme Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, as escolas públicas primárias seriam divididas em escolas primárias de 1º grau com instrução elementar e escola primária de segundo grau com instrução pública superior a elementar, ou seja que ensinariam além da leitura, escrita e elementos de aritmética. Recuperado em 15 de setembro, 2014 de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

³⁶ APM - SI série 4 subsérie 2 Cx: 03 Pc: 07 (1894 Pareceres e provas de caligrafia, pedagogia, aritmética, geometria, música, geografia e álgebra de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

estudar-se-ia a escola, depois o bairro, depois a cidade e assim sucessivamente. Para todos os dois métodos citados ressalta que os mesmos demandariam investimento maior de tempo, por causa disso entendia que a melhor maneira para ensinar os alunos seria através de cartas mudas e dos exercícios cartográficos, pois que estes “são meios de colorir na imaginação dos meninos.”³⁷

A partir do Decreto n. 607, de 1893, as alunas do curso normal deveriam ter aulas práticas no primeiro ano do curso, além da inclusão da matéria de lições de coisas, para que sempre que possível se fizesse uso dos processos intuitivos, utilizando-se um ensino progressivo até se chegar a abstração dos mesmos. Preocupava-se com a aprendizagem do aluno em função do desenvolvimento mental do mesmo, respeitando seu processo evolutivo, ou seja, pautada em critérios científicos.

Havia preocupação também em determinar que o ensino primário deveria ser ministrado de forma progressiva, isto é, indo do conhecimento mais simples para o mais complexo, do concreto para o abstrato, inclusive dividindo-os em graus. O ensino da leitura, por exemplo, comportaria os graus: leitura elementar, leitura corrente, leitura interpretada e até a leitura comentada, sempre que possível, tendo como parâmetro as faculdades intelectuais das crianças.

A justificativa era que no 1º grau, a criança ainda não tinha o desenvolvimento do raciocínio e da abstração, sendo assim o professor deveria materializar o ensino³⁸. No caso da aritmética, por exemplo, os alunos deveriam contar objetos fáceis de manejar tais como cubos, bastonetes ou aparelhos escolares denominados “*Arithmometros*”.^{39,40} Já para o 2º grau, com maior desenvolvimento do raciocínio e abstração das crianças, não seria mais necessário o uso de objetos concretos e no 3º grau

³⁷ Maria Brigida de Medeiros, 1894- Pareceres e provas de pedagogia, geografia, álgebra, música e francês de alunos da Escola Normal de Ouro Preto. APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 03 Pc: 04.

³⁸ Arquivo Público Mineiro, SI série 4 subsérie 2 Cx: 03 Pc: 07 Prova da aluna Francisca Apollinaria Duarte Pinto.

³⁹ idem

⁴⁰ Provavelmente “Arithmomet” máquina para execução das 4 operações aritméticas básicas, desenvolvida por Thomas Colmar em 1820. Para mais informações ver <http://retroplayerbrazil.wordpress.com/2010/07/07/anos-30-40-50-e-60-da-informatica-mundial-tamanho-era-documento/>

o ensino deveria ser mais abstrato, sendo utilizado o concreto apenas quando demandado para problemas ou questões práticas.

O ensino por graus era considerado mais suave e interessante, reforçando a ideia de que era necessário conhecer a dinâmica da criança para estabelecer os métodos para o seu aprendizado, em relação principalmente ao desenvolvimento intelectual da mesma.

Nesta mesma prova observamos que o ensino para alunos do sexo masculino também era uma preocupação, pois que deveria ser usado um método que atendessem à natureza irrequieta do mesmo. *“O menino tem necessidade de correr, saltar, gritar e quem exigir que elle se conserve immovel e silencioso por muito tempo constangerá sua natureza.”*⁴¹ (p.4) O método segundo, a aluna, seria o uso de lições e tarefas de curta duração, com recreios de 10 minutos de 1 em 1 hora *“...ao ar livre se fôr possível, afim de que correndo, brincando satisfaça sua necessidade natural e assim retempere o systema nervoso. Demais, o espírito do menino requer a variedade, se quizerdes ensinar-lhes todos os dias a mesma cousa, no fim de certo tempo se fastigará e com grande difficuldade prestará attenção.”*⁴²

O professor desse período deveria ser, além de outros quesitos, um conhecedor da infância, pois era imprescindível entender a dinâmica da personalidade infantil, além das diferenças com relação à idade, sexo e aprendizagem dos alunos. A psicologia poderia auxiliar o mesmo à medida que ampliava o conhecimento sobre as diferentes fases do desenvolvimento humano.

As faculdades intellectuais também eram temas das provas da última década de 1890. Em prova datada de 1895, a aluna Maria Celestina da Silva Brandão, além de outros dados, disserta que a educação espiritual se divide em educação intellectual, onde se desenvolve as faculdades intellectuais ou da intelligência, as faculdades que denotam conhecimento e em educação moral, que se incumbe de fazer do homem um ser perfeito no sentido do bem e da verdade. Segundo a aluna, a alma se desenvolve em paralelo ao corpo, sendo que o homem é dotado de afeições, sentimentos brandos e duráveis, como

⁴¹Arquivo Público Mineiro, SI série 4 subsérie 2 Cx:03 Pc:07 Prova da aluna Francisca Apollinaria Duarte Pinto.

⁴²idem

a amizade e de paixões, tais como o amor e os sentimentos violentos e de pouca duração, além do que o bem estar do corpo depende do bem estar do espírito.

Conforme esta prova, o professor deveria desenvolver em seus alunos além da leitura, a educação física e intelectual, sendo que a física com objetivo de se tornassem homens robustos, úteis a sociedade, o gosto pela leitura para que os alunos ao saírem da escola não se esquecessem do que haviam aprendido e não se tornassem homens brutos e o desenvolvimento das faculdades intelectuais para compreenderem o que se passava na vida social.⁴³

Datada de 03 de janeiro de 1896 a prova de pedagogia da aluna Alzira C. Baptista⁴⁴, Anexo A, trata da educação intelectual, distingue conceitos e dá uma visão mais ampla sobre o que se entendia de determinados conceitos e saberes psicológicos no período. Relata que as ideias ou “fenômenos sensíveis” de nosso espírito são os que se ligam a objetos materiais, como a lembrança de uma pessoa ou de um objeto.

Sobre as ideias chamadas abstratas, a aluna diz que são as que não se ligam a objetos materiais e dá como exemplo “*a ideia da alvura.*” (p.6) Conceitua fenômeno “*Phenomeno é toda a mudança que sobeem a um corpo, quer em sua natureza quer em suas propriedades*” (p.6), dizendo que estes podem ser fisiológicos e psicológicos. Os fisiológicos se localizam em nosso corpo e são conhecidos por outras pessoas, sendo assim suscetíveis de medidas, segundo a mesma o exemplo disso é a audição. Já os “*Phenomenospsychologicos são os que se localizam na nossa alma, não são susceptíveis de medida e nem podem ser reconhecidos por outra pessoa; por exemplo: a alegria.*” (p.6)

Para esclarecer sobre as faculdades a aluna pondera que estas são o princípio ativo por meio do qual os fenômenos se reproduzem e se dividem em fisiológicas (pertencem ao corpo) e psicológicas (pertencem a alma), sendo que as “*faculdades da alma são tres: a intelligencia, a sensibilidade e a actividade. Intelligencia é a faculdade*

⁴³APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 4 PC 05 (1895 Atas de exame e provas de pedagogia, geografia e corografia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto)

⁴⁴APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 6 PC 07 (1896Atas, pareceres e provas de caligrafia, geometria, francês, ginástica, instrução moral e cívica, música e pedagogia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

de conhecer, conceber e produzir. Sensibilidade é a faculdade de gozar e sentir. Atividade é a faculdade de produzir movimentos.” (p.7)

Ainda de acordo com a prova, a inteligência se subdividia em: *“atenção, juízo, raciocínio, reflexão, memória, abstracção, etc. A sensibilidade divide se em: physica e moral. Sensibilidade physica é a que se manifesta com intervenção dos nossos sentidos. Sensibilidade moral é a que se manifesta sem intervenção dos nossos sentidos.” (p.7)*

Com relação à “atividade” a aluna relata que esta poderia se diferenciar em atividade voluntária (sofrem intervenção da vontade) e atividade espontânea (sem intervenção da vontade). Sobre os movimentos esclarece que podem ser físicos (os do corpo) e espirituais (os da alma). Revela aspectos da educação intelectual, dividindo as faculdades intelectuais em: faculdades de aquisição (através das quais o homem adquire conhecimento) e faculdades de elaboração (o homem elabora os conhecimentos já adquiridos).

A aluna revela que não concordava com as ideias de Rousseau que dizia que as faculdades intelectuais aparecem sucessivamente e conclui que as inteligências são desiguais, e que todos têm a capacidade de aprender, *“excepto em algum caso morbido.” (p.8)* A aluna continua dizendo que sendo as faculdades intelectuais instrumentos de nosso espírito os meios de desenvolvê-las são os exercícios e os professores devem buscar o equilíbrio, desenvolvendo-as em seus alunos de forma harmoniosa.

Faz distinção entre educação ativa e educação passiva:

Educação activa é aquella, por meio da qual o educador procura promover o desenvolvimento das faculdades intellectuaes. Educação passiva é aquella que o educador dá sem se importar que desenvolva ou excite as faculdades. Na escola primaria deve predominar o ensino activo, porque o educador tem em vista desenvolver as faculdades intellectuaes do menino. Nas escolas normaes e no curso secundario deve predominar o ensino misto, porque o educador procura desenvolver as faculdades intellectuaes do alumno apesar de as terem um pouco desenvolvidas. No ensino superior deve predominar o ensino passivo porque presume se que os alumnos já têm as faculdades intellectuaes completamente desenvolvidas. (p.9 e 10)

Continuando, a aluna relata que além do ensinar a ler, escrever e contar, o ensino de outras matérias desenvolve a memória e a reflexão como no caso do ensino de história, ou que desenvolve a memória e a imaginação como no caso da geografia, ou ainda como o ensino da matéria lições de coisas que desenvolve a observação, dentre outros.

Ao tratar do tema da educação moral, a aluna também usa saberes psicológicos para justificá-las. Diz que a educação moral se funda na sensibilidade, sendo esta uma faculdade que a alma tem de experimentar emoções despertadas por causas externas ou internas. De acordo com a aluna a emoção é *“um movimento da alma, despertado por uma causa externa ou interna.”* (p. 11) Discorre ainda sobre sensibilidade que diz se dividir em física e moral. *“Sensibilidade physica é a que se exerce com intervenção dos nossos sentidos que poem em comunicação com o mundo objectivo. Sensibilidade moral é aquella que mediante causas internas nos desperta emoções.”* (p. 11) O último tema tratado nesta prova é sobre o mundo: *“é o domínio para o qual nosso espírito volta sua atenção. Mundo subjetivo é o que é relativo ao nosso eu. Mundo objectivo é o que é estranho ao nosso eu...”*(p.11, 12)

Se tomarmos como referência esta prova observa-se que a psicologia estudada pelos futuros docentes do período ainda possuía muitos aspectos ligados a herança filosófica, porém percebe-se também que há uma evolução no tratamento dos temas, integrando-os a prática pedagógica. Deve-se acrescentar que havia a preocupação com o desenvolvimento das faculdades psíquicas (inteligência, sensação, etc.), mas principalmente com o processo educativo que estimulasse o desenvolvimento das mesmas. Além do mais pode nos revelar, um momento de transição entre os saberes psicológicos desenvolvidos no interior da psicologia e o processo de autonomização desta, que se consolidará na sua aplicabilidade, particularmente na educação.

Um dado interessante também observado nesta última prova mencionada é a concepção de que todas as pessoas têm a capacidade de aprender, porém com inteligências diferentes. Desta forma cabia ao educador, conhecê-las para que pudesse auxiliar seus alunos de forma harmoniosa, ou seja, respeitando as diferenças dos mesmos.

Podemos perceber nesta prova ainda conceitos que se aproximam do que viria a caracterizar o pensamento escolanovista, como por exemplo, os estudos relacionados ao ensino passivo e ativo, e a centralidade do ensino na criança e em seu desenvolvimento.

Aspectos relacionados à cognição também eram temas tratados nas provas de pedagogia da Escola Normal de Ouro Preto do início do século XX tais como a atenção, memória e imaginação. A atenção, por exemplo, era vista como um ato do espírito e não como uma faculdade, sendo indispensável a qualquer ato mental, tomando diferentes formas e nomes, tais como *“observação, quando se concentra nos objectos exteriores;*

*reflexão quando se concentra na alma para estudar-a ou procura descobrir as relações e as leis dos factos; meditação quando é uma reflexão prolongada, e contenção quando se concentra com grande esforço em um ponto.”*⁴⁵

Para educar a atenção era necessário segundo o aluno Antonio Alves dos Santos, em prova de 1903, que o professor aproveitasse o interesse do aluno sobre determinado objeto para habituá-lo a ter atenção sobre outras matérias que lhes são ensinadas, apresentando ao mesmo, coisas concretas, utilizando os processos intuitivos e satisfazendo a curiosidade deste que segundo o texto é apetite do espírito e não do social, sem apresentar muitos objetos ao mesmo tempo para não distraí-lo. Conforme essa prova, o professor não deve dar longas lições, mas lições variadas, uma vez que a atenção provoca grande dispêndio de energia cerebral, além disso, deve escolher momentos em que o espírito do aluno esteja mais bem disposto.

Para desenvolver o espírito de observação, que segundo a prova se refere à atenção alerta e pronta para se concentrar nas particularidades dos objetos, é necessário que se obrigue o aluno a descrever as minúcias das coisas. A memória é definida nesta prova como

...a faculdade que os espíritos tem de reter, conservar e recordar, não só as impressões recebidas mas os conhecimentos que adquirimos. As impressões recebidas pela consciência, as percepções experimentadas por intermédio dos sentidos, as noções percebidas pelo entendimento podem ser conservadas pela memória e reaparecer em nosso espírito no estado de lembranças. As lembranças são espontâneas ou voluntárias. A memória será tanto mais fácil quanto mais vivas e repetidas forem as impressões recebidas...a atenção pelo facto de tornar mais viva a impressão do espírito torna-se assim uma condição essencial para gravar na memória que queremos adquirir: o alumno distraído esquece as lições mal entendidas. Os principaes meios para promover seu desenvolvimento são: aproveitar o phenomeno da associação natural, mas não recorrer sem necessidade á associação artificial...em geral em todos os exercícos deve dirigir-se tanto ao entendimento como a memória....(Antonio Alves dos Santos, aluno da Escola Normal de Ouro Preto. Ouro Preto, 22 de dezembro de 1903. APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 03)

O aluno continua sua prova relatando que a imaginação

é a faculdade de não apresentar inteiramente as impressões que se recebemos mas de combinar de uma maneira ideal. Assim o

⁴⁵APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 03– Prova de pedagogia do aluno Antonio Alves dos Santos, Escola Normal de Ouro Preto. Ouro Preto, 22 de dezembro de 1903.

compositor musical desenvolve muitas vezes em suas melodias o que elle ouviu e que julga lhe pertencer. Quando nossas lembranças ou reminiscencias toma o em nosso espírito uma força, uma vivacidade, um brilho particular, a faculdade que nol-as fornece toma o nome particular de imaginação representativa. Da mesma maneira que não devemos confiar á memória sinão noções úteis; não devemos fornecer á imaginação senão imagens boas e bellas... (Antonio Alves dos Santos, aluno da Escola Normal de Ouro Preto. Ouro Preto, 22 de dezembro de 1903. APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 03)

Nas provas de início do século XX, aspectos psicológicos também serviam de base para justificar a importância do estudo de determinados conteúdos. É o que mostra a prova da matéria de pedagogia do ano de 1903⁴⁶ em que são expostos a relevância prática e pedagógica do ensino da língua pátria, ou melhor, além de ensinar a língua de seu país, o estudo da mesma auxiliaria o desenvolvimento da inteligência, da imaginação e da reflexão dos alunos. O método para tal intento, segundo esta prova, deve ser feito de forma que não se expusesse o aluno ao ridículo, sem repreendê-lo pelos erros que cometeu, sem perturbar a sua tranquilidade de espírito.

Além do enfoque no próprio aluno, esta prova demonstra que este deve ser respeitado acima de tudo e que a sua integridade deve ser preservada física e psicologicamente, denotando uma mudança no sentido da utilização de instrumentos educativos que possibilitem o aprendizado e que a priori superariam os castigos.

É o que se vê também nos temas sobre a disciplina e que aparece em uma das provas datadas do ano de 1904, disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Segundo a aluna Angelina Quites, a disciplina é um “*conjunto de regras por meio das quaes se podem governar os espíritos e formar o caracteres.*”⁴⁷ Para consegui-la o professor deve ter organização pedagógica, capacidade, tino e exatidão, ou seja, o comando da mesma é tarefa do professor, sendo que esta pode ser autoritária ou liberal, conforme a exposição. Na forma autoritária, em que o professor diz tudo que o aluno deve fazer ou não, tira-se a iniciativa dos alunos, já na forma liberal, permite-se que as faculdades do mesmo se expandam, deixando-o agir à vontade.

A forma autoritária de disciplina deveria ser utilizada pelo professor inicialmente para provocar nos alunos o respeito e a submissão, segundo a prova

⁴⁶APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 02 (1903-1904- Programas, editais e provas de história, geografia, português, aritmética, pedagogia, química, desenho, botânica e francês de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

⁴⁷idem

*“depois á medida que a razão se for desenvolvendo nelles, lhes proporcionará occasião de se dirigirem por si só.”*⁴⁸ A emulação⁴⁹ também é tema desta prova e deve ser usada no ensino tendo como referência o próprio aluno, “o alumno não se compara com os seus companheiros, mas consigo mesmo.”⁵⁰

As recompensas e punições são também moveis de uso geral. Mas os moveis mais elevados são o apelo á razão e a consciência, ao sentimento de honra e afeição. O professor não receará dar os motivos de suas determinações, de tudo ao que faz dirigir-se-á ao amor próprio e respeitará a dignidade dos meninos...O mestre provocará também o amor e o reconhecimento dos discípulos por meio da afeição effectiva e dedicação com que os dirige...estes moveis não terão efficacia senão quando fôrem precedidos do respeito e da submissão racional. (Angelina Quites, p.4 - aluna da Escola Normal de Ouro Preto, Ouro Preto, 14 de março de 1904, APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 02)

Observa-se que os argumentos se relacionam principalmente à necessidade de proteger a criança e ao reconhecimento da fragilidade da mesma. A relativização com relação aos castigos é incitada nesta prova com o uso do racional, ou seja, o professor deveria usar seus conhecimentos sobre o desenvolvimento da criança para entender os prejuízos dos castigos severos. Acima de tudo o uso da afeição e dedicação seriam recompensa para minimizar as punições.

3. 1.2 Os saberes psicológicos nos programas de ensino

Além das provas, os programas de ensino da matéria de pedagogia também confirmam e evidenciam que vários saberes psicológicos eram tratados como objeto das aulas. Abaixo apresentamos um programa de 1896. Neste o professor da matéria de pedagogia relaciona tópicos ou “pontos” a serem solicitados aos alunos do 2º ano para as provas oral e escrita:

Prova escripta:

⁴⁸idem

⁴⁹Emulação segundo Pinto, L. M. da S. Dicionario da lingua brasileira -1775-1869: “dezejo de igualar se ou avantajar se a outrem em cousa louvável.” Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/lup> acesso em 03.06.2014

⁵⁰idem

- 1º methodo
- 2º ensino de calligraphia
- 3º ensino de diversas disciplinas
- 4º princípios de psychologia e os sentidos
- 1º princípios de psychologia e o methodo
- 2º os sentidos. Ensino de calligraphia
- 3º modos de ensino
- 4º formas e processos de ensino.

(1896, Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino). SI-1007)⁵¹

No interior do diário da matéria de pedagogia daquele ano de 1896, com os nomes dos alunos em ordem sequencial, o professor anotava, além dos nomes dos alunos, o objeto da lição do dia. O termo “objecto” era relativo ao tema pertinente e abordado na aula. Relativos aos saberes psicológicos no 2º ano do curso aparecem os seguintes temas abordados nas respectivas datas: *13.07: memoria, 15.07: preliminaries de psychologia, 17.07: sentidos*,⁵². Para o 3º ano do curso no mesmo ano, os pontos tratados na prova escrita eram os seguintes:

- 1º actividade physica e sensibilidade physica
- 2º sensibilidade physica e moral
- 3º inclinações sociaes
- 4º inclinações superiores
- 5º percepção exterior e educação dos sentidos
- 1º actividade physica e percepção exterior
- 2º educação dos sentidos e inclinações sociaes
- 3º sensibilidade moral e inclinações superiores
- 4º inclinações sociaes sensibilidade physica

(1896 Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino). SI-1007)

Já no interior do diário do 3º ano constam os seguintes dados:

30 de maio e 01 e 06 de junho- objecto da lição: faculdades da alma, 06 de julho: inclinações em geral, 13 de julho: memoria, 20 de julho: atenção, generalização, abstração, 25 de julho: raciocinio, 01 de agosto: razão, 03 de agosto: educação dos sentidos, 24 e 26 de agosto: educação da memória, 29 de agosto: educação do raciocinio, 5 de outubro: faculdades da alma, 17 de outubro: memoria e imaginação,

⁵¹APM - SI- 1007 (1896, Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino).

⁵² idem

24 de outubro: continuação da aula anterior e atenção, 26 de outubro: abstração, generalização, 31 de outubro: raciocínio, 7 de novembro, educação intelectual, 9 de novembro: educação da atenção, memória, etc. (1896 Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino). SI-1007)⁵³

Neste diário o professor elenca os seguintes pontos para a prova oral do 3º ano:

- 1º - Pedagogia sua natureza importancia e relações com outras sciencias
- 2º - Educação, definições e divisões
- 3º - Educação physica, sua importancia e meios
- 4º - Faculdades da alma, sua classificação
- 5º - Educação da atenção, sua importancia, observação e reflexão, meditação.
- 6º - Memória sua definição, educação da memória, imaginação, associação.
- 7º - Juízo, sua definição e divisão sobre o ponto de vista pedagógico, educação do juízo
- 8º - Raciocínio sua definição indução e dedução analogia. Educação do raciocínio. (1896 Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino). SI-1007)⁵⁴

Como se observa, além dos estudos pertinentes a aspectos relacionados às faculdades da alma e às faculdades intelectuais, tais como a memória, o raciocínio, juízo, dentre outros, a psicologia se apresenta neste período também como tema ou “ponto” específico do conteúdo, sendo estes denominados de “Preliminares de psicologia”, “Princípios de psicologia e os sentidos” e “Princípios de psicologia e o método”. Denota-se, portanto que além de estudos dos saberes psicológicos, no final do século XIX em Minas, ela já se apresenta como um campo de conhecimento científico específico.

Alguns dados no levam a crer que esse mesmo programa já era utilizado no início da década de 1890, pois em algumas das provas dos alunos encontradas nos arquivos, constam a numeração e nominação dos pontos de estudo solicitados nas

⁵³APM - SI- 1007 (1896, Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino).

⁵⁴APM - SI- 1007 (1896, Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino).

provas, e em várias delas podemos perceber que os mesmos se assemelham aos apresentados neste programa, como por exemplo, na prova da aluna Adelina de Santa Cecília, feita em 22 de novembro de 1893, onde o tema é nominado como “Ponto 2: Educação, suas divisões e definições”, mesmo nome dado ao ponto do programa no diário de 1896. A aluna reforça aspectos relacionadas as 3 faculdades a serem educadas na escola,

Considerada em relação ao sujeito, a educação divide-se em educação do corpo e educação da alma, porque o fim da educação é aperfeiçoar o homem, e este se compoe de corpo e alma. Analysando se a alma, ve-se que ela é dotada de 3 faculdades: intelligencia, vontade e sensibilidade, estas faculdades podem ser reduzidas a 2, pq a sensibilidade faz parte do corpo e então podemos dividir a educação em physica, intellectual e moral....a educação intellectual cultiva as diversa faculdades do espirito e procura dar conhecimentos.

A educação moral tende a formar o character do homem: desenvolve o coração e a vontade, forma os sentimentos, os hábitos, a consciencia e a energia moral. Os meios da educação physica são: os brinquedos e a gymnastica, o da educação intellectual é a instrução, e os da educação moral são os bons conselhos, os bons exemplos, etc.(Arquivo Público Mineiro, SI série 4 subsérie 2 Cx: 01 Pc: 20)

Sobre um período mais tarde, na década de 1910, quando a Escola Normal de Ouro Preto é reaberta, visualizamos nas atas de exames finais de 1916 que a matéria de pedagogia e higiene era lecionada no 4º ano do curso. Neste mesmo ano, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, presidente de Minas Gerais, fez a unificação do ensino normal em todo o estado, visando estabelecer um preparo igualitário para os professores diplomados por todos os estabelecimentos que oferecessem o curso normal.

Sendo assim, podemos entender que a partir dessa unificação e devido à intensa fiscalização feita pelos inspetores do estado principalmente nos exames de finalização dos períodos letivos, os conteúdos de todas as matérias da formação, eram os mesmos regulamentados pela legislação.

Na Escola Normal de Ouro Preto esta matéria era ministrada no 4º ano do curso de 1916 até 1926. Ao final do período letivo os exames contavam com a presença de membros da Congregação da escola, muitas vezes sendo o diretor e professores da escola que compunham a comissão examinadora, além do fiscal do governo, que presenciava todos os exames de todas as matérias e de todos os alunos daquele período letivo.

Em 1922 havia também a matéria de “Prática profissional” onde as alunas instruídas e supervisionadas pelos professores da Escola Normal, lecionavam no Grupo Escolar Pedro II, na mesma cidade. Ao final do ano letivo fazendo parte dos pré-requisitos para aprovação no curso normal, a comissão examinadora apresentava um relatório para uma comissão composta por fiscais do governo, pela Congregação de professores e diretor da escola, sobre a atuação das alunas nesta disciplina prática, que segundo as atas se pautavam nos artigos 99, 100 e 106 do regulamento em vigor que entendemos ser a legislação de 1920. Esta prática profissional era acompanhada e supervisionada também pelos professores de pedagogia e pela Reforma Antonio Carlos que também instituiu essa matéria, essa prática se dividiria em aulas modelos, aulas didáticas, preparo das lições e lições práticas.

O Presidente de Minas Gerais, Fernando de Mello Vianna oficializou em 1925 a inclusão dos estudos sobre a psicologia infantil na matéria de pedagogia no ensino normal mineiro. Com isso as Escolas Normais equiparadas, as Regionais e a Escola Normal Modelo instituíram essa matéria oficialmente.

Conforme as atas encontradas em arquivo próprio da Escola Normal de Ouro Preto, constamos que a psicologia, em 1928 também foi ministrada no curso como matéria autônoma, sendo lecionada como psicologia infantil e higiene escolar no 3º ano e psicologia educacional no 4º ano do curso. Infelizmente não encontramos documentos sobre que tópicos ou temas eram administrados nas mesmas, mas continuamos entendendo que sob o rigor legal em que a escola se mantinha, além da forte inspeção escolar, acreditamos que os mesmos se tratavam dos exigidos na legislação, ou seja, os determinados pela Reforma Francisco Campos.

Através de um estudo mais focalizado sobre as leis da instrução pública e sobre as Escolas Normais, podemos entender que o governo tinha interesse e intenções significativas para a formação de professores em Minas Gerais. Sendo assim, e considerando que um estudo desses instrumentos legais, ou seja, das leis que regeram as Escolas Normais desde o processo de sua implantação em Minas nos possibilita entender as intenções dos governos e mais ainda “o ideário pedagógico subjacente às concepções que se anunciam nos diferentes momentos históricos” (Vieira, 2009, p. 2), faremos a seguir uma exposição mais detalhada sobre a legislação da instrução mineira sobre as Escolas Normais evidenciando os currículos da mesma, os saberes psicológicos e a psicologia como matéria independente nos mesmos.

3.2 Os saberes psicológicos na legislação sobre o ensino normal em Minas Gerais.

Para maior visualização da prática legislativa no período estudado, apresentamos no quadro 2, Apêndice B, leis e regulamentos⁵⁵ que se referiam às Escolas Normais mineiras, desde 1835 a 1930. Daremos maior foco às alterações, especificidades e estruturas curriculares detalhadas nestas normatizações. Observá-las nos dá uma noção da importância dos estabelecimentos de formação de professores em Minas Gerais, bem como suas especificidades locais.

Se observarmos as datas das legislações, podemos deduzir que os ordenamentos pautaram quase que regularmente uma forma de ser das Escolas Normais, desde a criação da Escola Normal de Ouro Preto em 1835. A Lei n.13 definiu a necessidade de habilitação para professores que já lecionavam e para os que se candidatassem ao cargo, mas não determinava um currículo para isto. Estabeleceu que um ou mais professores de outras cidades da Província se instruísem na Escola Normal da Capital Ouro Preto e os pré-requisitos para quem poderia ser professor: conhecimentos de ler, escrever, prática das operações aritméticas para o 1º grau e para o 2º grau, aritmética até as quatro proporções e noções dos deveres morais e religiosos.

A Lei n. 311 de 1846, além de definir o método simultâneo como método de ensino para todas as escolas de 1º e 2º graus da Província, incluiu na formação docente os conhecimentos de gramática latina e francês.

Já o Regulamento 62 de 11 de abril de 1872 determinou que o curso de formação fosse ampliado de dois meses para dois anos de duração, com as matérias estariam divididas em duas cadeiras. As matérias oferecidas constavam no 1º ano e na 1ª cadeira de: gramática da língua portuguesa, exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso, exercícios de redação, leitura refletida da constituição política do império, e na 2ª cadeira, aritmética, sistema métrico, noções elementares de geometria plana. Para o 2º ano, as cadeiras também se dividiam em duas: a 1ª cadeira constituída das matérias de instrução moral e religiosa, pedagogia e legislação do ensino, a 2ª cadeira se dividia em noções de geografia, geografia e história do Brasil, principalmente da província de

⁵⁵As leis e regulamentos expostas no quadro foram consultadas pela autora em fontes primárias, no Arquivo público Mineiro, Minas Gerais. Coleção leis Mineiras.

Minas Gerais e a matéria de música com 3 lições semanais.⁵⁶ Com a entrada das matérias ditas pedagógicas, os saberes psicológicos são convidados também a participar da formação de professores em Minas, como já exposto anteriormente nesta pesquisa.

O Regulamento n. 84 de 1879, instituiu um novo modelo curricular, ampliando-se de 2 cadeiras para 5 cadeiras e redistribuindo as matérias nos mesmos dois anos de duração do curso. As novas disciplinas distribuídas foram, no 1º ano: caligrafia e ortografia na escola prática (exercícios diários), gramática portuguesa, leitura, análise gramatical de prosas e poesias, exercícios de construção, aritmética, instrução moral e religiosa, história sagrada, pedagogia. No 2º ano, gramática portuguesa: análise filológica, exercícios de redação (3 lições por semana), aritmética: aplicações, exercícios práticos (2 lições por semana), noções práticas de geometria e desenho linear, noções de geografia geral e geografia do Brasil (3 lições por semana), música (1 aula), história do Brasil (3 lições por semana).

As cadeiras eram divididas em: uma de instrução moral e religiosa, uma pedagogia e historia sagrada, uma de gramática portuguesa, uma de aritmética, uma de noções práticas de geometria e desenho linear, uma de historia e geografia do Brasil. Neste currículo os saberes exigidos foram ampliados, diferente do anterior que previa o domínio de rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo. No primeiro ano de formação, além da prática da leitura, da escrita e das quatro operações, houve a inclusão da geometria e do sistema métrico decimal, e no segundo ano dimensionou-se a metodologia da prática pedagógica, incluindo a disciplina de Pedagogia e legislação do ensino.⁵⁷

O Regulamento n.100 de 1883 traz novas alterações no currículo da Escola Normal. Nele, os cursos seriam ofertados em 3 anos, com ampliação da carga horária e das disciplinas ofertadas. As cadeiras aumentaram para oito sendo elas: língua e literatura nacional, aritmética e escrituração mercantil, pedagogia, historia sagrada, instrução moral, religiosa e cívica, geometria, desenho linear e imitação, geografia, cosmografia, geografia e história do Brasil, francês, ciências naturais, física e química agrícola e música. Além destes, acrescenta-se música vocal, prática de violino para os

⁵⁶Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Regulamento 62, 11.04.1872

⁵⁷Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Regulamento 84, 21.03.1879

homens e de piano ou harmonium para as mulheres, em todos os três anos do curso. Trabalhos de agulha e bordados nas aulas práticas femininas.⁵⁸

A Reforma de 1892, conhecida como Reforma Afonso Pena, legisla que a função da Escola Normal seria a de “dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária” (art. 158), além de imprimir um caráter mais científico à formação, com conhecimentos mais complexos, estende o curso para 4 anos, e engloba as matérias: português, desenho, canto, aritmética, caligrafia, geografia, Francês, geometria, álgebra, história, pedagogia, instrução moral e cívica, ciências físicas e naturais, literatura brasileira e agrimensura. Há aumento das lições semanais e dos exercícios práticos.⁵⁹ Nesta legislação também foi enfatizado a proibição de castigos físicos e humilhantes aos alunos.

Desde a lei n. 42, de 1892, pudemos observar que o ensino nas Escolas Normais deveria abordar o ensino intelectual, moral e prático. Nesta legislação a matéria de pedagogia fazia parte da formação docente e nela já estava incluído saberes psicológicos relacionados à memória e intuição do aluno, dentro dos programas do curso e especificamente na própria redação da legislação, como por exemplo, no que tangia aos métodos de ensino,

...Art.167- o ensino terá um caracter prático e profissional,devendo os professores se esforçar para que os alumnos adquiram as qualidades intellectuaes e Moraes indispensáveis ao professor.

Art. 168 – não será permittido processo algum que anime o trabalho machinal e substitua a reflexão por um esforço de memória. Assim, o ensino deverá ser feito intuitivamente, por meio de cousas, em todas as matérias em que se puder applicar esse processo, e principalmente nas escolas práticas, quando se tiver de ensinar a meninos sem cultivo algum intellectual. (Ouro preto, 1892. Collecção das leis e decretos do estado de Minas Geraes, p.69)

O Decreto n. 607, de 1893, inclui nas aulas práticas do primeiro ano do curso, em 3 vezes da semana, a matéria de lições de coisas, “sempre que for possível se farão uso dos processos intuitivos, tanto nas aulas práticas como nas do curso normal, não

⁵⁸Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Regulamento n.100.19.06.1883.

⁵⁹Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Lei n. 41, 03.08.1892.

chegando aos estudos abstractos sinão progressivamente”.Regulava ainda que “no desenvolvimento das lições, deverão os professores associar à exposição a interrogação, não só para estimularem a atenção dos alumnos, mas também, para se inteirarem do aproveitamento dos mesmos”.⁶⁰

Já o Decreto 655, do mesmo ano, além de promulgar o regulamento das escolas, cria também a Revista do Ensino e registra como sendo obrigatória a sua assinatura para todos os professores e funcionários remunerados da instrução pública, revelando que se destina à promoção do desenvolvimento da instrução e da educação do Estado. Nela são reproduzidos os atos oficiais e o conhecimento dos processos pedagógicos mais modernos. Os colaboradores deveriam ser os próprios professores do Estado, com redação e revisão de responsabilidade de um professor do Ginásio, da Escola Normal ou da Escola de Farmácia.⁶¹

A Lei n. 221, de 1897, fez pequenas modificações no currículo da Escola Normal, aumentando as aulas de francês, excluindo alguns pontos das matérias de geografia, história, álgebra e geometria. Estabelece alguns pontos específicos para a matéria de ciências físicas e naturais, além de suprimir as matérias de agrimensura e agricultura. Já para a matéria de pedagogia indica que a mesma terá como fim preparar o aluno para o magistério, instruindo-o principalmente em metodologia, educação moral e cívica e legislação do ensino primário.⁶²

O Decreto n. 1.175, de 1898, promulga o regulamento das Escolas Normais. Segundo essa lei, estas têm como fim ministrar educação intelectual, moral e prática aos que desejarem exercer o magistério primário. Estabelece o seguinte currículo para as Escolas Normais: 1ºano: português, francês, aritmética, geografia, música e canto, desenho geométrico, caligrafia, lições de coisas, economia domestica (para as alunas), trabalhos de agulha (para as alunas), ginástica (para os alunos); para o 2º ano: português, francês, aritmética, álgebra, geografia, física, princípios gerais de educação e metodologia, musica e canto, desenho topográfico, caligrafia, trabalhos de agulha,

⁶⁰Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Decreto n. 607, de 27.02.1893.

⁶¹Ressaltamos que a mesma só foi criada no governo de Melo Viana, em 1925.Ver Biccas, M. S. O impresso como estratégia de formação de professores (as) e conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940). Tese de doutorado. USP. Faculdade de Educação, 2001

⁶²Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. Lei n. 211, 14.09.1897

ginástica; para o 3º ano: português, francês (revisão), álgebra, geometria plana, geografia, história geral (princípios) e noções de história do Brasil, química, instrução moral e cívica, música e canto, desenho de ornato; no 4º ano: português, literatura brasileira, ciências naturais, geometria no espaço, história do Brasil, higiene escolar e legislação do ensino primário, música e canto, desenho de figura e de paisagem.

A disposição das matérias e do formato do curso na Lei 281, de 1899, permanece como na Lei n.41 de 1892, com os acréscimos da Lei n.221 de 1897 e a de 1898 sendo o termo “aulas práticas na escola anexa”, substituído pelo termo “aula prática mista”.

O Decreto n. 1.354, de 17 de janeiro de 1900, determina sobre a regência de algumas cadeiras das Escolas Normais do Estado, fala apenas da aula prática mista, da geografia e princípios de história geral e do Brasil, da geometria e desenho.

Na Lei 318 de 1901, pode-se observar que por questões financeiras, determinou-se a suspensão de todas as Escolas Normais do Estado, sendo que os professores receberiam a metade dos seus vencimentos até um ano após a lei. Se estes professores voltassem ao exercício de suas funções, mesmo com redução de seus salários, esta ressalva ficaria suspensa. Para Mourão (1962) era compreensível na oportunidade, o desestímulo dos professores e os danos para a instrução, uma vez que os professores das Escolas Normais passariam a ganhar menos que professores do nível primário.

Havia uma disposição na Lei nº 218 pela qual as câmaras municipais das cidades, que tivessem escolas normais, poderiam entrar em acordo com o Governo do Estado, no sentido de passarem a manter tais escolas. Pode-se imaginar que a perspectiva das escolas normais não era das melhores porquanto se o Estado atravessava uma séria situação financeira, muito pior seria, em geral, a dos municípios, cuja situação deveria, muito naturalmente ser o reflexo da unidade federativa a que pertenciam. (Mourão, 1962, p.84)

Segundo o autor, o ônus foi também dos alunos, pois alguns desses estabelecimentos deixaram de ser totalmente gratuitos e tiveram a cobrança de taxa de matrícula. Esta taxa seria dividida entre os professores da Escola Normal para minimizar o corte sofrido nos vencimentos.

Quanto ao currículo do curso normal, a lei estabelece as cadeiras de língua nacional, francês, geografia, história do Brasil e de Minas Gerais, aritmética elementar, geometria plana e desenho, pedagogia, elementos de ciências físicas e naturais e os trabalhos de agulha, que passariam a cargo da inspetora de alunos. Observa-se uma

simplificação no currículo, pode ser que por causa das economias do governo em relação a formação do professor. Mourão (1962) enfatiza que por questões de economia, algumas matérias se agruparam em cadeira única, sendo regidas por um único professor, como no caso de elementos de ciências físicas e naturais, “isto é, zoologia, botânica, física e química formavam a 7ª cadeira”... (p.86)

O referido Decreto n.1788 de 1905, também suspende o exercício das Escolas Normais custeadas pelos cofres do estado e disponibiliza os professores e inspetores, com metade de seus vencimentos. Dispõe que os alunos que tivessem concluído o 3º ano do curso poderiam requerer ao Secretário do Interior a permissão para fazer os exames do último ano e dispõe sobre o exame prático dos alunos do 4º ano, porém a lei n.399, 1905 reconhece válidos todos os cursos das escolas normais do estado, que estiverem funcionando regularmente durante o regime de suspensão.

Já a Lei 439, de 1906 autoriza o governo a reformar o ensino primário e Normal do Estado, “de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.” (art. 1º.)⁶³ Determina que o ensino normal seja ministrado na Escola Normal-Modelo na Capital e em Escolas Normais Regionais, sendo que a organização destas permita formar alunos que adquiram as qualidades pedagógicas indispensáveis ao magistério público. Revela que logo que achar oportuno o governo poderá fundar a Escola Normal Modelo da capital, com a possibilidade de anexar-lhe um curso superior, além de restabelecer o ensino normal estadual de acordo com as necessidades da instrução. Exige-se a adoção dos mesmos programas das Escolas Normais do estado para os estabelecimentos equiparados, mantidos por particulares ou associações. Relata sobre como deve ser os edifícios, mobílias, livros didáticos e o material de ensino prático e intuitivo das mesmas.

Lei 1960, de 1906, aprova o regulamento da instrução primaria e normal do Estado além de deliberar que o ensino siga com rigor o método intuitivo e prático com base no sistema simultâneo. Dispõe que o ensino normal seja ministrado em escolas normais instaladas na capital e em outras cidades do estado, de acordo com as necessidades e que estas sejam destinadas ao preparo prático de professores primários com qualidades indispensáveis a docência, com um curso em que contava as matérias:

⁶³ Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. 1906.

português e frances, aritmética e geometria, geografia, história e educação moral e cívica, noções gerais de física, química, história natural e higiene, aritmética comercial escrituração mercantil desenho e música, sendo a prática realizada em grupos escolares e escolas isoladas, sob direção dos professores das escolas normais.

Art.118. Não sera permitido no ensino normal processo que anime o trabalho machinal e substitua a reflexão por um esforço de memória. Assim o ensino deverá ser feito intuitivamente, por meio de cousas, em toda a matéria sem que se puder aplicar este processo e principalmente no que diz respeito ao ensino pratico de que trata o artigo 114. (Dec. N. 1960, 1906. Minas Gerais, APM, Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, p.156)

Nesta legislação, conhecida como Reforma João Pinheiro, o curso era composto por matérias elementares tais como: português, francês, aritmética, geometria, geografia, história e educação moral e cívica, noções gerais de física, química, história natural e higiene, aritmética comercial e escrituração mercantil, desenho e música, sendo que a matéria de pedagogia foi suprida neste currículo. Um fato pontuado por Mourão (1962) é que nesta reforma dava-se bastante importância a prática profissional.

Além disso, a partir de 1906, com a preocupação em uniformizar o ensino nos estabelecimentos mineiros de formação de professores, os legisladores apresentavam em algumas legislações, o programa a ser utilizado no ensino normal, com a intenção de uniformizar o mesmo para todos os estabelecimentos que oferecessem este ensino. O argumento era que a uniformidade traria um grau de preparo às normalistas, independentemente da escola em que fossem diplomadas, além da igualdade de regalias para os estabelecimentos, mesmo porque o Decreto n.1175 de 1898, facultava às congregações das Escolas Normais formularem os seus respectivos programas de ensino, ocasionando divergência entre os programas de uma escola para outra.

Porém a partir de 1906, com o estabelecimento da Escola Normal Modelo na nova Capital mineira, em alguns períodos e no que tange aos programas dos cursos, encontramos legislações diferentes para o ensino normal, uma para a da capital e outra para as Escolas Normais equiparadas a esta.

Observamos que o Decreto n. 1.908 de 28 de maio de 1906, estabeleceu a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro anos do curso, incluídos na matéria de pedagogia lecionada no 3º ano do curso, saberes psicológicos, dentre outros:

...4- da educação dos sentidos, 5- das faculdades da alma, 6- da educação intellectual em geral, 7- da educação da atenção, memoria e imaginação, 8- da educação do juízo, raciocínio, abstracção e generalização, 8- da educação do juízo, raciocínio, abstracção e generalização...10- da educação da sensibilidade, consciência e vontade, 11- da disciplina e seus moveis, 12 – recompensas e punições.... (Minas Gerais, 1906, p.48 e 49)

No Decreto n.1960 de dezembro do mesmo ano, distribuiu-se as matérias para o ensino normal na Capital mineira, mas não consta a matéria de pedagogia, nem outras matérias que contivessem as especificidades da função docente, a não ser a importância que nesta lei foi dada à prática do magistério que deveria ser feita nos grupos escolares e escolas isoladas.

O Decreto 2836 de 1910 aprova o regulamento que reorganiza as Escolas Normais do Estado. Regula que o ensino seja de 4 anos e que conste das seguintes matérias: português, aritmética e escrituração mercantil, geografia, geometria e desenho linear, francês, história e educação moral e cívica, física, química, historia natural e higiene, musica, desenho e caligrafia, costura e trabalhos manuais, ginástica e prática profissional.

Além disto, trata de peculiaridades das aulas práticas e dos programas de ensino e respectivos horários. A ênfase é dada ao ensino normal intuitivo e prático, observação e a “reflexão por esforço de memória”⁶⁴, abolindo o uso de compêndios e lições ditadas para qualquer matéria. Há nesta legislação especificidades para as aulas de música, desenho e caligrafia, ginástica, costura e trabalhos manuais (incluindo aulas de cozinha, engomado, economia doméstica e medicina caseira).

A Lei 560 de 1911 autoriza a criação de Escolas Normais nas regiões Norte, Sul, Zona da Mata, Oeste e Triângulo Mineiro, sendo as mesmas mistas e tendo como modelo a Escola Normal da Capital, instituindo nestas, cursos facultativos de trabalhos manuais e agronomia. Observa-se, portanto, que novo fôlego era dado para a formação docente com abertura de mais escolas para os mesmos.

Já o Decreto n.3191, de 1911, aprova o Regulamento Geral da Instrução no estado e no que tange às Escolas Normais trata das funções dos diretores das mesmas,

⁶⁴Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. 1910, p.153

além de regular que seja constituída pelas professores da Escola Normal, uma congregação, tendo como presidente o diretor da mesma, para aprovação dos programas, exames, horários, promoções de alunos, comissões de exames, dentre outros.

Em 1912, o então Presidente de Minas Gerais, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, aprovou novo Regulamento para as Escolas Normais Regionais. Estas escolas, criadas pela legislação do ano de 1911 deveriam ser estabelecidas em 5 regiões do estado, já elencadas acima e nelas funcionariam anexo um curso primário, denominado “*Pedagogium*”⁶⁵, para proporcionar educação física, intelectual e moral para crianças de pelo menos sete anos de idade, sem distinção de sexo. O objetivo era proporcionar aos alunos mestres o exercício de ensino, direção de crianças, bem como regência e organização das escolas primárias.

Dado interessante é que nesta legislação consta informações relacionadas as notas que deveriam receber os alunos nas Escolas Normais por valorização do merecimento, sendo os mesmos julgados por graus expressos por algarismos desde 0 a 9, onde o zero corresponderia a nota “*má*”; 1,2 ou 3, nota “*soffrível*”; 4,5 e 6, nota “*boa*”; 7,8 ou 9 nota “*optima*”.⁶⁶ O curso normal seria de 4 anos neste decreto, compreendendo o ensino de português, frances, aritmética, geometria, geografia geral e corografia do Brasil, noções de cosmografia, história geral e do Brasil, elementos de física, química, historia natural e higiene, pedagogia, deveres morais, direitos, regalias e deveres do cidadão (instrução moral e cívica), musica e canto, desenho e caligrafia, economia domestica e trabalhos manuais, costura para as alunas, ginástica e exercícios militares para os alunos.

Nesta legislação não há detalhamento sobre o que deveria ser ministrado nestas matérias, ficando a cargo da congregação das escolas organizarem regimento interno para completar o regulamento no que neste não estivesse disposto. Além dessas os alunos deveriam ter no 4º ano do curso a “*Prática no pedagogium*”. Observa-se que a matéria de metodologia também era ministrada no 3º ano do curso e a de pedagogia no 4º ano do curso com duas aulas semanais. Ao professor de pedagogia também foi dada a

⁶⁵ Minas Gerais, Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, 1912. Decreto n.3738 de 5 de novembro, p. 835.

⁶⁶ Até esta data as notas observadas n as atividades das alunas correspondiam as expressões “*má, soffrível, boa e optima.*”

direção do “*pedagogium*”, bem como toda responsabilidade sobre a prática das alunas-mestres nesta escola. A ênfase nesta legislação também era na prática docente e no art.14 observamos que,

Art.14. O ensino será mais prático do que theorico, e ministrado por methodos e processos pedagógicos que facilitem a assimilação, e promovam o desenvolvimento de todas as faculdades intellectuaes. (Minas Gerais, 1912. Colleção Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, p.837)

O Decreto 4139, de 1914, aprova os programas da Escola Normal da Capital para o ano letivo de 1914. Pode-se observar nesta legislação amplo detalhamento para os programas das cadeiras distribuídas nos 4 anos de curso, bem como o nome dos professores responsáveis pelas mesmas. Sendo estas: português, aritmética, geometria e desenho linear, geografia, física e química, história, educação cívica e moral, musica, desenho, costura, ginástica e trabalhos manuais.

Já o Decreto n. 4128 de 17 de fevereiro de 1914, aprova os programas para as Escolas Normais Regionais e Equiparadas. Ainda não havia nesta data uma matéria específica de psicologia, mas a matéria de pedagogia ampliou tópicos sobre a educação física, a educação dos sentidos, educação moral e a educação intelectual.

...os sentidos: educação dos sentidos e meios empregados para esse fim. Noções de hygiene dos sentidos, com relação ao menino. Educação intellectual. Faculdades intellectuaes do menino. O ensino como meio de educação intellectual. Noções de hygiene intellectual. Educação da atenção, memória, imaginação, reflexão, juízo, abstracção e raciocinio... (Minas Gerais, 1914. Colleção Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes p.66)

O Regulamento n.4524 de 1916, uniformiza o ensino nas escolas normais Modelo, regionais e equiparadas do Estado. Neste regulamento, o presidente do estado aprova e determina a adoção para todas as Escolas Normais, dos programas, numero de matérias, distribuição das cadeiras, horários e processos de exames da Escola Normal Modelo da capital, tentando estabelecer a igualdade de preparação de professores no estado.

A Lei n.676 de 1916 estabelece providências em relação à nomeação de professores e ordena sobre a organização das matérias do curso normal nas escolas regionais do estado, de acordo com a Escola Normal Modelo.

O Regulamento n. 4524 de 21 de fevereiro de 1916, regula que o curso normal continue sendo ministrado em 4 anos e neste regulamento a matéria de pedagogia se divide em pedagogia e higiene, sendo a única no programa com pontos específicos da

formação pedagógica dos docentes. Ministrada no 4º ano do curso em duas horas de aulas semanais e mais 5 horas na prática profissional⁶⁷. Observa-se que aqui a psicologia aparece especificada pela primeira vez na legislação mineira, como ponto da matéria de pedagogia.

Art. 10. A cadeira de Pedagogia e Hygiene terá por matérias essenciaes a historia da educação, methodos geraes do ensino, organização e legislação escolar, psychologia infantil e hygiene, ministrando também ás alumnas conhecimento pratico ds primeiros cuidados médicos a prestar ás crianças, em caso de necessidade. (Minas gerais, 1916. Colleção Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes p. 216)

O decreto 4955 de 03 de abril de 1918 aprova os programas de ensino que deveriam ser seguidos pelas Escolas Normais para o ano letivo de 1918 e aprovados pela Congregação da Escola Normal Modelo. Neste consta a distribuição dos conteúdos para as cadeiras de português, aritmética, geometria e desenho linear, geografia, história natural, física e química, história, educação cívica e moral, francês, pedagogia e higiene, desenho e caligrafia, música, trabalhos manuais, costura e trabalhos de agulha, ginástica. O programa da cadeira de pedagogia e higiene é vasto, contendo tópicos relacionados a historia da pedagogia, a escola, o aluno, a educação, além de moléstias dos escolares. Distribuídos no ponto relativo ao aluno encontram-se tópicos relativos ao crescimento psíquico que seriam estudados:

... 1) Noções elementares de anatomia e physiologia do systema nervoso e dos órgãos dos sentidos. 2) Phenomenos psychicos, sua caracterização- Relações entre a vida physica e a vida psychica- A consciência. 3) Factores do desenvolvimento psychico: hereditariedade, influencias mesologicas, actividade pessoal. 4) Estudo particularisado da actividade infantil –O jogo, seu valor psychogenetico; theorias do jogo: estimulação ao jogo. O jogo como instrumento de educação: -methodos de Froebel e Montessori. *Imitação* na psychogenese. 5) Phases de desenvolvimento psychico: -o estudo do *interesse* em cada uma das phases. 6) desenvolvimento sensorial – Estudo das sensações:visão, audição, tacto, olfacção e paladar. 7) A vida intellectual da creança: - Attenção, Percepção. Ideação e Imaginação, Memoria e Associação- Pensamento lógico e Linguagem. 8) A vida affectiva da creança: - Elaboração dos processos affectivos: -Emoções, origem, intensidade, classificação - O medo e a colera - Sentimentos egoístas- Sentimentos altruístas - Instintos sociaes- Simpathia – Sentimentos superiores – Paixões, origem, classificação. 9) A actividade: -movimentos innatos, reflexos, instinctivos e voluntários – a actividade e a

⁶⁷ Minas Gerais, 1916. Colleção Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, p. 214.

educação. 10) A vontade, sua evolução dos caprichos ao poder pessoal – O caracter moral, como se forma. 11) As aptidões individuaes. Importancia deste estudo. 12) O habito e a educação. (Minas gerais, 1918. Colleção Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes p. 189, 190)

Neste programa constam também temas a serem estudados que se relacionam a educação intelectual e estão presentes no tópico sobre a educação e que versam sobre o trabalho e a fadiga intelectuais, a cultura da inteligência e a memória, a educação dos sentidos e a inteligência. No tópico relativo às moléstias dos escolares, está presente o tema das afecções crônicas do sistema nervoso e nele o estudo dos anormais deficientes.

Percebem-se nesta legislação muitos pormenores relacionados à saúde integral da criança, bem como muitos aspectos relativos à higiene dos mesmos, da escola e professores. Os saberes psicológicos e os tópicos relativos à saúde psíquica parece ser a base para os conhecimentos pedagógicos e para a saúde integral do aluno.

O texto da lei n.726 de 1918, não traz detalhamento, somente aprova a reforma do ensino primário e normal. Já a lei 752 de 1919, autoriza o governo a equiparar às Escolas Normais oficiais, os institutos de ensino existentes em locais desprovidos de escolas normais e determinar a admissão de alunos no curso normal, além do que exige que as cadeiras de português, história do Brasil, corografia⁶⁸ e instrução moral e cívica nesses institutos equiparados fossem lecionadas por professores brasileiros.

Vale ressaltar que na lei n.800 de 1920, há dispositivos interessantes sobre o funcionamento e reorganização do ensino primário no estado, tal como a criação nas escolas de um serviço médico escolar, que compreenderia a vigilância higiênica, a inspeção médica, profilaxia das doenças transmissíveis e vitáveis, educação sanitária de alunos e professores, correção dos defeitos e anomalias encontrados nos alunos, clínica médica e odontológica gratuita para os meninos pobres. Outra curiosidade também é que o art. 46 diz respeito aos alunos “defeituosos da vista”, sendo que para estes cada escola deveria ter carteiras adaptáveis e seriam fornecidos livros impressos em caracteres redondos, de corpo superior a 10. O parágrafo único deste artigo diz que havendo mais de 20 alunos nessas condições ou “retardados mentais”, salas especiais deveriam ser organizadas para os mesmos.

⁶⁸ Especialidade da geografia relacionada à descrição das regiões.

O art. 49 desta legislação se refere à criação de um curso de ensino normal superior, delegando ao governo o poder de contratar, para sua organização, professores estrangeiros, sob a direção de um professor nacional. Delega que o governo também reorganize a Escola Normal Modelo, bem como as regionais, no sentido de aumentar o curso e a prática do ensino. Esta lei também no art. 59 outorga à Diretoria de Instrução editar a Revista do Ensino, onde seriam publicados os trabalhos dos professores, relatórios e informações para o aperfeiçoamento e difusão do ensino primário, bem como os atos oficiais.

O Decreto 6831, de 1925, aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normais. Propõe que tenha como objetivo a formação de professores primários do estado e que este ensino seja ofertado pela Escola Normal Modelo, por escolas regionais oficiais sob forma de externato, por escolas particulares equiparadas e por uma escola normal superior, além do que o ensino constará de dois cursos: o fundamental e o normal. O curso fundamental destinará a completar o ensino primário e preparar os candidatos para matrícula no 1º ano do curso normal. Terá duração de 2 anos e as seguintes matérias: português aritmética prática, rudimentos de francês e de geografia geral, elementos de corografia e de história do Brasil, desenho caligrafia, trabalhos manuais, canto coral e educação física. Para matrícula os alunos deveriam ter no mínimo de 12 anos e no caso de homens 15 anos completos.

Nesta lei o curso normal passa a ter como cadeiras: português, francês, aritmética e noções de álgebra, corografia do Brasil e geografia, geometria e desenho linear, história do Brasil, educação cívica e noções de história universal, noções de física, química e história natural, pedagogia, psicologia infantil e higiene, música e canto coral, desenho figurado e caligrafia, costura e trabalhos manuais, educação física. A duração do mesmo continua sendo de 4 anos, com matérias de pedagogia e psicologia infantil nos 3º e 4º anos. Não se admitia processo de ensino em que a observação e a reflexão fossem substituídas por esforços de memória, porém aconselhavam-se os exercícios próprios para desenvolver fortalecer essa faculdade.

A Escola Normal Superior se destinaria ao aperfeiçoamento de normalistas, com um curso de 2 anos e com as cadeiras de: psicologia aplicada à pedagogia, latim e literatura clássica antiga, inglês, história natural do educando (anatomia, fisiologia e antropologia aplicada ao estudo do crescimento físico e psíquico), física e química, legislação escolar, organização das classes primárias e inspeção escolar, no 1º ano e, no

2º ano: historia e critica das doutrinas e dos métodos pedagógicos, latim e literatura clássica antiga, inglês, higiene e assistência infantil, historia natural e noções de economia política e de direito administrativo. Os docentes seriam contratados pelo governo, entre pessoas de reconhecimento e competência.

A partir desta legislação, portanto, oficializam-se as disciplinas de psicologia nos currículos das Escolas Normais mineiras. O decreto 6832 de março de 1925 aprova os programas de ensino e neste constam vários conteúdos de psicologia para a formação docente. Para a Escola Normal Superior, o curso de dois anos têm no primeiro ano a matéria de “*psychologia applicada á pedagogia*”(p.173)⁶⁹. Já no ensino do curso normal havia a matéria de “*pedagogia e psychologia infantil*” (171)⁷⁰ no 3º ano e “*pedagogia, psychologia infantil e hygiene*” (p.171)⁷¹ no 4º ano.

Para a matéria do 3º ano de psicologia e pedagogia, o conteúdo previa noções de psicologia do sistema nervoso, ato reflexo, métodos psicológicos, fenômenos psicológicos e métodos aplicados a psicologia infantil. Fisiologia dos órgãos dos sentidos e educação dos mesmos. Percepções, representações mentais, consciente, inconsciente. Estudo psicológico da atenção, atenção na infância, curiosidade e interesse. Memória e seu estudo psicológico, memória da infância, memória e inteligência, educação da memória. Estudo psicológico do dinamismo e da evolução das ideias. Leis de associação de ideias, associações na infância e aplicações pedagogias. Estudo psicológico da imaginação, imaginação infantil, jogos da infância: estudo circunstanciado do jogo e do seu valor psicogenético, bem como a influencia da imaginação nos jogos. Atividade dramática na infância, imaginação e mentira e aplicações pedagógicas dos jogos.

O pensamento lógico e a linguagem também eram conteúdos dessa matéria, bem como juízo, raciocínio, interesse e formas de pensamento da infância. Linguagem infantil, evolução da linguagem, reflexão e meditação.

O tópico sobre inteligência abrangia as diferenças individuais, os tipos e medidas de inteligência: os testes. Havia ainda noções de psicologia dos sentimentos, a afetividade na infância, emoções e sentimentos. Medo, cólera, egoísmo, crueldade e

⁶⁹ Minas Gerais, (1925). Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, p. 173.

⁷⁰idem

⁷¹idem

primeiras manifestações da personalidade, além de ideias e interesses próprios a cada idade, afetividade e aplicações pedagógicas.

Outro tema da matéria era a significação da infância, seu valor psicogenético, o estudo da atividade prática em relações com o conhecimento e os sentimentos: os instintos, tendências, caprichos, imitação, sugestão e simpatia. Tópico específico que se relacionava a psicologia era relativo a psicologia do indivíduo: variedade de tipos mentais, aptidões individuais, temperamentos, caráter, educação da vontade e formação do caráter: escolares preguiçosos, coléricos, super e sub-normais. Interessante notar que os aspectos relacionados a disciplina escolar e a emulação também eram estudos relacionados a psicologia coletiva na escola, além disso havia também estudo psicológico do hábito e a importância deste na educação.

O Decreto n.8162 aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normais, prevê uma formação para professores de 1º e 2º graus respectivamente. O de 2º grau com três cursos, o de adaptação, complementar ao ensino primário, com matérias deste mesmo ensino, o curso preparatório de 3 anos com o intuito de ministrar cultura geral para a formação do magistério primário e o curso de aplicação de dois anos com a finalidade de formar profissionalmente os aspirantes ao magistério primário, com matérias mais específicas para a formação, tais como biologia e higiene, psicologia educacional, metodologia, história da civilização incluindo aí história dos métodos e processos de educação e prática profissional, que tinha como objetivo ensinar a técnica ao futuro professor.

Já o curso de ensino para o 1º grau, constaria de matérias distribuídas em 3 anos de curso: 1º ano: português, aritmética, geografia, desenho, trabalhos manuais e modelagem, música e canto, além da educação física. Para o 2º ano; português, noções de geometria, corografia do Brasil, noções de ciências naturais, desenho, trabalhos manuais e modelagem, musica, canto e educação física; 3º ano: história do Brasil e educação cívica, metodologia, noções de psicologia infantil e higiene escolar, além da prática profissional. As normalistas deste curso de 1º grau com dois anos consecutivos de exercício efetivo no magistério poderiam obter o diploma de normalista do 2º grau, mediante exames de francês, psicologia educacional, metodologia e prática profissional.

Um fato interessante neste período é que no ano de 1926, o governo mineiro iniciou a aplicação de testes pedagógicos e psicológicos nas escolas primárias. Nesta oportunidade a convite da administração do estado, o professor e pesquisador americano

C. A. Baker proferiu um curso para o professorado mineiro, na Escola Normal Modelo em Belo Horizonte. Segundo relatório do presidente da província⁷²,

Expoz este professor o methodo dos *tests* tanto os psychologicos, para verificação da intelligencia, da memoria, da imaginação, etc., como os pedagogicos, para conhecimento e preparo dos alumnos nas diversas materias que constituem o curso. Além da exposição theorica, fez aulas praticas, adaptando um grande numero de tests já experimentados nos Estados Unidos. Posteriormente, veio a Bello Horizonte, ainda a convite do governo, o dr. Paulo Maranhão, distincto inspector do ensino no Districto Federal, o qual se tem especializado no assumpto. O dr. Paulo Maranhão tem tratado notadamente dos *tests* pedagogicos, havendo organizado um grande numero delles para todas as materias do curso primario. Realizou, com grande exito, alguns trabalhos em diversos grupos escolares da Capital. (Mensagem apresentada por Fernando Mello Vianna, presidente do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 86)

Professores de outras localidades do estado também estiveram presentes nestes cursos sobre os testes. Os testes “pedagógicos” anunciados nesta mensagem tinham o intuito de substituir as antigas provas das etapas letivas, das diversas matérias lecionadas aos alunos, já tendo sido aplicados no mesmo ano como substitutivos das provas trimestrais nos grupos escolares de Belo Horizonte. No mesmo ano, o professor Medeiros e Albuquerque, também ministrou conferência sobre o tema na mesma escola.

Os testes psicológicos, por sua vez, foram empregados em poucos casos a titulo de ensaio e estudo. Porém conforme este mesmo relatório do presidente da província, os mesmos seriam aplicados no intuito de atender melhor os alunos que necessitassem de maior atenção por parte da escola, bem como aproveitar melhor a capacidade de todos. No entanto, como ainda havia controvérsia sobre esses testes, o governo entendia que era necessário caminhar com cautela e com a máxima segurança.

Logo, porém que se possa fazer com segurança sua applicação, prestarão elles grande serviço, permittindo uma classificação racional dos alumnos e, portanto, o melhor aproveitamento da sua capacidade, além de tornar possível o reconhecimento dos anormaes que devem ser collocados em classes especiaes, onde recebam o ensino por methodos adequados, com proveito para si e sem prejudicar os normaes. (Mensagem apresentada por Fernando Mello Vianna, presidente do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, p. 87)

⁷²Disponível em http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

A reforma do ensino normal de 1928, denominada “Reforma do Ensino Normal Antonio Carlos Francisco Campos”, decreto n. 8162, foi substancial para o ensino normal, para o professorado e pessoal técnico das escolas mineiras. A ampliação do número de disciplinas, bem como da constituição das cadeiras do curso possibilitaram uma formação pautada na psicologia educacional e infantil, bem como na prática profissional. As mudanças eram pautadas no progresso da pedagogia, nas técnicas modernas e científicas relacionadas aos seres humanos e os processos de aprendizagem, mas mais que isso nas novas aplicações da psicologia na área educacional.

Nesta legislação a cadeira de psicologia educacional, além de outros, constituiria também de exercícios relativos à organização dos testes psicológicos e pedagógicos, nas classes anexas à Escola Normal.

O decreto 8225 de 1928 aprova os programas para o ensino normal estabelecido no decreto anterior. O programa é extenso, não muito diferente do de 1925, sendo as matérias no curso de adaptação: português, francês, aritmética, geografia, fisiografia elementar, corografia do Brasil, noções de antropogeografia, noções de ciências naturais, desenho, educação física e trabalhos manuais e modelagem. No curso preparatório (3 anos): português, francês, aritmética, geometria, geografia, história e educação cívica, educação moral e cívica, física e química, história natural, trabalhos manuais, música e canto oral, desenho, educação física. Curso de aplicação (2 anos): biologia e higiene, história da civilização, história da educação, psicologia educacional, metodologia, português, aritmética, geografia, noções de psicologia infantil e higiene.

As escolas do primeiro grau teriam em comum com as do segundo grau, os programas de geometria, história do Brasil e educação moral e cívica, trabalhos manuais, música e canto coral, educação física e desenho. Os do curso de adaptação das escolas de primeiro grau seriam os mesmos do curso de adaptação das escolas de segundo grau de menos o francês.

Atendo-se aos conteúdos pertinentes ao âmbito da psicologia neste curso verificamos que na matéria denominada biologia e higiene, no 1º ano do curso, há pontos relativos ao sistema nervoso central e periférico, educação dos sentidos, emoções, inibição nervosa, fadiga nervosa, excitantes e entorpecentes.

Na matéria higiene escolar, dentre outras matérias consta: higiene intelectual com conteúdos relativos ao desenvolvimento intelectual do aluno, diversas formas de inteligência infantil, trabalho intelectual em suas relações com o estado físico e psíquico

do aluno, fadiga intelectual, os anormais intelectuais e morais, classificação dos anormais, taras físicas, intelectuais e morais, classes para os anormais, educação física, intelectual e sensorial dos anormais. Havia ainda um conteúdo específico denominado “Noções de Puericultura”⁷³ que continha um tópico sobre evolução intelectual na 1ª infância, linguagem, disciplina na 1ª infância e hábito higiênicos.

Além desses, a matéria de psicologia e educação estava presente no 1º ano do curso com conteúdos mais gerais: definição, métodos de estudo, medida em psicologia e sua representação gráfica, aplicações práticas da psicologia, psicologia aplicada à educação, pedologia, pedotécnica, pedagogia, evolução biológica e sociológica do homem, consciência, base orgânica dos fenômenos físicos, percepção, imagens, ideias, afetividade, vontade, excitação e movimentos, sensações e percepções, imaginação incluindo testes da associação de ideias, afetividade, vontade, atenção, memória, juízo e raciocínio, pensamento, exteriorização dos fenômenos psíquicos, inteligência: formas de inteligência, tipos, o gênio, testes de inteligência. Os testes do caráter são apontados no tópico sobre a personalidade e o caráter.

Para o 2º ano do curso, a matéria era denominada “A Psychologia da creança”⁷⁴ e contemplava os métodos de estudo, as aplicações práticas da psicologia da criança, pedologia, pedotécnica, pedagogia, os testes em geral: individuais, da aptidão e do desenvolvimento, além da evolução biológica e sociológica da criança, elementos e elaborações da vida psíquica e sua evolução na criança, imaginação, percepção e os testes da associação de ideias, a psicologia da afetividade na criança e consequências educacionais, a psicologia da vontade na criança e consequências educacionais, psicologia da atenção na criança e consequências educacionais, testes da atenção, memória e testes desta, psicologia do raciocínio, testes da imaginação, testes da evolução e aptidão da criança por meio do desenho e da escrita, conceitos, tipos didática da metodologia e testes da inteligência, personalidade e a educação como fator da personalidade e organizadora do caráter. Testes do caráter. As crianças supranormais e subnormais, noções de psicopatologia infantil, problemas psicológicos da educação dos anormais. A significação psicológica dos jogos infantis e sua importância, os jogos como estimulantes do desenvolvimento, os brinquedos, os jogos e a imaginação, jogos

⁷³Minas Gerais, (1928). Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, (p. 275, 276)

⁷⁴Minas Gerais, (1928). Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes, p. 288.

educativos. O último conteúdo do programa desta disciplina versava sobre a aplicação da psicologia da criança nos problemas práticos da educação e a escola em face da psicologia da criança.

A matéria de noções de psicologia infantil e higiene, do curso de aplicação tinha em seu programa os conteúdos: psicologia geral e da criança, pedologia, pedotécnica, pedagogia e higiene escolar, influência do meio sobre a saúde, sistema nervoso em geral, sistema nervoso da vida de relação e da vida vegetativa, atividade cerebral, fadiga, repouso e sono, fadiga intelectual, órgãos dos sentidos e sensações, a vida psíquica da criança, sensações, percepções, imagens e imaginação, afetividade, vontade, a tenção, memória, juízo e raciocínio, inteligência, personalidade e caráter. Os desejos e interesses, os sentimentos, necessidades e tendências, qualidades da memória, lembranças, esquecimento, memória e hábito, memória e afetividade, juízo e raciocínio, dedução e indução, abstração e generalização, pensamento consciente e inconsciente, imaginação, inspiração e invenção, exteriorização do pensamento.

Sobre as crianças os temas eram afetividade da criança, jogos infantis, os brinquedos, os jogos educativos, os tipos intelectuais de crianças, medidas e testes da inteligência, a personalidade e o eu, crianças anormais, supranormais e subnormais, classificação das subnormais. A saúde do corpo e as funções psíquicas, agentes mecânicos, físicos, químicos e patogênicos vivos. Doenças causadas pelos vícios intoxicantes, suas consequências sobre a saúde em geral e sobre a inteligência e o caráter em particular, dentre outros.

Neste decreto ao final de cada matéria constava a bibliografia aconselhada. No Anexo B, apresento a bibliografia referente às matérias de psicologia do primeiro e do segundo anos do curso. Como pode ser observado neste anexo, há uma bibliografia para os alunos e outra para os professores, sendo a dos professores bastante extensa, com muitos livros em línguas estrangeiras diversas. Este fato se repete nas bibliografias de outras matérias que apesar da indicação de bem menos títulos, a maioria dos mesmos era também de origem estrangeira.

Muito interessante também que as obras sugeridas para a matéria de metodologia, Anexo C, contém várias obras de autores da psicologia como os autores mais consagrados da literatura sobre Escola Ativa, não diferente o programa desta matéria também inclui temas psicológicos, tais como: sensações percepções, educação das sensações e percepções, jogos sensoriais motores, abstração, generalização,

raciocinar e pensar, processos racionais, imaginação e seu papel na aquisição de conhecimentos, imaginação na criança, memorização, atenção, interesse e esforço, a observação pela criança fantasia da criança nos trabalhos manuais, retardamento e suas causas, classes especiais, dentre outros. O tema da disciplina também é tratado no 2º ano desta matéria: disciplina escolar, necessidade de disciplina, disciplina livre em Rousseau e Pestalozzi, disciplina racional em Spencer, meios disciplinares excitadores, meios disciplinares coercitivos, e outros.

O Decreto 8949 de 1929 modifica e altera alguns itens com relação aos exames finais, bem como para as notas nas cadeiras que houvesse aulas práticas. Outro dado importante é que no art. 7 outorga que as Escolas Normais oficiais que não tivessem 120 alunos seriam transferidas para outras localidades.

O Decreto 9450, de 1930 aprova novo regulamento para o ensino normal, as Escolas Normais de 2º grau com os 3 cursos: o de adaptação duração de 2 anos, o preparatório duração de 3 anos e o de aplicação, de 2 anos de duração. No curso de adaptação as matérias ofertadas eram: português, francês, aritmética, noções de historia do Brasil e educação cívica, geografia, noções de ciências naturais, desenho, educação física, musica e canto coral, trabalhos manuais e modelagem.

O curso preparatório com as matérias: português, francês, aritmética, geografia, desenho, trabalhos manuais e modelagem, musica e canto coral, educação física, corografia do Brasil, historia natural, física e química. Para o curso de aplicação, os alunos deveriam ter 16 anos de idade no mínimo e teriam as seguintes matérias: psicologia educacional, biologia e higiene, metodologia, historia de civilização, particularmente historia dos métodos e processos de educação, prática profissional.

Já as escolas de 1º grau continuariam sendo fiscalizadas pelo estado e as normalistas ali diplomadas que houvessem exercido efetivamente o magistério primário pelo tempo de um ano, poderiam obter diploma de normalista de segundo grau, mediante exame de francês, psicologia educacional, metodologia e pratica profissional, pois o curso normal de 1º grau teria apenas as matérias de português francês, aritmética e geometria, geografia, historia do Brasil e educação cívica, ciências naturais, psicologia infantil e higiene escolar, desenho, trabalhos manuais e modelagem, metodologia, musica e educação física. A matrícula para o curso dependia de aprovação do aluno no segundo ano do curso de adaptação.

Nesta legislação enfatizou-se muito a prática profissional que deveria ser de dois anos, sendo que havia semanalmente aulas-modelo pelo professor de metodologia, ou outro escolhido, com exercícios didáticos semanais compreendendo uma lição dada pelo aluno mestre aos alunos das classes anexas, crítica motivada por um aluno-mestre e pelo professor de metodologia, uma redação por um aluno mestre, do resumo da aula e da discussão, além de relatório sumário, por todos os alunos mestres participantes. Os artigos 73 e 74 remontam ao conteúdo de psicologia:

Art. 73. No ultimo anno do curso de applicação, o professor de psychologia educacional designará a cada alumno-mestre a observação psychologica de um alumno das classes anexas, afim de notar o seu desenvolvimento mental, as suas tendencias vocacionaes, defeitos sensoriaes, processos de reacção psychologica, a conducta nos trabalhos escolares e fora delles, etc. O alumno-mestre deverá registrar as suas observações em um caderno especial, apresentando-as, no fim do anno, devidamente commentadas, ao professor de psychologia educacional.

Art. 74. Da cadeira de psychologia educacional constituirá exercicio complementar obrigatório a organização de “tests” psychologicos e pedagogicos, nas classes anexas, com a participação e collaboração dos alumnos-mestres. (Imprensa Oficial, BH. Collecção das Leis e decretos, 1930, p. 246)

Nessa exposição sobre a legislação, nota-se que a intenção do governo para com as Escolas Normais mineiras, desde a instalação destas até a década de 1930 foi de cada vez mais ordená-las, mas também de formar um professor mais qualificado, condizente com as propostas de uma nação em progresso.

Enfim, em relação ao currículo da formação de professores em Minas Gerais, do final do século XIX até a década de 1930, tivemos cada vez mais um direcionamento para conteúdos que privilegiassem o entendimento sobre a criança e seu desenvolvimento e não obstante os saberes psicológicos foram a base para a formação, a princípio como conteúdos pertencentes ao campo da psicologia dentro da matéria de pedagogia, mais especificamente na legislação de 1916, já aparece como cadeira de psicologia infantil, pedagogia e higiene e como matéria independente, a psicologia aparece especificamente na legislação de 1928.

Grande parte da legislação educacional mineira relacionada às escolas normais pontuava tanto aspectos curriculares da formação docente quanto aspectos relacionados à rotina das escolas e da sala de aula. Percebemos com a pesquisa que o que se legislava no estado, principalmente se falando do final do século XIX e princípio do século XX,

era em grande parte aplicado na prática da Escola Normal de Ouro Preto, ou vice e versa, podemos suspeitar que a prática desta escola servisse de base para a legislação. Notamos essas características principalmente no entrecruzamento da legislação com os programas e provas dos alunos da mesma.

A seguir apresentamos saberes psicológicos verificados na análise de dois periódicos que possivelmente circulavam na Escola Normal de Ouro Preto. O “Jornal Minas Geraes”, que como órgão oficial do governo trazia muitas informações pertinentes a rotina da escola e do professor, tais como designações, nomeações, dentre outros e a Revista do Ensino, que além de ter sido produzida por um professor da cidade de Ouro Preto também tratava de temas específicos da profissão e da formação pedagógica dos professores.

3.3 Os saberes psicológicos em periódicos mineiros da época

3.3.1 Jornal Minas Geraes

Em consulta a este periódico pudemos constatar que os saberes psicológicos circulavam neste de forma variada. O que se percebeu, por exemplo, é que o termo psicologia estava ligado muitas vezes, a conhecimentos diversos, desde relacionado ao conhecimento do cultivo das culturas agrícolas, até os aspectos relativos à inteligência humana.

A pesquisa foi feita utilizando-se os descritores no recurso de busca do próprio site em todos os exemplares disponíveis no site da Biblioteca Nacional totalizando 2744 exemplares. Utilizando-se do descritor “Psychologia” pudemos constatar 39 ocorrências, destas, 5 estavam relacionadas a um texto sobre a psicologia das mulheres que foi dividido em vários exemplares, 2 ligadas ao sentido de razão, 6 a criminologia, escola penal e justiça, 1 ligada a educação nas escolas normais francesas, 2 a religião e espiritualidade, 10 a crônicas literárias e ao teatro, 2 ligados ao trabalho e sociedade, 1 a psicologia da atenção, 3 ligadas a política, 1 ligada a imprensa, 3 em notícias diversas e 3 ligadas à agricultura e criação de animais.

Como exemplos dos conteúdos abordados, citamos o de 16 de junho de 1892, nº 52, que traz na página 340, um artigo intitulado “A Psychologia das mulheres e os

efeitos de sua educação actual” de autoria de Gustavo Le Bom, argumentando sobre a psicologia da mulher, aptidões e de sua constituição mental, temas indispensáveis ao educador e ao homem do estado. Neste artigo observa-se que, sendo o fim da educação o desenvolvimento das faculdades que os seres possuem, tornando-o apto para as funções que irão desempenhar, deveria utilizar as aptidões especiais de cada um para tal, ou seja, segundo o artigo, o educador ao educar, deveria levar em consideração o sexo e a raça dos indivíduos. O artigo reforça que devido à constituição mental da mulher, além dos instintos maternais, a educação primária da criança deve ser dada a esta, pois que para o ensino secundário ela seria inútil. De acordo com o texto, as artes industriais que requerem a destreza e não a força, também era carreira para as mulheres.

Sobre a relação dos conhecimentos psicológicos ligados à formação de professores, o mesmo periódico Minas Geraes n.297, na primeira página do dia 02 de novembro de 1893, traz uma matéria sobre o ensino normal, tratando do modelo parisiense, que busca reformas para a instrução pública dali pautadas na modernidade e no progresso, procurando em muitos aspectos superioridade para a formação, mas que em relação à disposição das matérias no curso deixa a desejar. Assinando a matéria o autor, Dr. Odilon Goulart, do Correio paulistano, cita exemplos em que as matérias não estão em conformidade com a lógica do curso moderno. Diz que a “psychologia”, por exemplo, não podia ser utilizada nas Escolas Normais como uma antiga ciência da faculdade das almas, pois que assim se fechava as investigações humanas.

De ha muito ella deixou de ser a collecção de princípios obscuros, metaphysicos, abstratos, para occupar o logar que logicamente lhe esta assignalado ao lado da psychologia do cerebro, com leis certas para regular os seus phenomenos, com um methodo próprio para o seu estudo. Hoje a psychologia deixou de vez o gabinete do espiritualista, do metaphysico para penetrar no laboratorio do physiologista, do experimentalista.” (Minas Geraes, n.297, 02.11.1893, p. 1)

Falando sobre a matéria de psicologia no ensino normal, o artigo cita a incoerência do modelo parisiense em administrar esses ensinamentos tão complexos para o 1º ano do curso, porque os alunos iniciantes não estariam aptos ao entendimento e acompanhamento dos pormenores narrados pelo professor. Além disso, cita uma lei denominada “elementar da psychologia” que estabelece que só se mantém na mente as ideias cujo instrumento de aquisição tenha sido a inteligência.

No Minas Geraes n.328, datado de 06 de dezembro de 1896, página 6, retratando sobre o valor intelectual do individuo associa-o a capacidade de atenção voluntária. No artigo é citado Ribot⁷⁵, em monografia sobre a Psicologia da Atenção, compreendendo que todo o esforço da educação mental é desenvolver a atenção dos alunos. Argumenta que a instrução primária e secundária devia tender mais a isto do que ao acúmulo de conhecimentos e que deveria haver maior investimento da psicologia experimental sobre esse assunto. Cita ainda estudo publicado na “Revista Científica” de 14 de novembro de 1896 sobre as variações atmosféricas e a atenção nas crianças.

Outro descritor usado no dispositivo de busca do site para este periódico foi o termo “Escola Normal de Ouro Preto”, com 200 ocorrências. Estas ocorrências eram relativas a concursos, agradecimentos, congratulações, notícias sobre formaturas, aprovação de obras, orçamentos e despesas, vencimentos de professores e diretor, exonerações, convites, nomeações, matrículas, licenças médicas, remoções, premiações, exames para professores de outras Escolas Normais, pedidos de verba, discussão de projeto na câmara para supressão das Escolas Normais, gratificação para o diretor, discussão de projeto para modificação de matérias nas escolas normais, solicitação de patente de invenção de um aparelho para leitura e escrita desenvolvido por professor da escola, sobre escrituração de cadernetas e indicação para outras escolas, manifestação de apreço, pagamentos de aluguéis, requerimentos despachados, solicitação de passe ferroviário para a ida do diretor, secretário e professores para a capital, para reunião do Conselho Superior (1898, 19 de setembro, n.213), indicação de professor da mesma como candidato a deputado, falecimentos.

Sobre os aspectos pedagógicos há apenas uma discussão feita na Câmara dos deputados sobre um projeto para instrução pública que inclui o ensino normal (no ano 1899, n.225, n. 237, sobre a supressão de algumas dessas). Nestas discussões, alguns políticos se posicionar a favor da permanência ou não de algumas Escolas Normais do Estado, dentre elas a Escola Normal de Ouro Preto.

3.3.2 Revista do Ensino

⁷⁵ Acreditamos se tratar de Theodule Armand Ribot, disponível em <http://www.universalis.fr/encyclopedie/theodule-ribot/> psicólogo francês, considerado fundador da psicologia como ciência autônoma na França que escreveu dentre outras obras a *La Psychologie de l'attention* (1888) disponível em <https://archive.org/details/psychologiedela00ribogooq>

Para o periódico Revista do Ensino, os mesmos descritores foram utilizados no recurso de busca de pesquisa do próprio site da Biblioteca Nacional. Pesquisando nos 18 exemplares disponibilizados não houve ocorrência para o termo Escola Normal de Ouro Preto, porém utilizando-se o descritor “Escola Normal”, tivemos 30 ocorrências, destas podemos destacar: sobre o Museu Escolar da Corte (1), Conselho Diretor da província: membros da escola (2), sobre denúncias (2), noticiários e reprodução de regulamentos (1), divulgação de livros (9), reformas dos prédios das mesmas, terreno e construção (3), fundação de escola de ex-normalistas (1), elogios (1), concurso (1), nomeações, licenças e exonerações (5), Exposição Pedagógica da Corte (1), artigo sobre defesa destes estabelecimentos e de professores (2), agradecimento (1). Citamos o texto “Nossas escolas normaes” do exemplar n.2 de 1886, como produto em defesa desses estabelecimentos, defendendo a importância do capital intelectual para o desenvolvimento da nação.

Outro texto no exemplar n.7 datado de 06 de janeiro de 1887, intitulado “O que queremos”, os redatores retratam o desejo de melhorias em vários segmentos da instrução pública, dentre estas ressaltam o valor das ciências na formação docente, sendo esta “a melhor escola de disciplina intellectual para a formação da intelligencia dos professores, para inspirar-lhes o amor ao estudo e o gosto das investigações.” (p.2) Citam a ideia de Herbart Spencer de que a ciência possibilita conhecer o desconhecido.

Para o descritor “psychologia” obtivemos 2 ocorrências, sendo um artigo que exprime a importância sobre o conhecimento de psicologia experimental para o professor (1886, n. 5 de 27 de novembro) e um artigo sobre subsídios para a pedagogia (1889, n. 18 de 05 de julho).

Nesta primeira ocorrência de título “Reflexões sobre o ensino”, o autor Júlio Roquette enaltecendo a profissão de professor, expressa que o mesmo deve ampliar seus conhecimentos para além das matérias, principalmente a psicologia experimental, e que a forma de ensinar obrigando o aluno a decorar, “e isto é sempre usado pelos professores que não tem sufficiente noção de psychologia experimental para poderem graduar os conhecimentos que devem ir dando aos alumnos, e fazer com que elles se apoderem desses conhecimentos como cousa de que possam se utilizar.” (Revista do ensino (1886, n.5 p. 6). Seguindo seu raciocínio o autor ainda resalta a importância da memória para a aprendizagem, mas que somente com a compreensão e o entendimento

do que se estuda é que se aprende. Revela que o professor deve escolher o método mais adequado, com linguagem clara e explicativa, partindo do mais fácil para o mais complicado tendo em vista a idade e a atividade intelectual do aluno, mostrando a utilidade de reter aquele conteúdo, ensinando a formar ideias precisas e afixando-as através de signos constantes, cita Condillac⁷⁶, dirigindo-se aos alunos com delicadeza, animando-os sempre.

Na segunda ocorrência do descritor *psychologia*, o autor Alambary Luz⁷⁷, em texto sobre o “Estado e a instrução”, lembra que o estado deve intervir na instrução, mas para satisfazer a verdadeira necessidade social e que só pode ser atendida se auxiliada pela verdadeira ciência pedagógica, sendo esta mista a outras áreas do conhecimento, buscando subsídios dentre outras, na psicologia, propondo-se à formação do caráter do povo.

Neste periódico especificamente por tratar de muitos assuntos específicos sobre as questões educacionais bem como dos eventos pedagógicos, além de trazer temas, autores, teorias e novidades do ensino fora do Brasil, usamos um terceiro descritor “*intellectual*” e neste obtivemos 26 ocorrências. Relacionados ao ensino, organização do ensino e instrução pública (11) ocorrências, ensino normal e formação docente (3), teorias ligadas a educação e ensino (5), método (2), créditos a própria revista (3), conto (1).

No exemplar n.1 do mesmo periódico de 13 de setembro de 1886 em publicação intitulado “Ensino de Cousas” que se refere a conferência feita na Escola de Minas para os professores públicos da capital, o diretor dessa escola, Henrique Gorceix retrata a importância de escolher meios mais acessíveis a inteligência infantil. Para isto revela que é necessário buscar métodos que desperte a curiosidade natural e acostume estes a observar e raciocinar, ressaltando o método de ensino denominado “Lições de Coisas”, onde o mestre deve mostrar aos alunos os objetos a que se refere. Para isso lembra a importância das coleções com amostras de coisas necessárias e comuns para a vida, remetendo-se a lista disponibilizada pela casa “Rousseau” de Paris, organizada com

⁷⁶Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) Filósofo francês. Discípulo de Bacon e Locke. Fez estudos importantes a respeito dos sentidos, da razão e da linguagem. Ver Condillac, *Traité des animaux*. Bibliothèque que des textes philosophiques. Librairie Philosophique J. Vrin, 2004, France.

⁷⁷Foi diretor da Escola Normal de Niterói de 1868 a 1876. De acordo com Vilella (2008) sua gestão caracterizou-se por modernos conteúdos, métodos e materiais pedagógicos.

peças de vestuário, louças, porcelanas, materiais de construção, etc, priorizando objetos da convivência da criança.

“Deixando de parte os velhos moldes, as doutrinas de uma metaphysica incomprehensivel e as praxes rotineiras, a pedagogia actualmente analysa a mentalidade infantil, o seu desenvolvimento, tendo em vista as faculdades fundamentaes do espirito humano, e as faculdades adquiridas. Sob este ponto de vista, é ella o preambulo de todos os conhecimentos, indispensável aos paes, aos educadores, aos mestres e a todos os que se interessam pela prosperidade do paiz.” (Revista do Ensino, 1886, edição 2, p.2)

De forma geral, este enunciado do periódico “Revista do Ensino”, revela que o ensino do período deveria abarcar a educação física, o intelectual e a moral. Além de confirmar que a pedagogia tinha nos saberes psicológicos, a base para sua sustentação.

Outro texto que trata da importância do capital intelectual de um povo é de Thomaz Brandão, dividido em várias partes nos exemplares do número 5 ao número 11 denominado Instrução Pública em Minas. Buscando exemplos nos países estrangeiros, tais como França, Alemanha, dentre outros, o autor relata que o resultado da negligencia na instrução é um povo miserável. Dentre outros temas, traz questões pertinentes às reformas de ensino na província, ressalta a economia financeira e a modernidade na adoção de escolas mistas (para os dois sexos), defende a aumento do prazo de dedicação para conceder a vitaliciedade do professor e as gratificações para professores com mais tempo de serviço.

Em texto de Ruy Barbosa, exemplar n.18 de 05 de julho de 1889, percebe-se que a ênfase deveria ser em uma educação mais científica, pautada no princípio de que “instruir é ensinar a observar, descobrir, reflectir e produzir.” (p.6) Para o autor os exames da época demonstram que são resultados de esforço de memória e não de desenvolvimento intelectual, oferecidos pelo ensino mercantilizado dos estabelecimentos privados.

Enfim podemos aferir que a Revista do ensino apesar de não ser uma publicação oficial da província, divulga e comenta informações oficiais do governo. Retrata um panorama da instrução do período, tende a afirmar que é na instrução que se encontra a salvação do povo e da nação. Sobremaneira, luta por uma instrução de qualidade pautada na pedagogia científica e nos métodos de ensino, ressaltando a psicologia experimental como amparo ao professor.

Capítulo 4

As teorias e teóricos que respaldaram a formação docente na Escola Normal de Ouro Preto.

Neste capítulo apresentaremos alguns teóricos e teorias citadas pelos alunos da Escola Normal de Ouro Preto em suas provas, bem como alguns autores que aparecem na legislação pesquisada.

Ao longo da pesquisa pudemos identificar que vários saberes psicológicos que fizeram parte da formação docente na Escola Normal de Ouro Preto, eram estudados isoladamente, ou seja, buscava-se compreender a terminologia para aplicá-la ou justificá-la como suporte para o ato de ensinar ou instruir os alunos.

Tomando como base os saberes psicológicos presentes nas provas dos alunos das décadas de 1870 e 1880, pode-se inferir que não diferente de outras cidades brasileiras, muitos termos que circulavam ali, ainda diziam respeito a uma psicologia filosófica, como os conceitos tratados sobre faculdades da alma, sensações, deveres, dignidade, missão, virtudes, dentre outros, mais ligados a moralidade.

Se comparados às exposições que Massimi (1989) faz em referência aos conceitos e temas utilizados por Gauthey (1854) em seu *Compêndio de Pedagogia*, “De l’Education ou Principes de Pédagogie Chrétienne” usado nas Escolas Normais de São Paulo, as informações são muito pertinentes a um ideal pedagógico voltado para o equilíbrio entre o corpo material e a alma imaterial, onde as faculdades da alma se dividiriam em intelectuais, afetivas e sensoriais, “com efeito, sendo o objetivo da Pedagogia definido como a direção e a educação das ‘faculdades da alma’, é evidente sua dependência da Psicologia, que consiste no conhecimento da natureza e do funcionamento de tais faculdades” (Massimi, 1989, p.358).

Reforçando essas concepções citamos uma literatura muito utilizada na formação docente da época nas Escolas Normais mineiras, a obra portuguesa de José Maria da Graça Affreixo e Henrique Freire, datada de 1879 e denominada “Elementos de pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário”⁷⁸. Neste

⁷⁸ Affreixo, J. M da G. e Freire, H. (1879) *Elementos de Pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário*. 5 ed. Lisboa, Livraria Ferreira.

livro identificamos vários traços relacionados à conduta e à moral, numa proposta prescritiva, balizada por referências culturais ligadas à moralidade e sugerindo instruções que levavam à boa conduta dos alunos em sala de aula.

No livro de Affreixo e Freire (1879), enaltece-se a importância da ornamentação das paredes e a presença de objetos para auxiliar os professores no estímulo dos alunos, bem como se enfatiza a importância de distribuir os alunos conforme o estado de adiantamento dos mesmos, colocando-os para trabalhar com o grupo que tiver conhecimentos iguais, atentando-se para que os alunos estejam sempre ocupados, alternando as lições para que os mesmos não deixem o espírito entediado. Ressalta-se que para uma boa classificação dos alunos, o professor deve evitar, quando possível, colocar alunos com idades muito afastadas numa mesma classe, pois que se acreditava que a diferença poderia produzir grandes irregularidades no ensino.

Além dos aspectos que denotam a preocupação com o caráter humano, muito do que se abordava tanto em relação a esta obra como em relação aos conteúdos psicológicos que circulavam na Escola Normal de Ouro Preto a partir da década de 1890, é que havia também uma preocupação com o desenvolvimento físico e intelectual do aluno.

Aspectos relacionados com a consciência, prescrições para a memorização e o uso da intuição, podem demonstrar uma necessidade de orientação mais científica nos métodos e processos pedagógicos. Nos periódicos pesquisados a demanda por uma psicologia experimental e a necessidade de desenvolver nos novos professores, o gosto pela investigação já estavam presente desde 1886.

Tomando como referência a obra de Pimentel, publicada na década de 1930, a definição de “*psychologia*” contemplava os fenômenos morais, mentais e psíquicos, mas não se apresenta como espiritualista, nem como materialista, pois que mesmo chamada de “*sciencia da alma*” (p.3), ela não tratava da essência da alma, cuidava dos fenômenos passíveis de serem percebidos,

é a sciencia que estuda as leis dos factos da consciencia. Factos da consciencia são esses phenomenos extremamente singulares e complexos, como as sensações, os sentimentos, as ideas, a intelligencia, a vontade, etc., que se passam em nosso intimo e dos quaes temos conhecimento intuitivo ou immediato. São também denominados phenomenos moraes, phenomenos mentaes, phenomenos psychicos (Pimentel, s.n, p.4).

Para o autor, a educação era entendida como “orientação intencionada de um indivíduo por outro” (p.7) e a psicologia em sua aplicabilidade, tal como psicologia educacional (que dizia respeito à educação da infância) representava um apoio para a pedagogia moderna, contribuindo com a formação da personalidade da criança baseada em leis científicas. “Sua tarefa consiste exclusivamente em fornecer ao educador informações sobre os melhores recursos de que pode lançar mão, para obter os fins que tiver em vista.” (p.8)

Dentro desta perspectiva algumas doutrinas, denominadas por Massimi (1989) de “psico-pedagógicas” (p.357) foram também observadas na formação dos professores na Escola Normal de Ouro Preto. As ideias de Locke e Spencer eram sempre citadas nas provas de pedagogia das alunas do final do século XIX, bem como Pestalozzi e seu método de ensino intuitivo.

Conforme Rudolfer (1961) ⁷⁹, a doutrina de John Locke (1632-1704) figurou por bastante tempo e acentuou as concepções a respeito da educação concebida “como treino de faculdades, poderes, atividades ou estados inatos, por outro lado nega a possibilidade de haver processo educativo sem o material oriundo da experiência sensorial...” (p.34). Nas concepções de John Locke, a atividade mental é resultado da experiência sensorial, portanto, todas as ideias seriam adquiridas pela experiência, sendo assim, entendia que as ideias mais complexas derivavam das ideias mais simples.

Para a autora, essa concepção empirista de Locke foi a primeira e de maior influência sobre a psicologia educacional no século XIX ocupando-se da consciência como base para a mesma e assim opondo-se à concepção sobre “faculdades da alma”.

Partindo da concepção dos poderes da mente, afirmou que a instrução, para ser eficiente, precisa conduzir ao exercício, à disciplina desses poderes, cujas várias formas são: perceber, reter, lembrar, associar, atender, querer, sentir, imaginar, pensar, etc. O mundo exterior deve apresentar as coisas que vão dar origem ao conteúdo do pensamento, as sensações, passivamente recebidas em virtude da estimulação sensorial. As atividades da mente, então, discriminam e combinam

⁷⁹ Após consultas a outros autores, tal como Schutz e Schutz (2001) definiu-se utilizar a autora Noemy Silveira Rudolfer e sua obra Introdução à Psicologia Educacional, em homenagem a mesma, que foi grande pesquisadora da área da Psicologia educacional e por entender que sua obra se aproxima do conteúdo de nossa pesquisa que se encontra na confluência da psicologia e da educação. Além disso, e segundo Mastrobuono e Antunes (2006) foi “uma das primeiras obras, em português, que apresenta um panorama das idéias sobre ‘Psicologia Educacional’ no Brasil.” (p.59)

esse conteúdo, segundo a sua divisão e união no mundo exterior.
(Rudolfer, 1961, p.20)

O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712–1778) também é citado pelas alunas nas provas da Escola Normal de Ouro Preto. Para este genebrino, a educação dos seres humanos inicia-se com o nascimento e a aprendizagem era derivada da experiência. Entendia que a sensação e o movimento eram fatores determinantes para o desenvolvimento da criança. Reafirmou que o desenvolvimento infantil era dividido em fases e que o reconhecimento das mesmas era primordial na educação.

Para Massimi (1989), Rousseau entendia o desenvolvimento como “fruto da atividade natural e das potencialidades da criança, tendo o educador apenas o papel de estímulo... a estimulação é fundamental para que possa haver progresso...” (p.375), sendo assim o ambiente teria papel fundamental neste processo do desenvolvimento da criança. Este mestre genebrino valorizava o homem e suas especificidades psicológicas, repensando a formação e a existência humana. A citação deste autor nas provas do final do século XIX sugere que uma das preocupações do período era conhecer o aluno para auxiliá-lo em sua adaptação ao ambiente.

O educador suíço Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), também é citado nas tarefas das alunas da Escola Normal de Ouro Preto das últimas décadas do século XIX. De acordo com Rudolfer (1961), Pestalozzi pôs em prática os princípios do empirismo, propondo que a criança tinha faculdades inatas que se desenvolviam através da experiência sensorial e de seu enriquecimento.

O esforço fundamental da educação, para ele, que se propõe a ‘tornar psicológica a educação’, é analisar o conhecimento em qualquer ramo, nos seus elementos mais simples, e apresentá-los naturalmente à criança. Deviam, assim, ser adquiridos não apenas na sua forma mais simples, mas no seu sentido essencial, pelo processo da observação ou impressão sensorial (a intuição, como ele chamava), e deviam ser desenvolvidos por uma série progressiva de exercícios graduados. Tais exercícios precisam ser baseados fundamentalmente no estudo dos objetos e não no das palavras. A lição de coisas, então, constitui a essência do método, não apenas empregada com o objetivo de obter o conhecimento do objeto, mas, sobretudo, de desenvolver a intuição do aluno, o seu poder de observação. Só esse treino da observação é que conduz ao desenvolvimento mental do aluno (Rudolfer, 1961, p. 49).

Para alcançar o interesse e a aprendizagem do aluno, Pestalozzi entendia que o ensino deveria partir das experiências da própria criança, através da observação e de

elementos mais simples que seriam processados gradualmente, de acordo com o desenvolvimento da criança, para depois chegar a elementos mais complexos.

Reportando-nos a esses autores Locke, Rousseau e Pestalozzi, citados nas provas das alunas da Escola Normal de Ouro Preto, podemos dizer que o empirismo e a experiência sensorial foram a base dos estudos relacionados às concepções sobre a educação, métodos de ensino e o desenvolvimento da criança, pelo menos a partir da última décadas do século XIX, na formação de novos professores.

Partindo do pressuposto de que a vida mental é resultante da experiência sensorial, estes empiristas produziram mudanças na forma de conceber a educação, não mais entendida como um treino ou a disciplina das faculdades, mas vinculando-a ao interesse e ambiente do aluno, partindo da intuição. Rudolfer (1961) revela que foi Pestalozzi quem colocou em prática essa maneira de entender o processo educativo.

As ideias do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903) também serviram de referência para os alunos da Escola Normal de Ouro Preto, desde a década de 1890. Representante do evolucionismo, Spencer compreendia a importância da ciência e entendia que a educação deveria ter um cunho científico.

De acordo com Mendonça (2013), Spencer entendia que os seres humanos apreendiam a realidade através das experiências, ou seja, o desenvolvimento das faculdades superiores nasce através destas experiências na apreensão da realidade. Desta forma as crianças aprendiam de forma espontânea, mas o aprendizado só ocorria se houvesse interesse nele, quando havia demanda por parte do aluno. Sendo assim, era imprescindível que a apresentação do conhecimento fosse agradável e fizesse sentido para o aluno, pois não acreditava que o ensino fosse apenas um treino da cultura e artificial.

Spencer também acreditava que o ensino deveria seguir a lógica do mais simples para o mais complexo, pois o espírito também se desenvolveria desta forma e “o mais importante deste princípio não é a concatenação lógica entre as ideias, mas a asserção de que a educação deve ser pensada, ensinada, problematizada, do simples para o complexo, seja no campo disciplinar, seja no sentido mais amplo de concepções educacionais” (Mendonça, 2013, p.6).

Desta forma além de Locke, Rousseau, Pestalozzi e Spencer servirem de referência para a formação docente na Escola Normal de Ouro Preto durante o final do

século XIX, as concepções de Froebel também foram observadas ligadas à educação mineira do início do século XX.

Como os demais citados, Friedrich Froebel (1782-1852) também tinha interesse pelo desenvolvimento e maneira de ser da criança e de acordo com Rudolfer (1961), era um dos autores que mais demonstrava conhecimento sobre a mesma. Discernia e criava atividades que ocupassem as crianças e seus “dons, psicologicamente adequados para a primeira infância e de valor educacional significativo para esse período do desenvolvimento” (Rudolfer, 1961, p.137).

Froebel via nas atividades da criança a chave para o aprendizado e ao professor caberia descobrir quais talentos cada criança demonstrava ter. Para Camargo, Nascimento e Finck (2009), esse pedagogo entendia que a aprendizagem da criança era resultado de sua vida ativa, a linguagem era a primeira forma de expressão da criança sobre seus sentimentos e os desenhos feitos pelas mesmas eram importantes para aumentarem o conhecimento e estes conduziam ao pensamento abstrato. Para as autoras, uma de suas grandes contribuições foi entender as necessidades específicas das crianças, estudando suas fases do desenvolvimento e compreendendo a importância do brincar, dos brinquedos e dos jogos para a prática educativa.

No decreto de 1911, conhecido como Reforma Bueno Brandão, Froebel era referência em relação à missão das professoras da escola infantil que segundo o próprio texto do decreto seria desenvolver as inteligências da criança, despertar suas faculdades, dar os sentidos para os mesmos e preparar os pequenos cérebros. Já no decreto de 5 de novembro de 1912, Froebel foi citado pelos dirigentes mineiros, tangenciando as atividades lúdicas e diárias dos recém criados Jardins de infância. Além disso, no Decreto 4955, de 1918, Froebel e Maria Montessori eram referências nos estudos sobre o uso dos jogos como instrumento de educação.⁸⁰

Maria Montessori (1870-1952) médica e educadora italiana, segundo Rohrs (2010) foi influenciada pelas teorias de Rousseau. Entendia que os seres humanos estavam em constante desenvolvimento e que por isso as crianças necessitam de um ambiente que propiciasse viverem e aprenderem. Entendia que era necessário dar à criança liberdade, atividade e estímulo para que se desenvolvessem física e mentalmente. “Não só levava em conta as preferências e os centros de interesse das

⁸⁰ Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro. Livro das leis Mineiras. (1910, 1912, 1918)

crianças, a exemplo de vários adeptos da Educação Nova, que fundavam sua ação unicamente neste princípio, mas esforçava-se em encorajar nas crianças a autodisciplina e o senso de responsabilidade” (Rohrs, 2010, p.18). Trabalhava com método e jogos, onde atividades motoras e sensoriais eram os principais focos, pois acreditava no desenvolvimento dos sentidos como base de toda a educação.

Como Montessori, outros nomes ligados à Educação Nova fizeram parte da formação de professores em Minas. Pelo menos, é o que podemos observar nas bibliografias elencadas na legislação de ensino de 1928, Decreto 8225, conhecido como reforma Francisco Campos. Dentre outros autores enumerados neste Decreto, destacamos Claparède, Decroly e Descoeurdes.

Jean Ovide Decroly (1872-1932), de acordo com Carvalho (2012) se destaca por sua valorização ao desenvolvimento e ao caráter ativo infantil, bem como sua proposta de organização escolar. Nos “centros de interesse”, método criado por ele, a criança passaria por três momentos: a observação, que corresponderia a fase dos trabalhos manuais, desenhos e modelagem; a associação, correspondente a linguagem; e a expressão, que seria a fase da leitura e escrita. Para Decroly, a criança deveria ser ela mesma, interessada por tudo a sua volta e por isso educá-la era deixá-la viver.

Édouard Claparède (1873-1940) médico psicólogo funcionalista fundou o Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra, que segundo Nassif (2008) tinha como finalidade formar educadores e promover pesquisas sobre Psicologia e Pedagogia. Concebia a criança sendo o centro do sistema pedagógico e que seria fundamental respeitar o desenvolvimento espontâneo e livre desta. Para Nassif (2008), Claparède entendia que

A disciplina interior deve prevalecer em relação à disciplina exterior. O período da infância deve ser preservado em todas as suas etapas. Ao invés de enfatizar conhecimentos que deverão ser memorizados, a educação deve visar o desenvolvimento das funções intelectuais e morais, possibilitando que a criança ame o trabalho. Para tanto, o mestre deve ser um estimulador de interesses, um despertador de necessidades intelectuais e morais. As matérias devem ser apresentadas sob um aspecto vital e social, como um instrumento de ação social. É necessário que a escola leve em conta as aptidões individuais, aproximando-se do ideal da ‘escola sob medida’, tendo as disciplinas indispensáveis e aquelas que os alunos poderão escolher conforme seu interesse e não pela obrigatoriedade. Seria necessária uma transformação do sistema de exames, os quais deveriam ser suprimidos e substituídos por uma análise dos trabalhos individuais realizados ao longo do ano ou por testes adequados. (p. 44-45)

A pedagoga genebrina Alice Descoedres (1877- 1963) foi assistente de Claparède, uma das fundadoras do Instituto Jean Jacques Rousseau e recebeu forte influência de Decroly. Segundo Lancillotti (2012) os princípios que norteavam sua teoria educacional eram as atividades do aluno, a liberdade, boa disciplina, atividades escolares em âmbitos fora da escola, como por exemplo, nas ruas e jardins, além da educação sensorial e intuitiva. Destacou-se no atendimento de retardados e anormais e que a opção pela docência deveria ser uma escolha pessoal, bem como acompanhada de preparação científica, trabalhos manuais e prática através de estágios.

O movimento da escola nova defendia e difundia uma pedagogia libertadora e humanizada que se opunha ao modelo do ensino tradicional da escola e teve seu auge no Brasil em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Como suporte para o entendimento de que esse novo formato propiciaria a formação de pessoas mais engajadas e participativas, estavam a psicologia e as suas descobertas:

...a psique infantil difere radicalmente da do adulto — e a emancipação das classes populares — abaixo o papel elitista da escola. Em seu desenvolvimento, o movimento foi acompanhado e sustentado por um trabalho intenso de teorização com base nos fundamentos filosóficos e científicos da renovação pedagógica. O trabalho das escolas novas formou um projeto de educação ativa cujo movimento vinculava a pedagogia às ciências humanas; também reconhecia a importância da criança no processo educacional, valorizava o “fazer” na aprendizagem infantil (atividades manuais, jogos e trabalhos como atividades educativas centrais, motivando a criança com temas que ela propunha como aprendizagem mais significativa), além de apontar o estudo do ambiente como essencial à aprendizagem, incentivar a socialização através de trabalhos em grupos e discriminar o autoritarismo dos professores, propondo uma educação mais livre e com características de amor materno (Carvalho, 2012, p. 229).

O ativismo já circulava em Minas Gerais desde o final do século XIX, em ações, por exemplo, que colocavam o aluno como o centro do processo educativo e a valorização de um método específico baseado no pensamento lógico da criança. Exemplo disso é também percebido na prova da Escola Normal de Ouro Preto, da aluna Alzira C. Baptista datada de 1896, que cita a educação ativa como a que o professor possibilita o desenvolvimento das faculdades intelectuais dos alunos. No Brasil como um todo, o movimento culminou com várias reformas de ensino na década de 1930, o que já tem sido tratado em diversos estudos, como os de Boschi (2000), Campos, Assis e Lourenço (2002), Lourenço (2001), Campos (2005), Carvalho (2012), dentre outros.

Dentre outros autores que contribuíram para a formação de professores mineiros está Manoel Bomfim. Manoel Bomfim (1868-1932), médico e educador, foi um dos integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental, dirigiu e organizou o primeiro laboratório de Psicologia fundado no Brasil, o Pedagogium (1906) e conforme Antunes (1991), Bomfim entendia a educação seria o meio para se conseguir a higiene do corpo e moral do povo.

Conclusão

Através dos estudos empreendidos durante esta pesquisa, compreendemos que a profissão docente se institucionalizou inicialmente na Europa, durante o século XVIII, com a criação das primeiras Escolas Normais. No Brasil e em Minas Gerais, as Escolas Normais começaram a surgir na década de 1830. Numa sociedade que se urbanizava e que tinha perspectivas à industrialização, a necessidade de professores especialistas e formados na prática pedagógica se confirma principalmente com a abertura de inúmeras Escolas Normais e o grande número de legislação sobre o tema, principalmente nos grandes centros urbanos, como em Minas Gerais.

Percebemos que os dirigentes políticos brasileiros respaldados pelos modelos e experiências estrangeiras e pautados no discurso sobre a necessária competência do docente, ao mesmo tempo em que se preocupavam com a formação de novos docentes instruídos nas teorias e métodos científicos positivistas e liberais, também imputavam ao professor à responsabilidade total sobre a educação em todos os âmbitos do aluno: físico, intelectual e moral.

Por sua vez a Escola Normal de Ouro Preto, primeira escola para formar professores no estado de Minas Gerais, teve grande importância, já que ali se instauravam por muito tempo, as referências para seleção de professores através dos exames para várias outras Escolas Normais do estado, além de seleção e adoção de métodos de ensino para a instrução pública. Era considerada como produtora de um modelo ideal e específico de professor.

Na inclusão de matérias de cunho formativo pedagógico, dentre outras alterações curriculares e ampliação do curso, nas três últimas décadas do século XIX, a formação de professores na Escola Normal de Ouro Preto, como em outras escolas deste segmento no estado, vai se reestruturando e constituindo-se de especificidades pedagógicas.

Observamos que no início da década de 1890 havia uma preocupação em disciplinar ou exercitar as faculdades mentais ou da conduta através dos exercícios, característica da psicologia das faculdades mentais. O próprio termo “psychologia” se ligava a uma concepção de formação de conduta, como pudemos perceber no texto de Alambary Luz da Revista do Ensino de 1886.

O uso dos saberes psicológicos tais como consciência, memória, razão, faculdades intelectuais, atenção, educação mental, vontade, sensibilidade, educação dos sentidos, caráter, imaginação, paciência, processos intuitivos, desenvolvimento da reflexão, raciocínio, ignorância, preguiça, assimilação, aquisição de conhecimentos, distração, inclinações, abstração, generalização, respeito, submissão, apelo, honra, dignidade, reconhecimento, amor próprio, recompensas, punição, dentre outros circularam na formação docente na Escola Normal de Ouro Preto, durante as duas últimas décadas do século XIX.

Podemos dizer que paralelamente a estes, a psicologia experimental já estava em voga na Europa e foi conclamada a fazer parte da formação de professores, como visto nas matérias da Revista do Ensino no ano de 1886. Entendemos, portanto que não houve uma ruptura ou abandono dos saberes psicológicos vinculados à psicologia filosófica para a entrada da psicologia experimental na Escola Normal de Ouro Preto. Concomitantemente a uma psicologia filosófica, observa-se que, principalmente a partir da década de 1890, muitos saberes e conteúdos psicológicos abordados já faziam parte de uma psicologia mais experimental.

A “psychologia” como área específica de conhecimento já fazia parte da formação docente desta escola já nos últimos anos da década de 1890, como pôde ser visto no programa da matéria de pedagogia da Escola Normal de Ouro Preto, que dentre outros saberes tratou da mesma relacionando-a ao uso dos sentidos, ao uso dos métodos, a educação da memória, da razão, do juízo e do raciocínio.

Além disso, aspectos relacionados à influência do ambiente sobre a aprendizagem, por exemplo, foram observados nos discursos e preocupações em relação aos métodos de ensino, aspectos relacionados à postura do professor, os cuidados na escolha do ambiente mais adequado para a instrução, os cuidados e preocupações em relação aos castigos dos alunos, os prêmios e diplomas dados a alunos que se destacavam, dentre outros, denotam preocupações mais pontuais e que diziam respeito também à importância de se respeitar a constituição e o desenvolvimento dos alunos, tanto do ponto de vista físico, como também dos pontos de vista mental e intelectual.

Um exemplo mais pontual deste fato são os textos da legislação, que a cada ano e cada vez mais, buscavam na ciência o respaldo para as modificações curriculares e prescreviam uma formação de professores preocupada dentre outros, com o desenvolvimento psíquico dos alunos. O estabelecimento do uso do método intuitivo,

respeitando o universo e as características etárias dos alunos nas escolas primárias e o aperfeiçoamento deste método pelos professores em formação, também evidenciam essa preocupação.

Apesar de já termos observamos que a psicologia já fazia parte dos currículos de formação docente na Escola Normal de Ouro Preto, desde o final do século XIX, esta matéria só é nominada na legislação de ensino de Minas Gerais e ainda assim incorporada à matéria de pedagogia, a partir do Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916, sob o tema de “psicologia infantil e higiene”, sendo mantida assim nas legislações seguintes até 1925. Neste mesmo ano, o então governador de Minas Gerais Fernando Melo Viana introduziu a cadeira de ‘Psicologia’ nos cursos normais através do decreto 6832, aprovando legalmente os conteúdos de psicologia para a formação de professores e enfatizando o uso de testes psicológicos e pedagógicos na formação e na prática docente.

Pela pesquisa percebemos que na legislação do ensino de 1928, a Reforma Francisco Campos ampliou as matérias de psicologia na formação dos professores mineiros, introduzindo conteúdos mais voltados para a psicologia da criança, psicologia educacional, pedologia, desenvolvimento infantil, imaginação da criança, jogos e criatividade infantil, dentre outros. No curso normal da Escola Normal de Ouro Preto, em 1928 as matérias de Psicologia Infantil e de Higiene escolar eram lecionadas no 3º ano e Psicologia Educacional no 4º do curso.

Vimos, portanto que as teorias e técnicas psicológicas foram sendo incluídas nos currículos das Escolas Normais como bases para as práticas pedagógicas a partir do início do século XX e obtiveram seu ápice a partir dos últimos anos da segunda década deste mesmo século. A psicologia, dentre outras disciplinas, foi uma das ciências de sustentação ao movimento da Escola Nova, Educação Ativa, que desde o final do século XIX já começava a se fazer presente na realidade da formação dos professores.

A partir dessa premissa e para respaldá-la, apresentamos os teóricos e suas teorias da psicologia e da educação que formalizaram um formato de educação mais voltado para a criança, seu desenvolvimento, a infância e a educação: Locke, Rousseau, Pestalozzi, Spencer, Froebel, Montessori, Manoel Bonfim, Claparède, Decroly e Descoedres, dentre outros que desde a década de 1890 até 1930, foram a base dos ensinamentos da Escola Normal de Ouro Preto.

Não queremos, contudo, definir que somente estes saberes psicológicos e estas teorias fizeram parte e foram consubstanciais para na formação dos docentes na Escola Normal de Ouro Preto e nas outras Escolas Normais de Minas Gerais do mesmo período. Entendemos que como em outras pesquisas históricas fizemos escolhas por fontes e documentos e seguimos caminhos traçados a partir de nossos objetivos. Assim não tivemos a pretensão de esgotar o tema, temos consciência que não expusemos aqui todos os elementos que fizeram parte da constituição dos saberes psicológicos que circularam na formação de professores mineiros.

Desta forma compreendemos que outras pesquisas enriquecerão mais a história dos saberes psicológicos na Escola Normal de Ouro Preto, principalmente ao que tange outros períodos temporais. Novos estudos sobre a psicologia em outras Escolas Normais de Minas Gerais também serão primordiais para entendermos como se deu a entrada dos conhecimentos psicológicos nas Escolas Normais mineiras.

Propomos que novos estudos sejam feitos no Arquivo Público Mineiro, pois este arquivo possui importantíssimas fontes e documentos pertencentes à história da psicologia e da educação mineira, desde o período colonial.

A análise das obras bibliográficas que foram utilizadas como referências na legislação mineira e indicadas para as matérias relacionadas à psicologia, principalmente a partir de 1918 podem apontar objetos mais precisos sobre as bases teóricas na formação de professores mineiros. Enfim acreditamos que novos estudos sobre as Escolas Normais de Minas Gerais serão primordiais para compreendermos a história da psicologia na educação de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS⁸¹

- Accácio, L. O. (2008). A Escola Normal que virou Instituto de Educação. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. (pp. 217-231) Campinas, SP: Editora Alínea.
- Affreixo, J. M da G. e Freire, H. (1879) *Elementos de Pedagogia*: para servirem de guia aos candidatos ao magistério primário. 5 ed. Lisboa, Livraria Ferreira.
- Andrade, S.C. (2006). Revista do ensino: estratégias de divulgação do campo educacional em Minas Gerais (1886-1889). Sociedade brasileira de História da Educação. *IV Congresso brasileiro de História da Educação*. Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Recuperado em 20 de setembro, 2014 de http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/5d_3.pdf
- Antunes, M. A. M.(1991). *O processo de autonomização da psicologia no Brasil 1890/1930: uma contribuição aos estudos em história da psicologia*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Antunes, M. A. M. (2004). A Psicologia no Brasil no séc. XX: desenvolvimento científico e profissional. Em M. Massimi & M. C. Guedes (Orgs), *História da Psicologia no Brasil: novos estudos* (pp. 109-152). São Paulo: EDUSP
- Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) (2008). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Arce, A. (2002). Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins-de-infância. *Rev. Bras. Educ.*, nº20. Rio de Janeiro, RJ.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boschi, M. de F. L.(2000) *A Psicologia na formação do Professor: A Psicologia nos programas dos Cursos Normais de Belo Horizonte (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas , UFMG, Minas Gerais.
- Brosek, J. Guerra, E. (1996). *O que fazem os historiadores?* Uma leitura de Josef Brozek. In: Campos, Regina Helena de F. (org): *História da Psicologia*. Coletânea da Anpepp 15, (p.11-27). Rio de Janeiro: Anpepp. Recuperado em 20 de setembro, 2013 de <http://www.infocien.org/Interface/Colets/v01n15a03.pdf>
- Cambi, F. (1999). *História da pedagogia*. São Paulo: Fundação editora da Unesp.

⁸¹ De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Camargo, D. Nascimento, M. I. M. Finck, S. C. M. (2009). A criança, o brincar e o corpo: possibilidades a partir da teoria de Friederich Froebel. *Publication: Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes*. Vol. 17 (1). UEPG: Paraná.
- Campos, R. H. F.; Assis, R. M. e Lourenço, E. (2002) Lourenço Filho, a Escola Nova e a psicologia. In Lourenço Filho, M. B. (2002) *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Campos, R. H. de F. (2005) Psicologia e educação no Brasil nas primeiras décadas do século XX: o diálogo com pioneiros da França e da Suíça, o olhar sobre a cultura brasileira. In Reunião Anual da ANPED, 28ª. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação.
- Campos, R. H. de F. (2012) *Helena Antipoff: psicóloga e educadora: Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes.
- Carvalho, L. B. O. B. de. (2012). Reformas educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). In *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.46, p. 219-237 Recuperado em 13 de outubro, 2014 de <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3776/3192>
- Cartolano, M. T. P. (1994). *Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República*. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Campinas.
- Cellard A. (2008) A análise documental. In: Poupart J, Deslauriers JP, Groulx L, Laperriere A, Mayer R, P Alvaro. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Certeau, M. de. (1982). *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Chartier, R. (1988). *A História cultural: entre práticas e representações*. (Maria Manuela Galhardo, trad.). (2ª ed.). (Col. Memória e Sociedade.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Condillac, *Traité des animaux*. Bibliothèque des textes philosophiques. Librairie Philosophique J. Vrin, 2004, France. Recuperado em 10 de outubro de 2013 de <http://www.vrin.fr/book.php?code=9782711616657>
- Dias, M. H. (2008). Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. (pp.75-89). Campinas, SP: Editora Alínea. P.
- Duarte, S. G. (1986). *Dicionário brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Editora Antares, Nobel.

- Durães, S. J. (2002). *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1905)*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Falcon, F. J. C. (1994). *Iluminismo*. São Paulo: Editora Ática.
- Freitas, R. A. M. da M. Zanatta B. A. (2006) O legado de Pestalozzi, Herbart e Dewey para as práticas pedagógicas escolares. Sociedade brasileira de História da Educação. *IV Congresso brasileiro de História da Educação*. Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Recuperado em 30 de agosto, 2014 de <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Raquel%20A.%20M.%20da%20M.%20Freitas%20e%20Beatriz%20Aparecida%20Zanatta%20-%20tex.pdf>
- Gross, R. Graminho, C. (2007). *Rousseau e a educação da infância*. VII Congresso Nacional de Educação, Educere. PucPR, Paraná. Recuperado em 16 de setembro, 2014 de <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-393-04.pdf>
- Gouvêa, M. C. S. de. (2002). A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período imperial. In: Lopes, A. A. B. M.; Gonçalves, I. A.; Faria Filho, L. M.; Xavier, M. do C. (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. (pp. 262-263) Belo Horizonte: FCH/FUMEC.
- Fazzi, E. H. (2005) *O Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte (1929-1946)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.
- Lancillotti (2012). Trabalho didático na educação de alunos com deficiência mental: as experiências modelares de Montessori e Descoedres. *IX Seminário Nacional de Estudos e pesquisas "História, sociedade e educação no Brasil"*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Recuperado em 31 de outubro, 2014 de http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.42.pdf acesso em 31.10.2014
- Lhulier, C. (1999). *As idéias psicológicas e o ensino de psicologia nos cursos normais de Porto Alegre no período de 1920 a 1950*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Lourenço, E. (2001). Contribuições à historiografia da psicologia: a psicologia da educação na obra de Helena Antipoff. Dissertação de mestrado. Faculdade de educação, UFMG.
- Masanera, A. R. Silva, L. C. (2000) A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. *Revista psicologia em Estudo*. (pp 115-137). V5 n.1. UEM. Maringá, Pr.

- Mastrobuono, C. M. Antunes, M. A. M. (2006). A psicologia da educação no curso normal de uma escola confessional católica da cidade de São Paulo (1941-1961). *Psicologia da Educação*, (22), 53-78. Recuperado em 20 de setembro, 2014 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n22/v22a04.pdf>
- Massimi, M. (1989). *A Psicologia em Instituições de ensino brasileiras do século XIX*. 1989. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da USP-SP. São Paulo.
- Massimi, M. (2009) Novas questões temáticas e desdobramentos metodológicos na história dos saberes psicológicos. *Revista Temas em psicologia*. Vol.17, nº1, p. 15-20. São Paulo, 2009. Recuperado em 10 de março, 2013 de <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol17n1/sumario.htm>
- Massimi, M. (2010) Métodos de investigação em História da Psicologia. *Revista Psicologia em Pesquisa*. Volume 4, número 2, dezembro, 2010. Minas Gerais, Juiz de fora: UFJF. Recuperado em 13 de abril, 2014 de <http://www.ufjf.br/psicologiaempesquisa/files/2011/01/v4n2a03.pdf>
- Mendonça, S. (2013). Herbert Spencer e os princípios dirigentes da educação intelectual. *Anais da XXXVI Reunião Anual da ANPED: Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais*. Goiânia: Ed UFG. Recuperado em 04 de junho, 2014 de http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt17_trabalhos_pdfs/gt17_2701_texto.pdf
- Monarcha, C. (1999). *Escola normal da praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- Motta, D. das G. Nunes, I. de M. L. (2008). Escola Normal: uma instituição tardia no Maranhão. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) (2008). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea
- Mourão, P. K. C. (1959). *Ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Minas Gerais: Centro Regional de Pesquisas Educacionais.
- Mourão, P. K. C. (1962). *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Minas Gerais: Centro Regional de Pesquisas Educacionais.
- Nassif, L. E. (2008) O conceito de interesse na psicologia funcional de Edouard Claparède: da chave biológica à interpretação interacionista da vida mental. Tese de doutorado. Faculdade de Educação: UFMG.
- Nóvoa, A. (1992). *Formação de professores e profissão docente*. Recuperado em 10 de outubro, 2013 de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf

- Nóvoa, A. (1991). O passado e o presente dos professores. In Nóvoa, A. Hameline D. Sacristán, J. Esteve, J. Woods P. Cavacco, M. H. *Profissão Professor*. Porto Editora: Portugal.
- Pinto, L. M. da S. *Diccionario da língua brasileira -1775-1869*. Recuperado em 03 de junho, 2014 de <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/1/mode/1up>
- Rocha, L. M. da F. (2008). A Escola Normal na Província da Bahia. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas, SP: Editora Alínea.p.47-59.
- Rodrigues, A. de B. (2009). *História da Psicologia em Goiás*. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 1. Recuperado em 12 de agosto, 2013 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-89X2009000100012&script=sci_arttext
- Rosa, W. M. (2001). *Instrução pública e profissão docente em Minas Gerais (1825-1852)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Sá, N. P. Sá, E. F. de. (2008). Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. (pp.61-74) Campinas, SP: Editora Alínea.
- Saviani, D. (2008). *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados.
- Schaffrath, M. dos A. S. (2009). *Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores*. Recuperado em 13 de outubro, 2013 de http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf
- Schultz, D. P. Schultz, S. E. (2001). *História da Psicologia Moderna*. 14ª ed. São Paulo, SP: E. Cultrix.
- Souza, R. F. de. (1998) *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)*. Fundação Editora da Unesp, São Paulo.
- Penna, A. G. (1981). *História das ideias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Pimentel, I. (s.n.). *Noções de psychologia applicadas á educação*. 5ª ed. revisada. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo.
- Rohrs, H. (2010). *Maria Montessori*. Coleção Educadores, MEC. Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana. Recuperado em 27 de setembro, 2014 de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4679.pdf>

- Rudolfer, N. da S. (1961). *Introdução à Psicologia Educacional*. 2 ed. (Atualidades Pedagógicas, vol. 30). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Vidal, D. G. (2000) Escola Nova e processo educativo. In: Lopes, E. M. T., Faria Filho, L. M. e Veiga, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Vieira, S. L. (2009). *Reformas educativas no Brasil: uma aproximação histórica*. Recuperado em 14 de março, 2014 de <http://pt.slideshare.net/IasminCosta/reformas-educativas-no-brasil-uma-aproximao-histrica>
- Villela, H. de O. S. (2000). O mestre-escola e a professora. In Lopes, E. M. T. L. Faria Filho, L. M. Veiga, C. G. (2000). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Villela, H. de O. S. (2008). A primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In Araújo, J. C. S.; Freitas, A. G. B. de F.; Lopes, A. de P. C. (orgs.) *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. (pp.61-74) Campinas, SP: Editora Alínea.
- Xavier, I. C. Tambara, E. (2012). *Condorcet e a escola pública, laica, gratuita e universal*. IX Anped sul. Universidade de Caxias do Sul, RS. Recuperado em 13 de setembro, 2014 de <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/216/41>
- Zasso, R. (2010). Alfred Binet. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recuperado 21 de setembro, 2014 de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4661.pdf> acesso em 21.09.2014.

Fontes

1. Site

Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional digital. Hemeroteca Nacional Digital. Recuperado em vários acessos durante o ano de 2014 de <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

2. Legislação

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos da Província, 1835. Lei nº 13, de 29.03.1835.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos da Província, 1846. Lei nº 311 de 08.04.1846

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos da Província, 1872. Regulamento nº 62, da Lei nº. 1769, de 04.04.1872.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos da Província, 1879. Regulamento nº 84 de 21.03.1879.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos da Província, 1879. Regulamento nº 100, da Lei nº 2892, 19-06-1883.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1892. Lei nº 41 de 03.08.1892.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 607, de 27.02.1893.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1893. Regulamento a que se refere o Decreto nº 655, de 17.10.1893.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1897. Lei nº 221 de 14.09.1897.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1898. Lei nº 1175 de 29.09.1898.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1899. Lei nº 281 de 16.09.1899.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1900. Decreto nº 1.354 de 17.01.1900.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1901. Lei nº 318 de 16-09-1901.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1905. Decreto nº 1788 de 31.01.1905.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1905. Lei nº 399 de 06.09.1905.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906. Decreto nº 1908 de 28.05.1906.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906. Lei nº 439 de 28.05.1906.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906. Decreto nº 1960 de 16.12.1906.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1910. Decreto nº 2836 de 31.05.1910.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1911. Lei nº 560 de 12.09.1911.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1911. Decreto nº 3191 de 09.06.1911.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1914. Decreto nº 4139 de 03.05.1914.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1916. Regulamento nº 4524 de 21.02.1916.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1916. Lei nº 676 de 12.09.1916.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1918. Decreto nº 4955 de 03.04.1918.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1918. Lei nº 726 de 30.09.1918.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1919. Lei nº 752 de 27.09.1919.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1920. Lei nº 800 de 27.09.1920.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1925. Decreto nº 6831 de 20.03.1925.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1928. Decreto nº 8225 de 11.02.1928.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1929. Decreto nº 8949 de 25.01.1929.

Minas Gerais. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1930. Decreto nº 9450 de 18.02.1930.

3. Relatórios Presidentes da Província de Minas Gerais

Minas Gerais. Mensagem 1889. Relatório Presidentes da Província de Minas Gerais (Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por ocasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Recuperado em 13 de setembro, 2013 de (http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

Minas Gerais. Mensagem de 1916. Relatório Presidentes da Província de Minas Geraes. Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Recuperado em 20 de janeiro, 2014 de (http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

Minas Gerais. Mensagem de 1917. Relatório Presidentes da Província de Minas Geraes. Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro. Recuperado em 21 de janeiro, 2014 de (http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

Minas Gerais. Mensagem de 1926. Relatório Presidentes da Província de Minas Geraes. Presidente Fernando de Mello Vianna. Recuperado em 21 de janeiro, 2014 de (http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

4. Arquivo Público

APM – SI série 4 subsérie 2 Cx: 01 Pc: 03 (1892- Provas de instrução moral e cívica, química, pedagogia e caligrafia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

APM - SI série 4 subsérie 2 Cx: 01 Pc: 20 (1893- prova de pedagogia da aluna Adelina de Santa Cecília)

APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 03 Pc: 04. (1894- Prova de Maria Brígida de Medeiros, 1894- Pareceres e provas de pedagogia, geografia, álgebra, música e francês de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

APM - SI série 4 subsérie 2 Cx: 03 Pc: 07 (1894- Pareceres e provas de caligrafia, pedagogia, aritmética, geometria, música, geografia e álgebra de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

APM, SI série 4 subsérie 2 Cx:03 Pc:07 (s.n. - Prova da aluna Francisca Apollinaria Duarte Pinto.)

APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 4 PC 05 (1895 Atas de exame e provas de pedagogia, geografia e corografia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto)

APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 6 PC 07 (1896 Atas, pareceres e provas de caligrafia, geometria, francês, ginástica, instrução moral e cívica, música e pedagogia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

APM – SI, série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 02 (1903-1904 - Programas, editais e provas de história, geografia, português, aritmética, pedagogia, química, desenho, botânica e francês de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

APM, SI série 4 subsérie 2 Cx: 11 PC: 03 (1903- Prova de pedagogia do aluno Antonio Alves dos Santos, Escola Normal de Ouro Preto.)

APM - SI- 1007 (1896- Diário de classe da disciplina Pedagogia do 2º e 3º anos da Escola Normal de Ouro Preto. (Contém programa de ensino).

Apêndice

Apêndice A - Matrículas na Escola Normal de Ouro Preto

Ano	Número de alunos matriculados
1877	31 alunos (11 homens/20 mulheres)
1878	31 alunos (11 homens/20 mulheres)
1879	24 alunos (12 homens/ 12 mulheres)
1880	26 alunos (7 homens/19 mulheres)
1881	18 alunos (16 homens/ 2 mulheres)
1882	24 alunos (11 homens/ 13 mulheres)
1883	34 alunos (9 homens/25 mulheres)
1884	36 alunos (7 homens/29 mulheres)
1885	42 alunos (6 homens/36 mulheres)
1886	50 alunos (4 homens/46 mulheres)
1887	81 alunos (14 homens/67mulheres)
1888	67 alunos (18 homens/49 mulheres)
1889	75 alunos (16 homens/59 mulheres)
1890	107 alunos (17 homens/90 mulheres)
1891	173 alunos (31 homens/142 mulheres)
1892	103 alunos (14 homens/89 mulheres)
1893	67 alunos (13 homens/54 mulheres)
1894	86 alunos (09 homens/77 mulheres)
1895	48 alunos (12 homens/36 mulheres)
1896	144 alunos (24 homens/120 mulheres)
1897	118 alunos (19 homens/99 mulheres)
1898	82 alunos (08 homens/74 mulheres)
1899	84 alunos (11 homens/73 mulheres)
1900	109 alunos (09 homens/100 mulheres)

1901	166 alunos (8 homens/158 mulheres)
1902	92 alunos (9 homens/83 mulheres)
1903	83 alunos (12 homens/71 mulheres)
1904	148 alunos (12 homens/136 mulheres)
1905 a 1909	Suspensão das atividades da Escola (lei n. 395 de 23 de dezembro de 1904)
1910	40 alunas
1911	25 alunas
1912	53 alunas
1913	66 alunas
1914	87 alunas
1915	93 alunas
1916	76 alunas
1917	76 alunas
1918	66 alunas
1919	71 alunas
1920	57 alunas
1921	44 alunas
1922	63 alunas
1923	53 alunas
1924	44 alunas
1925	66 alunas
1926	50 alunas
1927	48 alunas
1928	40 alunas
1929	Dados não encontrados
1930	Dados não encontrados

Fonte: APM (Secretaria do Interior) e Arquivos Escola Estadual Dom Veloso

Apêndice B - Legislação mineira sobre Escolas Normais (1835-1930)

Ano	Leis, Decretos e Regulamentos	Assunto
1835	Lei n. 13, de 28 de março	Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. Cria a primeira Escola Normal de Minas Gerais.
1846	Lei n.311 de 08 de abril	Determina que nas escolas primárias se adote o método simultâneo e as habilitações que deve ter o professor da Escola Normal criada pela Lei n. 13.
1872	Regulamento n. 62, de 11 de abril	Reorganiza a instrução pública da Província, incluindo as Escolas Normais, incluindo matérias pedagógicas no currículo.
1879	Regulamento n. 84	Determina sobre o ensino público e particular da província mineira, incluindo as escolas de formação. (Estabelece as conferências pedagógicas anuais.)
1883	Regulamento n. 100, de 19 de junho	Normatiza o ensino publico e particular. (Modifica e amplia o curso normal)
1892	Lei n. 41, de 03 de agosto	Determina nova organização á instrução publica do Estado de Minas Gerais
1893	Decreto n. 607, de 27 de fevereiro	Promulga o regulamento das Escolas Normais
1893	Decreto 655, de 17 de outubro	Promulga o regulamento das escolas e instrução primária. (criação da Revista do Ensino)
1897	Lei n. 221, de 14 de setembro	Contém disposições relativas á instrução publica primaria e secundaria

1898	Decreto n. 1.175, de 29 de agosto	Promulga o regulamento das Escolas Normais
1899	Lei n. 281, de 16 de setembro	Dá nova organização á instrução publica do Estado de Minas
1900	Decreto n. 1.354, de 17 de janeiro	Contém disposições sobre cadeiras das Escolas Normais do Estado
1901	Lei n. 318 de 16 de setembro	Contém deliberações administrativas do governo e determina que todas as Escolas Normais do Estado ficassem suspensas.
1905	Decreto n. 1788, de 31 de janeiro	Aprova as instruções para a execução da Lei n.395, de 23 de dezembro de 1904. (suspensão das Escolas Normais)
1905	Lei n. 399, de 06 de setembro	Reconhece válidos os cursos das Escolas Normais do Estado, que houverem funcionado regularmente durante o regime de suspensão
1906	Decreto n.1908 de 28 de maio	Estabelece as matérias do ensino normal pelos 4 anos do curso e uniformiza os programas de todas as escolas normais
1906	Lei n. 439, de 28 de setembro	Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providencias
1906	Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro	Aprova o regulamento da instrução primaria e normal do Estado
1910	Decreto n. 2.836, de 31 de maio	Aprova o regulamento que reorganiza as escolas normais do Estado
1911	Lei n. 560, de 12 de setembro	Cria cinco escolas normais e contém outras disposições

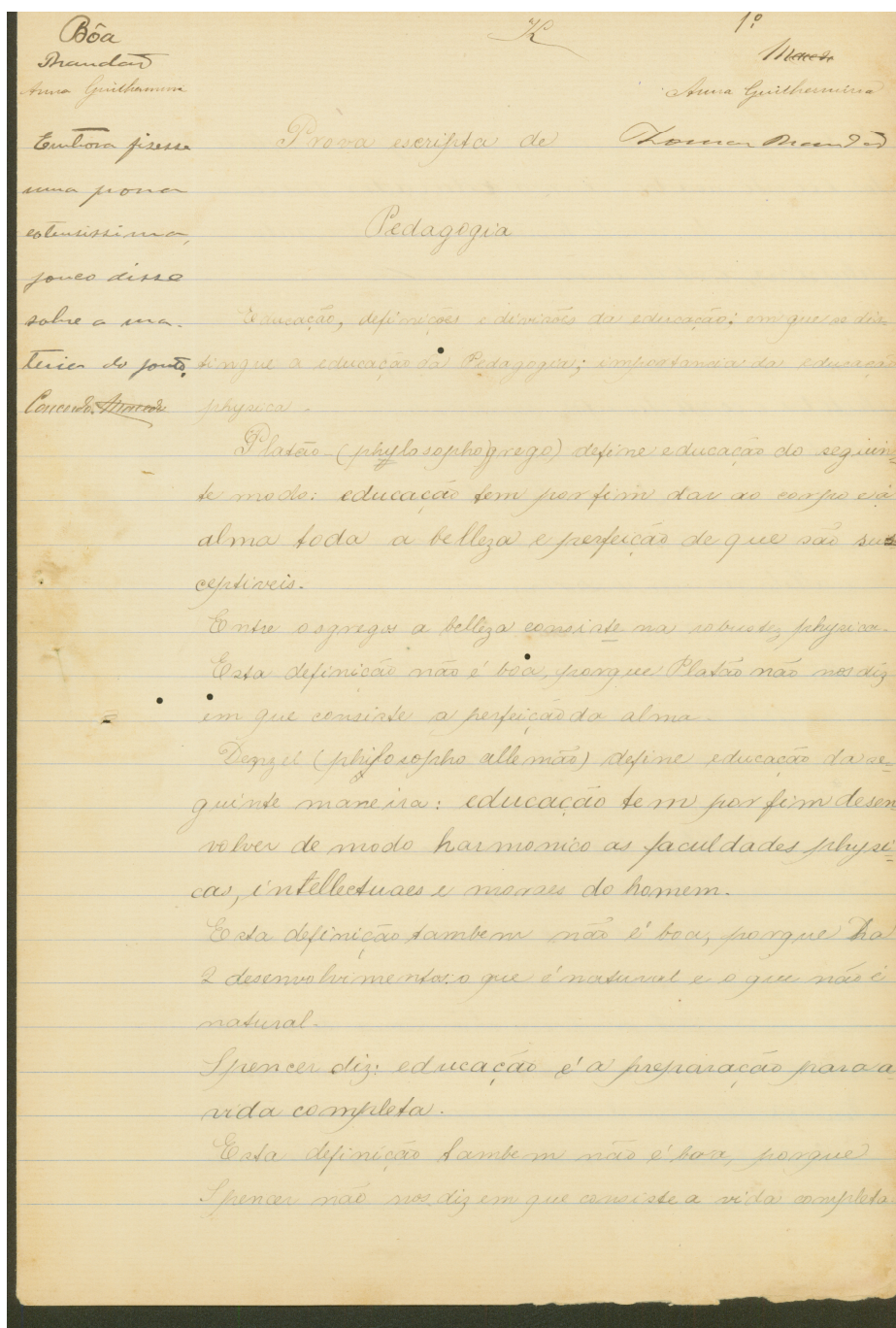
1911	Decreto n.º 3191, de 09 de junho	Aprova o Regulamento Geral da Instrução do Estado.
1914	Decreto n. 4.139, de 03 de maio	Aprova os programas da Escola Normal da Capital para o ano letivo de 1914
1916	Regulamento n. 4.524, de 21 de fevereiro	Promulga o regulamento que uniformiza o ensino nas escolas normais Modelo, regionais e equiparadas do Estado
1916	Lei n. 676, de 12 de setembro	Restabelece a 2ª cadeira de francês no Externato do Ginásio de Barbacena, e mantém a do Externato de Belo Horizonte, regula o provimento de cadeiras da instrução primária das Escolas Normais do Estado e do Ginásio Mineiro e contém outras disposições.
1918	Decreto n. 4955 de 03 de abril	Aprova os programas de ensino para as Escolas Normais Modelo, Regionais e equiparadas do Estado
1918	Lei n. 726 de 30 de setembro	Reforma o ensino primário, normal e secundário do Estado
1919	Lei n. 752 de 27 de setembro	Dispõe sobre o ensino primário e normal do estado
1920	Lei n. 800 de 27 de setembro	Reorganiza o ensino primário do estado e contém outros dispositivos que tange as Escolas Normais do Estado e cria o ensino normal superior
1925	Decreto 6.831, de março	Aprova o regulamento do ensino nas Escolas Normais
1928	Decreto 8162, de 20 de janeiro	Regulamenta o ensino normal (Reforma Francisco Campos)

1928	Decreto n. 8225, de 11 de fevereiro	Aprova os programas do ensino normal do estado
1929	Decreto n. 8949 25 de janeiro	Aprova modificações ao regulamento do ensino normal
1930	Decreto 9.450, de 18 de fevereiro	Aprova o regulamento das Escolas Normais

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Coleção Leis Mineiras

Anexos

Anexo A- Microfilmagem da página 1 de 12 páginas da prova da normalista da Escola Normal de Ouro Preto Alzira C. Baptista, 1896.



Fonte: Minas Gerais.Arquivo Público Mineiro. Secretaria do Interior. SI, série 4 subsérie 2 Cx: 6 PC 07 (1896 Atas, pareceres e provas de caligrafia, geometria, francês, ginástica, instrução moral e cívica, música e pedagogia de alunos da Escola Normal de Ouro Preto.)

Anexo B. Bibliografia da matéria PSYCHOLOGIA EDUCACIONAL – Decreto 8225 de 11 de fevereiro de 1928.

BIBLIOGRAPHIA:

Para alumnos:

Bomfim, M. – Noções de psychologia.

Medeiros e Albuquerque – “Tests” (introdução ao estudo dos meios scientificos de julgar a intelligencia e a applicação dos alumnos).

Para professores:

Autin, A. – Auctorité Et Discipline em Matière d’Education.

Bleuler, E. – Naturgeschichte der Seele und ihres Bewusstwerdens.

Boncour, Philip et Paul – Anomalies des Ecoliers.

Buhler, K. – Die geistige Entwicklung des Kindes.

Buhler, K. – Abriss der geistigen Entwicklung der Kindes.

Compayré, G. – L’évolution intellectuelle ET morale l’enfant.

Claparede, Ed. – Psychologie de l’enfant.

Claparede, Ed. Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers.

Decroly, O. – L’imitation á l’activité intellectuelle ET motrice par les jeux éducatifs.

Decroly, O. – L’évolution affective chez l’enfant.

Decroly, O. – L’examen affectif em general ET chez l’enfant em particulier.

Decroly et Buysse – Les applications americaines á l’organisation humaine.

Descoedres, A. – L’éducation des enfants anormaux.

Descoedres, A. – Le développement de l’enfant de deux á sept ans.

Gaupp, R. – Psychologie des Kindes.

Groos, K. – Das Seelenleben des Kindes.

Grunwald, G. – Pädagogische Psychologie.

Ingenieros, J. – Princípios de Psychologia.

Kofka, K. – Bases de La evolución psíquica. Introducion a La psicologia infantil (Trad. hespanhola do alemão).

Mirick – Progressive Education.

Piagée, J. – Le langage et la pensée chez l’Enfant.

Piaget, J. – Le jugement et le Raisonnement chez l’Enfant.

Prayer, W. – Die Seele des Kindes.

Queyart – Les jeux des enfants.

Queyart – La curiosité.

Rasmussen, W. – Psychologie de l’Enfant (trad.)

Sprangeer – Psychologie des Jugendalters.

Stern – Psychologie der frühen Kindheit.

Stern, W. und Cl. – Monographien über die seelische Entwicklung des Kindes. I. Die Kindersprache. II. Erinnerung, Aussage und Lüge in der ersten Kindheit.

Sully, J. – Studies of Childhood.

Terman. – The measurement of Intelligence.

Thorndike – Educational Psychology.

Fonte: Minas Gerais (1928). Arquivo Público Mineiro. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. (p. 292, 293)

Anexo C. Bibliografia da Matéria de METHODOLOGIA – Decreto de 8225 de 11 de fevereiro de 1928

BIBLIOGRAPHIA

Dewey – Democracy and education.
Dewey – The school and the society
Dewey – the school of To Morrow.
Ferrière – L'école Active
Ferrière – La pratique de l'école active.
Mirick – Progressive education.
Thorndike – Psychology of Arithmetic.
Thorndike – The new methods in Arithmetic.
Dodge and Kirchwey – the Teaching of geography in elementary schools.
Branon – The teaching of geography.
Mc Murray – How to organize the curriculum.
Huey- Psychology and pedagogy of reading.
Merian – Child and the curriculum.
Devolvé- La technique éducative.
Demoor ET Jonkkeere – La Science de l'éducation.
Gerard Boon – Essai d'application de La méthode Decroly dans l'enseignement primaire.
Dalhem – Contribution á l'introduction de la méthode Decroly á l'école primaire.
Decroly et Boon – Vers l'école renouvée.
Foerster- L'école et le caractère.
Dobbs – Primary handwork.
Manoel Bomfim – Pedagogia.
Compayré – Cours de Pedagogie.

Fonte: Minas Gerais (1928). Arquivo Público Mineiro. Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes. (p. 296, 297)